

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E APLICADA
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Planejamento tributário das microempresas e empresas de pequeno porte de transporte de cargas municipal, intermunicipal, interestadual estabelecidas no município de Curitiba estado do Paraná.

Autor: Marcio Cezar Nunes

Projeto Técnico apresentado à
Universidade Federal do
Paraná para obtenção de título
de Especialista em Gestão
Empresarial.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana
Paula Mussi Szabo Cherobim

Curitiba
2007

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, agradeço a esta universidade que me proporcionou a oportunidade de desempenhar as funções necessárias que me levassem a esta especialização, agradeço minha esposa Magali Ap. de Oliveira Nunes que muitas vezes ficou a sós esperando minha volta para casa, meus pais pela educação e determinação que eles me ensinaram e a todos meus familiares que torceram e me ajudaram sempre. Sem esquecer de meus caros colegas de graduação e especialização que nas horas complicadas também estiveram juntamente comigo nesta batalha.

S U M Á R I O

Lista de Tabelas

Tabela I – Enquadramento de ME e EPP (Lei Nº. 11196 de 21.11.2005.)

Tabela II – Alíquotas de incidência no Sistema Simples (Lei 9317/96)

Tabela III – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Prest. de Serviço)

Tabela IV – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Folha de pagamento)

Tabela V – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Consolidado)

Tabela VI – Simulação de Impostos – Transporte intermunicipal e interestadual (Simples)

Tabela VII – Simulação de Impostos – Transporte municipal (Simples)

Tabela VIII – Simulação de Impostos – Transporte intermunicipal e interestadual (Super Simples)

Tabela IX – Simulação de Impostos – Transporte municipal e interestadual (Super Simples)

Tabela X – Comparativo das Simulações de Impostos Tabela II

1. Introdução	08
1.1. Objetivo do trabalho	08
1.2. Justificativas do objetivo	08
1.3. Restrições às Propostas	08
1.4. Metodologia	09
2. Revisão teórico-empírica	10
2.1. Planejamento tributário	10
2.2. O Planejamento e os Atos Ilícitos	10
2.3. Ética no Planejamento Tributário	12
2.4. Sistema Tributário Brasileiro	13
2.5. Hipótese Legal da Incidência Tributária	14
2.6. Incidência Tributária	14
2.7. Isenção Tributária	14
2.8. Deferimento	15
2.9. Alíquota Zero	15
2.10. ME e EPP	15
2.11. Simples ME e EPP (Lei 9.317/96)	19
2.12. SUPER SIMPLES ME e EPP (LC. 123/2006)	22
2.13. ISSQN	32
2.14. ICMS	33
2.15. IRPJ	37
2.16. CSLL	38
2.17. Cofins	39
2.18. PIS-Pasep	39
3. A Empresa	41
3.1. Descrição geral	41
3.2. Diagnóstico da Situação	42
4. Proposta	43
4.1. Sistema ou subsistema proposto	43
4.2. Plano de implantação	43
4.3. Recursos	43

4.4. Resultados esperados	44
4.5. Riscos ou problemas esperados	44
5. Análise da Situação Atual	45
5.1. Simulação dos Impostos	46
5.2. Sem enquadramento	49
5.3. Enquadrado no Simples	50
5.4. Enquadrado no Super Simples	50
5.5. Comparação	51
6. Conclusão	52
7. Referência Bibliográficas	53
8. Anexos	
8.1. ANEXO A - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lista contendo os Impostos de Competência da União, Competência dos Estados e Distrito Federal e Competência dos Municípios.</i> 	
8.2. ANEXO B - Lei Nº 9841, 05.10.1999 (DOU de 06.10.99) Adaptado	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o Tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Será tida como revogada, a contar de 01.07.2007, em face das disposições contidas no art. 89 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006).</i> 	
8.3. ANEXO C - Lei Nº 9317 – 05.12.1996 (DOU de 06.12.96) Adaptado	
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e da outras providências. Será tida como revogada pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006), vigência a partir de 01.07.2007.</i> 	

8.4. ANEXO D - Lei Compl. Nº 123 – 14.12.2006 (DOU de 15.12.06) Adaptado

- *Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 01 de maio de 1943, da Lei nº 10189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9317, de 05 de dezembro de 1996, e 9841, de 05 de outubro de 1999. Será tida como vigente a partir de 01.07.2007.*

8.5. ANEXO D1 - ANEXOS I ao IV da 123/2006

- *ANEXO I LC 123/2006 - Partilha do Simples Nacional – Comércio*
- *ANEXO II – LC 123/2006 - Partilha do Simples Nacional - Indústria*
- *ANEXO III – LC 123/2006 - Partilha do Simples Nacional – Serviços e Locação de Bens Móveis*
- *ANEXO IV – LC 123/2006 - Partilha do Simples Nacional - Serviços*
- *ANEXO V – LC 123/2006*

8.6. ANEXO E - Lei Compl. Nº 40/CWB - 18.12.2001 (DOM de 18.12.2001)

- *Dispõe sobre os tributos municipais de Curitiba e dá outras providências.*

8.7. ANEXO E1 - ANEXO I e Tabela de Autônomos Isentos– LC 40/CWB

- *ANEXO I – LC 40/ISS – Lista de Serviços*

8.8. ANEXO F – Regulamento de ICMS (decreto nº 5141 – de 12.12.2001)

- *Rege através de suas disposições, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, de que trata a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, no estado do Paraná.*

Apresentação:

Este planejamento tributário se refere às várias pequenas e médias empresas de transportes de cargas no estado do Paraná, que muitas vezes, por terem poucas disponibilidades financeiras, não têm como buscarem informações e consultorias para seu planejamento e enquadramento tributário.

1. Introdução:

1.1. Objetivo do trabalho:

Este trabalho tem por fim identificar o enquadramento tributário adequado que mais favorece as pequenas e médias transportadoras de cargas no âmbito nacional e especificamente no estado do Paraná, identificando as alterações tributárias no sistema tributário nacional unificado e no “Super Simples Federal”.

1.2. Justificativas do objetivo:

Entende-se que pequenas e médias empresas, muitas vezes, fecham por falta de consultorias tributárias, pois o sistema tributário nacional tem suas peculiaridades as quais não são identificadas, com isso seu custo tributário e até mesmo as autuações, fazem despender sua pouca disponibilidade financeira às quais seriam aplicadas em investimentos.

1.3. Restrições às Propostas:

Devido as grandes diferenças entre sistema tributário estadual vigente entre os estados e as várias formas de sociedades que possam se enquadrar no Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nossos estudos limita-se ao estado do Paraná, especificamente a uma empresa de transporte de cargas.

1.4. Metodologia:

Análise do sistema tributário nacional sem a unificação dos impostos a uma empresa de transporte de cargas no estado do Paraná, assim comparando suas obrigações tributárias no melhor enquadramento do sistema de unificação vigente e identificando as mudanças possíveis no novo sistema de unificação tributária federal a vigorar a partir do dia 01/07/2007.

2. Revisão teórico-empírica:

2.1. Planejamento tributário:

Entende-se como planejamento tributário, o planejamento empresarial que tendo como objeto os tributos e seus reflexos na organização, visa obter economia de impostos, adotando procedimentos estritamente dentro dos ditames legais. O planejamento tributário é na verdade a atividade empresarial estritamente preventiva, que tem como fator de análise o tributo e visa identificar e projetar os atos e fatos tributáveis e seus efeitos, comparando-se os resultados prováveis, para os diversos procedimentos possíveis, de tal forma a possibilitar a escolha da alternativa menos onerosa, sem extrapolar o campo da licitude.

Segundo Pablo Andrez Pinheiro Gubert *“o planejamento tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos.”*

2.2. O Planejamento e os Atos Ilícitos:

A prática de atos lícitos com o objetivo de evitar a concretização do fato impositivo é o que tecnicamente se denomina elisão fiscal, assim ensina Latorraca (1972, p. 20-1).

Esta técnica difere da evasão fiscal, decorrendo esta da prática de atos ilícitos que, segundo Carvalho (1991, p. 345-346) podem caracterizar SONEGAÇÃO ou FRAUDE.

Sonegação Fiscal é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária.

Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Segundo SRF (Secretaria da Receita Federal) pode-se definir como Elisão Fiscal *“a utilização de falhas ou brechas contidas na própria norma legal para produzir economia tributária. Dá-se quando a lei permite entendimentos diversos entre os operadores do direito tributário, com a finalidade de fugir do fato gerador do imposto. A elisão é tão complexa que, muitas vezes, é motivo de divergências na Administração Tributária, nos consultores externos e, até mesmo, dentro do próprio poder judiciário.”*

Já a Evasão Fiscal *“decorre de uma conduta ilegal, mediante o qual o sujeito passivo deixa de cumprir a norma tributária. A conduta ilegal se traduz numa ação ou omissão que, consciente ou não, resulta na supressão de recursos financeiros ao Estado. Nos crimes contra a ordem tributária, é irrelevante a intenção do agente, pois, à semelhança dos crimes contra a vida, a intenção do agente deve ser avaliada no momento da aplicação da penalidade”*

O planejamento tributário objetiva a economia de tributos em uma das seguintes modalidades:

- 1ª - impedindo ou retardando a ocorrência do fato gerador da obrigação;
- 2ª - reduzindo o montante do imposto devido.

Um exemplo de impedimento do fato gerador do imposto é o fabricante ao invés de vender seu produto internamente, disponibiliza-o ao mercado externo, com isso não houve a geração do IPI e do ICMS, isentos em importações e devidos em vendas internas. Já o retardamento lícito pode-se citar como exemplo o recebimento de um pedido no final do mês, para retardar a ocorrência do imposto, a empresa emite a nota no início do mês seguinte, incorrendo aos mesmos impostos portanto com vencimento em outra competência.

Na segunda modalidade um bom exemplo é o caso de contribuinte que, tendo a opção de apurar o IRPJ pelo lucro presumido, pelo lucro real, ou enquadrar-se no Sistema Simplificado de Recolhimento de Tributos Federais – SIMPLES, analisa detalhadamente a situação e depois decide pela sistemática que representa o menor desembolso.

2.3. Ética no Planejamento Tributário:

O professor Aurélio Pitanga Seixas Filho cita que *“o problema interpretativo, entretanto é a liberdade que tem a pessoa de revestir o seu negócio jurídico com a forma que lhe for mais conveniente. Quando a conduta for legalmente proibida, ou tiver que obedecer as formalidades expressamente discriminadas em lei, somente através de simulações é que poderá ser praticada, cabendo a parte prejudicada provar a inadequação ou abuso da forma jurídica adotada.*

Possuindo o contribuinte mais de uma forma jurídica para realizar o seu intento, sendo as mesmas normais, sem desvio de funcionalidade ou discrepância de forma jurídica, não há como a autoridade fiscal alegar uma dissimulação para desconsiderar a forma legitimamente adotada.”

2.4. Sistema Tributário Brasileiro:

Segundo Musgrave (1976), entende-se Sistema Tributário como sendo o complexo orgânico formado pelos tributos instituídos em um país ou região autônoma e os princípios e normas que os regem. Por consequência, pode-se concluir que o Sistema Tributário Brasileiro é composto dos tributos instituídos no Brasil, dos princípios e normas que regulam tais tributos.

No Brasil adota-se o princípio da estruturalidade orgânica do tributo, pelo qual a espécie tributária é determinada pelo seu fato gerador, sendo irrelevante o nome atribuído ao tributo ou a destinação de suas receitas. Com base na doutrina mais aceita no Brasil, pode-se afirmar que as espécies tributárias que compõem o sistema tributário brasileiro, são cinco: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.

Imposto é o tributo que tem como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte (Art. 16 do CTN). Em outras palavras, imposto é o tributo que não está vinculado a uma contraprestação direta a quem o está pagando. As receitas de impostos não são destinadas a custear obras ou serviços em prol de quem os paga, mas sim para serem utilizadas para custear as despesas gerais do estado, visando promover o bem comum.

Taxa é o tributo que pode ser cobrado pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, que tem como fato gerador, o exercício do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição (Art. 77 do CTN). As taxas são tributos vinculados, logo o poder público faz alguma coisa em favor do contribuinte.

2.5. Hipótese Legal da Incidência Tributária:

Consiste em uma representação intelectual e um fato, um estado de fato ou de uma circunstância de fato. Não se trata de mera idéia, de um conceito puro e simples. Na realidade, ela está contida em um texto de lei, sendo portanto, um conceito legal, uma manifestação normativa. Assim o conteúdo da hipótese é a descrição legal, por conseguinte abstrata e genérica, de um fato ou estado de fato.

A lei ao conceituar um fato, estado de fato ou circunstância de fato, seleciona certos atributos, traços característicos e propriedades que bem o definam, a fim de formular a hipótese. Nesse processo de escolha, são desprezados outros elementos e caracteres do mesmo, que não sejam considerados fundamentais à criação de uma hipótese.

2.6. Incidência Tributária:

Faz-se necessário a existência de uma lei tributária que descreva um fato, por outro lado, a ocorrência, do mundo tangível, de qualquer dos referidos fatos descritos. A verificação da incidência resulta no surgimento de uma relação jurídico-tributária. Tal relação é detentora do direito de exigir o imposto e da obrigação de recolhê-lo.

2.7. Isenção Tributária:

Trata-se de uma forma de exclusão do crédito tributário. Assim, em nosso Direito Tributário, na categoria isentiva, ocorre o surgimento da obrigação tributária. O que

esta categoria impede é o surgimento do crédito tributário (Obrigação do pagamento do imposto) mediante a figura do lançamento.

O nosso Direito Positivo adotou-se o conceito de que a isenção traduz-se na dispensa legal do pagamento da obrigação tributária devida. Dessa forma, nessa categoria o imposto incide, seu pagamento é que fica dispensado.

2.8. Deferimento:

Consiste na procrastinação do lançamento do imposto para momento posterior.

2.9. Alíquota Zero:

O produto sujeito à alíquota zero não está excluído do campo de incidência de imposto. Assim, a redução a zero da alíquota de um produto, é o mesmo que torná-lo tributado à alíquota zero. Dessa forma a redução do produto à alíquota zero, não o exclui do conceito de produto tributado.

2.10. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – EPP

Estabelecida pela lei No. 9.841 de 05 de Outubro de 1999 que institui o estatuto das ME e EPP.

“Art. 1º - Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9317, de 05.12.96, e alterações posteriores.”

“Art. 170 – A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a

todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede neste país.”

“Art. 179 – A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”

Este tratamento visa facilitar a constituição e o funcionamento destas empresas, buscando assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

Estabelecidos seus critérios pelos art. 2º e 3º da lei que institui tal estatuto, pode definir como microempresa e empresa de pequeno porte as que se enquadram nos seguinte critérios.

Situação	Receita Bruta Anual
Microempresa	R\$ 0,00 a R\$ 240.000,00
Empresa de Pequeno Porte	R\$ 240.000,00 a R\$ 2.400.000,00

Tabela I – Enquadramento de ME e EPP (Lei Nº. 11196 de 21.11.2005.)

Em seu primeiro ano seus rendimentos serão calculados proporcionalmente pelos meses trabalhados, calculando também fracionamento mensal.

Esses índices de valores estabelecidos nesta lei poderão ser alterados pelo IGP-DI; ou por índice oficial substituto, estabelecidos pelo poder executivo.

Estabelecidos pelos art. 8º e 9º considera o desenquadramento e o reemquadramento automático pela questão da evolução da receita bruta da empresa. Essa evolução deverá ser verificada em dois anos consecutivos ou em três

anos alternados no período de cinco. A microempresa desenquadrada passará automaticamente a EPP, já esta se desenquadrada será excluída do regime desta lei.

O reenquadramento no regime de microempresa ou EPP deverá ser comunicado ao órgão de registro no prazo de trinta dias a contar do fato.

Os artigos 11º, 12º e 13º tratam do regime previdenciário e trabalhista, já no art. 11º a lei desobriga as microempresas e EPP das obrigações acessórias estabelecidas pelos arts. 74; 135, parágrafo 2º; 360; 429 e 628, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Não dispensando-os dos seguintes procedimentos

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip.

O poder executivo estabelecerá estímulo as instituições financeiras privadas para manterem tratamento diferenciado às ME e EPP. Porém as instituições financeiras oficiais terão linhas de créditos específicas à essas empresas, além de articular junto as entidades de apoio mecanismo de tratamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articuladas com operações de financiamento.

Na questão de desenvolvimento empresarial a lei estabelece através do art. 19º que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

No mínimo 20% dos recursos federais aplicados em pesquisa serão destinados ao desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial dessas empresas.

“Art. 22 - O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.” Além da política de compras governamentais dar prioridade à microempresas e EPP.

Quando o devedor protestado for microempresa e EPP os emolumentos pagos a cartórios referente a títulos protestados não ultrapassará 20% do valor do título, limitando-se valor máximo de R\$ 20,00. Não será exigido cheque administrativo para quitação, nem será exigida carta de anuência para cancelamento de protesto, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado.

2.11. Sistema Integrado de impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES (Lei 9.317/96):

O Simples é um sistema tributário que permite a unificação de IRPJ, PIS/PASEP, Cofins, CSLL, IPI, INSS do empregador, além de isentar a empresa das Contribuições ao Sistema S, mediante o recolhimento de uma espécie de tributo único.

Esta unificação não desobriga a empresa o recolhimento dos seguintes impostos ou contribuições:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

Traz ainda a possibilidade de se expandir tal sistema para o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual - ICMS (imposto estadual) e o Imposto Sobre Serviço

de Qualquer Natureza - ISS (imposto municipal), mediante convênio entre a Receita Federal e Estados e Municípios, o que não se verifica hoje com nenhum estado e com poucos municípios.

O valor devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

	Receita Bruta Acum. Anual		IRPJ	CSLL	COFINS	PIS PASEP	INSS PJ	% Devido
	de	até						
Microempresa	0,00	60.000,00	0,00%	0,30%	0,90%	0,00%	1,80%	3,0%
	60.000,01	90.000,00	0,00%	0,40%	1,20%	0,00%	2,40%	4,0%
	90.000,01	120.000,00	0,00%	0,50%	1,50%	0,00%	3,00%	5,0%
	120.000,01	240.000,00	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,24%	5,4%
Empresa de Pequeno Porte	240.000,01	360.000,00	0,41%	0,41%	1,21%	0,29%	3,48%	5,8%
	360.000,01	480.000,00	0,44%	0,44%	1,29%	0,31%	3,72%	6,2%
	480.000,01	600.000,00	0,46%	0,46%	1,38%	0,34%	3,96%	6,6%
	600.000,01	720.000,00	0,49%	0,49%	1,47%	0,35%	4,20%	7,0%
	720.000,01	840.000,00	0,52%	0,52%	1,55%	0,37%	4,44%	7,4%
	840.000,01	960.000,00	0,55%	0,55%	1,63%	0,39%	4,68%	7,8%
	960.000,01	1.080.000,00	0,58%	0,58%	1,71%	0,41%	4,92%	8,2%
	1.080.000,01	1.200.000,00	0,60%	0,60%	1,81%	0,43%	5,16%	8,6%
	1.200.000,01	1.320.000,00	0,63%	0,63%	1,88%	0,46%	5,40%	9,0%
	1.320.000,01	1.440.000,00	0,65%	0,65%	1,97%	0,49%	5,64%	9,4%
	1.440.000,01	1.560.000,00	0,68%	0,68%	2,05%	0,51%	5,88%	9,8%
	1.560.000,01	1.680.000,00	0,71%	0,71%	2,12%	0,54%	6,12%	10,2%
	1.680.000,01	1.800.000,00	0,74%	0,74%	2,20%	0,56%	6,36%	10,6%
	1.800.000,01	1.920.000,00	0,77%	0,77%	2,27%	0,59%	6,60%	11,0%
	1.920.000,01	2.040.000,00	0,80%	0,80%	2,35%	0,61%	6,84%	11,4%
	2.040.000,01	2.160.000,00	0,84%	0,84%	2,42%	0,62%	7,08%	11,8%
	2.160.000,01	2.280.000,00	0,86%	0,86%	2,52%	0,64%	7,32%	12,2%
	2.280.000,01	2.400.000,00	0,89%	0,89%	2,61%	0,65%	7,56%	12,6%

Tabela II – Alíquotas de incidência no Sistema Simples (Lei 9317/96)

Em se tratando de empresa que seja contribuinte de IPI será acrescido o percentual de 0,05 nos índices acima, já com impostos como ICMS e ISS é tratado da seguinte forma:

- Microempresa com recolhimento exclusivo de ICMS, adiciona 1 ponto percentual; se for contribuinte de ICMS e ISS adiciona 0,5 pontos percentuais.
- Empresa de Pequeno Porte que recolhe somente ICMS, acresce-se 2,5% aos índices da tabela, se for devido também o ISS soma-se 2 pontos percentuais.

O pagamento unificado devidos às empresas optante pelo simples, será feito de forma centralizada até o 20º dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta. Para fins deste recolhimento a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES) e estes não poderão ser objetos de parcelamento.

A opção pelo SIMPLES se dá mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de ME ou EPP no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

- I – a especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);
- II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

Não poderão optar pelo SIMPLES como microempresas as que no ano exercício anterior teve receita bruta superior a R\$ 240.000,00, nem como EPP as que tiveram no ano exercício anterior receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00 além das empresas com serviços relacionados no art. 9º do inciso III ao XIX da lei 9.317/96.

A exclusão do SIMPLES se dá mediante a comunicação pela pessoa jurídica por opção ou obrigatoriedade quando incorrer qualquer excludente citado no art. 9º ou quando ultrapassar o limite mensal de receita bruta auferida pelas empresas. Por ofício mediante as sanções impostas pelo art. 14º desta lei.

2.12. Sistema Integrado de impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SUPER SIMPLES (LC. 123/2006):

Mais conhecida como Super Simples a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – LC 123/2006, trata-se de um projeto de regulamentação das questões tributárias para pessoas jurídicas com faturamento até os limites determinados em lei, que simplificará o pagamento de diversos tributos e demais questões burocráticas que os envolvem.

De toda forma, mais do que uma comemoração dos economistas que pregam a necessidade de desenvolvimento, tal normatização representa um marco na história jurídico-tributária do país.

Neste ponto, vale lembrar que a redação original da Constituição de 1988 apenas tratava da micro e pequena empresa como uma forma de intervenção do Estado no domínio econômico, prevendo no art. 179 – portanto, fora do capítulo tributário -, que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei"*.

Mas a limitação constitucional era clara: somente poderia o Congresso Nacional legislar para os tributos federais, simplificando os seus procedimentos, mas falecendo de competência para tratar dos impostos estaduais e municipais, aí naturalmente incluídos o ICMS e o ISS.

Mas, como agora afirma a própria justificação do projeto da nova lei, *"o sucesso do SIMPLES federal, estimulou sua criação em 21 Estados da Federação, onde foram criados sistemas simplificados para tributos estaduais no âmbito de suas competências. Entretanto, os limites de enquadramento das empresas e as alíquotas de recolhimento são muito diferenciados entres os Estados da Federação"*.

Contudo, o ponto chave da nova lei reside nesta uniformização. A uma, passam a existir definições nacionais, com patamares de faturamento anual bruto para conceituação de micro e pequena empresa (R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões, respectivamente, - Art. 3º, L.C. nº 123, de 2006).

O Super Simples é composto por seis tributos federais (IR, IPI, CSLL, PIS, Cofins e contribuição previdenciária), um estadual (ICMS) e outro municipal (ISS). Já o atual Simples (Lei 9.317/96), que vigora até 30/06/2007, engloba apenas os impostos e contribuições da União.

Identifica-se claramente que o Simples Nacional trata do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal), além de determinar outros parâmetros de enquadramento, desenquadramento, base de cálculo, formas de recolhimento que será detalhado adiante.

A partir do dia 1º de Julho de 2007 a lei complementar 123 de 14.12.2006 entrará em vigor, migrando automaticamente para o Simples Nacional as empresas que já estão enquadradas no SIMPLES que não tem débitos com a União, nem estão

sendo excluídas pelo novo sistema. Já as empresas que tem débitos pendentes poderão até o dia 31/07/2007 buscar parcelamento junto aos órgãos competentes.

O Simples Nacional estabelece os mesmos critérios de análise para microempresas e empresa de pequeno porte já adotado no ponto específico deste detalhamento.

Já para o enquadramento no novo sistema, tem-se limites diferentes para a base de cálculo do imposto devido pelas ME e EPP. Separados pelo índice de participação no PIB nacional tem os seguintes critério:

- Estados (e seus respectivos municípios) com participação em até 1% do PIB (atualmente RO, AC, RR, AP, TO, MA, PI, RN, PB, AL, SE) poderão adotar o limite de R\$ 1,2 milhão para as pequenas empresas;
- Estados (e seus respectivos municípios) com participação em até 5% do PIB (atualmente AM, PA, CE, PE, BA, ES, SC, MT, MS, GO e DF) poderão adotar o limite de R\$ 1,8 milhão para pequenas empresas;
- Estados (e seus respectivos municípios) com participação acima de 5% do PIB (atualmente MG, RJ, SP, PR e RS) terão o limite de R\$ 2,4 milhões para as pequenas empresas.

Porém os limites estaduais valem apenas para o ICMS e ISS, se a empresa ultrapassar os limites de 1,2 milhões (Estados com 1% PIB) e 1,8 milhões (Estado com até 5% PIB), o índice do Simples Nacional incidirá pelos tributos federais, e recolherão normalmente o imposto estadual e municipal.

Os impostos aglutinados pelo Simples Nacional são os seguintes:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IPRJ)

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
- PIS/Pasep
- Contribuição para o INSS
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

Como no simples anterior, esta unificação não desobriga a empresa o recolhimento dos de alguns impostos ou contribuições, conforme descritos abaixo:

- I. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- II. Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- III. Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- IV. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - IPTR;
- V. Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;
- VI. Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;
- VII. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;
- VIII. Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

- IX. Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;
- X. Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;
- XI. Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;
- XII. Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;
- XIII. ICMS devido;
- XIV. ISS devido;
- XV. demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

O art. 17º desta lei apresenta as empresas que não terão o direito pelo Simples Nacional, e em seu 1º parágrafo, enumera as empresas que poderá usufruir deste direito.

Empresas que não têm direito ao “Super Simples”

- 1 - que explore atividade de prestação de serviços de assessoria creditícia.
- 2 - que tenha sócio domiciliado no exterior;
- 3 - de cujo capital participe entidade da administração pública;
- 4 - que preste serviço de comunicação;
- 5 - que possua débito com o INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

6 - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

7 - que seja geradora, transmissora ou distribuidora de energia elétrica;

8 - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

9 - que exerça atividade de importação de combustíveis;

10 - que exerça atividade de produção ou venda, no atacado, de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem como de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota maior que 20% ou com alíquota específica;

11 - que preste serviços de cunho intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

12 - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

13 - que realize atividade de consultoria;

14 - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.

Empresas que têm direito ao “Super Simples”

1 - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;

2 - agência terceirizada de correios;

3 - agência de viagem e turismo;

4 - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

5 - agência lotérica;

6 - serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;

7 - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

8 - serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;

9 - serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

10 - serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

11- serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

12 - veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;

13 - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;

14 - transporte municipal de passageiros;

15 - empresas montadoras de estandes para feiras;

16 - escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

17 - produção cultural e artística;

18 - produção cinematográfica e de artes cênicas;

19 - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

20 - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

21 - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

22 - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

23 - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

24 - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; desde que realizados em estabelecimento do optante;

25 - escritórios de serviços contábeis;

26 - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Pode-se notar que para algumas empresas que não tinham direito no simples, agora poderá optar pelo Simples Nacional (academias de artes marciais ou agência terceirizadas dos Correios), e outras perderão seu direito como por exemplo, empresas de comunicação e boa parte das consultorias.

O art. 18º desta lei apresenta uma das grandes mudanças do sistema Simples de 1996 para o Simples Nacional, a sua base de cálculo. No modelo anterior, as empresas calculavam a alíquota do imposto em cima da receita bruta acumulada durante o ano em exercício. Ou seja, em Junho daquele ano, a alíquota do imposto era calculada pela receita bruta desde janeiro. Agora, a porcentagem de imposto a pagar deve ser medida em cima da receita acumulada nos últimos doze meses. Ou seja, em junho, calcula-se a alíquota em cima da receita de julho de um ano a junho do ano corrente.

No Simples Nacional as alíquotas para recolhimento de impostos do Comércio, Indústrias e Serviços são diferentes, regidos pelos anexos I a V desta LC. Relacionamentos de forma compacta o regimento destas alíquotas:

- para o comércio, as alíquotas variam de 4 a 11,61%, conforme a ANEXO I
- para indústria, as alíquotas variam de 4,5 a 12,11%, conforme ANEXO II

Na área de serviços, há três tabelas diferentes:

- locação de bens móveis têm alíquotas entre 6 e 17,42%, conforme ANEXO III
- as empresas que se enquadram nos itens 1 a 12 da lista do Simples Nacional, também pagam de 6 a 17,42% de receita, conforme ANEXO III
- as empresas prestadoras de serviços que estão nos itens 13 a 18 da lista do Simples Nacional pagarão de 4,5 a 16,85% da receita, conforme ANEXO IV, além do INSS dos donos da empresa, que deve ser recolhido separadamente.
- as empresas prestadoras de serviços que estão nos itens 19 a 26 da lista do Simples Nacional terão alíquotas de 4 a 15% da receita, conforme ANEXO V, mais o ISS, baseado na ANEXO IV.

Já a os serviços de transporte interestadual e intermunicipal, objeto deste estudo tem no art. 18º, parágrafo 5º e inciso IV um tratamento diferenciado:

“VI - as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, acrescido das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do "caput" do art. 13 desta Lei Complementar, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis”.

Em se tratando de ultrapassar os limites de receita bruta estabelecidos por esta lei, no art. 18º, parágrafo 16º tem a seguinte orientação:

Se o valor da receita bruta auferida durante o ano calendário ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a parcela de receita que exceder o montante assim determinado estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

Para o recolhimento destes impostos têm normas específicas estabelecidas pelo art. 21 que se resumem em:

- Por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;
- Segundo códigos específicos, para cada espécie de receita discriminada no parágrafo 4º do art. 18 desta Lei Complementar;
- Enquanto não regulamentado pelo Comitê Gestor, até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele a que se referir;
- Em banco integrante da rede arrecadadora credenciada pelo Comitê Gestor.
- Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.
- Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, inclusive sem utilização da rede bancária, mediante requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.

- O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.
- Caso tenha havido a retenção na fonte do ISS, ele será definitivo e deverá ser deduzida a parcela do Simples Nacional a ele correspondente, que será apurada, tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção, na forma prevista nos parágrafos 12 a 14 do art. 18 desta Lei Complementar, não sendo o montante recolhido na forma do Simples Nacional objeto de partilha com os municípios.
- O Comitê Gestor regulará o modo pelo qual será solicitado o pedido de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

2.13. ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

Conforme Art. 2º da lei 40 de 18.12.2001 do município de Curitiba dispõe sobre os tributos municipais estabelece que a incidência do Imposto Sobre Serviços se dá a toda prestação de serviço, qualquer que seja sua natureza, de acordo com a lista prevista no Anexo I desta lei, ainda que essa não seja atividade principal da empresa. Identifica-se o ponto principal desta pesquisa no item 16 conforme abaixo:

*“16 - Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.”*

O fato gerador se consolida quando consuma a atividade em que, consiste a prestação do serviço.

As alíquotas incidentes sobre cada serviço prestado estão dispostos no art. 4º da lei. Em se tratando de Serviços de transporte de natureza municipal que é o objeto

desta pesquisa, fica estabelecido pelo inciso IV deste artigo que a alíquota é de 5,0% (cinco por cento).

O contribuinte é o prestador do serviço, porém o responsável pelo recolhimento do imposto é o sujeito passivo que, estando vinculado ao fato impositivo da obrigação tributária, mesmo não sendo contribuinte, esteja obrigado ao pagamento do imposto devido por aquele. Considera-se também o ISS Retido na Fonte, estabelecido pelo art. 8º que informa a natureza de cada atividade com sua obrigatoriedade de retenção do imposto.

A base de cálculo do imposto, descrito no art. 13º é claro. “Base disponível é valor ou preço total do serviço, quando não se tratar de tributo fixo.”

As atividades que são isentas do recolhimento destes impostos, estão descritas do art. 85 desta lei. Dentre elas entidades culturais, editoras de jornais, revistas, rádio, televisão além dos autônomos com serviço relacionado ao ANEXO IV desta LC.

O recolhimento deste tributo se dá através do documento especial estabelecido pela prefeitura municipal e atualmente poderá ser emitido pelo site da prefeitura descrito abaixo. Seu vencimento é todo dia 10 do mês subsequente a retenção, caindo em feriados ou final de semana, o pagamento será feito no primeiro dia útil imediatamente.

2.14. ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O Decreto nº 5141, de 12.12.2001, denominado Regulamento de ICMS, institui em seus artigos parâmetros para incidência de ICMS sobre transporte da empresa em questão. Conforme descrito em seu 1º artigo:

Art. 1º - O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, de que trata a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, será regido pelas disposições contidas neste Regulamento.

O artigo segundo desta lei, e em seu inciso II deixa muito claro sua incidência quanto descreve que prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores tem incidência do imposto.

Seu fato gerador do imposto é considerado no início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza.

A base de cálculo para este imposto, no caso de prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é o preço do serviço, ou seja, o valor cobrado pela prestação. Podendo ser deduzido desta base valores correspondente ao pedágio, na prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas.

O Art. 15 trata da alíquotas internas deste imposto, e em seu inciso II apresenta como alíquota 12% (doze por cento) para os serviços de transporte. Já em outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas também na operações que o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado e da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;

Já o Art. 16 trata das alíquotas para operações e prestações interestaduais e dá as seguintes instruções:

I - 12% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, ressalvado o disposto no inciso III deste artigo;

II - 7% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior, ressalvado o disposto no inciso seguinte;

III - 4% nas prestações de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal (Resolução nº 95/96 do Senado Federal).

O local do pagamento do imposto, em se tratando de prestação de serviço de transporte se dá onde se encontre o veículo transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação fiscal inidônea; o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII o art. 5º e para os efeitos do Parágrafo 3º do art. 6º e onde tenha início a prestação, nos demais casos;

O imposto deverá ser pago em GR-PR, nos prazos estipulados conforme inciso XV do artigo 56º, na prestação de serviço de transporte, ressalvadas as hipóteses dos incisos I, XI e XII;

O inciso XV deste artigo em GR-PR, nos demais casos de pagamento sob regime normal, no mês seguinte ao de apuração, de acordo com o algarismo final da

numeração seqüencial estadual do número de inscrição no CAD/ICMS, observados os seguintes prazos:

- a) até o dia 11 - finais 1 e 2;
- b) até o dia 12 - finais 3 e 4;
- c) até o dia 13 - finais 5 e 6;
- d) até o dia 14 - finais 7 e 8;
- e) até o dia 15 - finais 9 e 0;

A partir do art. 406 desta lei, é estabelecido o regime fiscal das microempresas e das empresas de pequeno porte, dando um tratamento tributário diferenciado para eles. Para isso o estado atribui como enquadramento de microempresas e empresa de pequeno porte os seguintes limites de receita bruta.

I - Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;

II - Empresa de Pequeno Porte - EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

Quanto aos outros critérios para se enquadrar como microempresa e empresa de pequeno porte considera-se a lei geral das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecido pelo Congresso Nacional através da lei 9841 de 05.10.1999.

Porém o art. 409 deste decreto proíbe a empresa pesquisada de optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa conforme inciso III abaixo descrito:

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

As alíquotas para recolhimento de ICMS das empresas aptas a se enquadrarem no regime tributário das microempresas e empresas de pequeno porte apresentadas neste decreto são instituídas pelo Art. 411 conforme incisos descritos abaixo:

I - 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

II - 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais);

III - 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).

2.15. Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ

Para fins de recolhimento de IRPJ poderá ser aplicado a alíquota de 15% sobre lucro real ou lucro presumido. Sendo Lucro real apurado com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões permitidas, e pela compensação dos prejuízos fiscais até o limite definido em lei específica (regra geral).

Para facilitar os cálculos dos impostos e suas comparações será adotar o Lucro presumido, que poderá ser adotado por empresas que tenha auferido receita bruta de até R\$48.000.000,00, no ano imediatamente anterior, pode adotar essa forma de apuração do imposto, devendo o mesmo ser apurado em períodos trimestrais.

Para determinação do lucro presumido utilizam-se os seguintes coeficientes que são aplicados sobre a receita bruta sendo de 8% sobre a receita da revenda de mercadorias, serviços hospitalares e de transporte de cargas e de 16% sobre a receita da prestação de serviços de transporte, exceto de cargas;

2.16. Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor. A alíquota da CSLL é de 9%.

A base de cálculo da CSLL para pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido será a soma dos seguintes valores:

- o valor correspondente a 12% ou 32% da receita bruta auferida no trimestre.

A partir de 01.09.2003 as alíquotas eram de 12% da receita bruta para as atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte; 32% para prestação de serviços em geral (exceto a de serviços hospitalares e transporte). Além dos valores correspondentes aos demais resultados e ganhos de capital assim definidos nos termos da legislação específica.

2.17. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

São contribuintes da Cofins as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas nos termos da lei pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

A Cofins incide sobre o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas, observadas as exclusões admitidas em lei específica.

A alíquota geral da Cofins é de 3%, com incidência Cumulativa para as empresas com apuração do lucro presumido.

2.18. Contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep)

As Contribuições para o PIS-Pasep são destinadas à promoção da integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e a formação do patrimônio do servidor público, nos termos das Leis Complementares nº 7, de 7 de dezembro de 1970, e nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

São contribuintes do PIS-Pasep as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas nos termos da lei pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Há duas modalidades de contribuição do PIS-Pasep sendo sobre o Faturamento e sobre a Folha de Salários, para fins de facilitar nossos cálculos comparativos, será adotado a primeira modalidade que cuja base de cálculo é o faturamento mensal,

que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas, observadas as exclusões admitidas em lei específica.

Para recolhimento deste imposto adota-se alíquota de 1,65% sobre faturamento bruto da empresa.

3. A EMPRESA:

3.1. Descrição geral:

Atual Transportes e Agenciamento de Cargas Ltda

End.: Rua Edmee Neal Algouver, 191 – Sob 06

CEP: 81.770-370

Curitiba - Paraná

Com seu capital inicial investido pelos sócios, foi utilizado totalmente para investimento do imobilizado (frota). Sua atividade econômica principal é o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE – 49.30-2-02).

Na sua inscrição foram incluídas mais duas atividades secundárias, conforme descritas abaixo:

52.32-0-00 – Atividades de agenciamento marítimo

79.11-2-00 – Agências de viagens

Atualmente está atuando no transporte de eletrodomésticos, móveis e medicamentos interestadual. Seu capital atual é de R\$ 215.000,00 com faturamento anual previsto para R\$ 150.000,00. Possui 3 funcionários e tem um imobilizado de 2 caminhões e 1 trafic.

Com uma sociedade entre irmãos, surgiu após estarem no ramo a mais de 6 anos, instituída pela necessidade de contratos diretos com os clientes, construir uma malha de relacionamento com empresas que necessitem deste serviço, além da necessidade de registro de seus funcionários, surgiu a constituição desta empresa.

Seu início foi através de quarteirização em grandes empresas de logística. Após fechamento de contratos com empresas tomadoras deste serviço, passou a atuar como prestadora direta com cliente, sem intermediários.

3.2. Diagnóstico da Situação

Atualmente a empresa é uma sociedade limitada, sem opção pelo simples e com recolhimentos de todos os impostos federais, estaduais, municipais e trabalhistas, sem unificação e incentivos propostos pelo governo federal à microempresas e empresas de pequeno porte.

Com faturamento anual previsto em seus controles, está enquadrada como microempresa, dificilmente será uma EPP baseando-se no faturamento mensal atual.

Situação financeira estável, com muitas mudanças para serem realizadas, busca sua adequação ao sistema de tributos unificado (SIMPLES) e posteriormente transferência ao sistema Simples Nacional.

4. PROPOSTA

4.1. Sistema ou subsistema proposto:

A proposta é de uma forma legal e com informações realmente pertinentes com a atividade principal e as secundárias desempenhadas pela empresa, buscar uma melhor adequação no planejamento tributário. Pois é notado que a empresa não está inclusa no sistema unificado de pagamento de tributos, o qual dará grande economia de impostos federais e trabalhista.

4.2. Plano de implantação:

Primeiro passo estará sendo analisada cada lei que poderá possibilitar o enquadramento correto da empresa e através de mudanças no seu registro federal, tanto na atividade principal quanto as secundárias, buscar a melhor estratégias para as mudanças.

A responsabilidade pelas mudanças será do contador responsável pela contabilidade da empresa o qual dará entrada nos órgãos competentes, porém terá a assistência do responsável por este projeto que produzirá sugestões e consultorias sobre o assunto.

4.3. Recursos:

Entende-se que os recursos principais para essas mudanças são as leis federais, estaduais e municipais. Além de sites de orientação contábil, sites do governo federal e consultas com auditores da receita federal.

4.4. Resultados esperados:

Que a empresa chegue há um patamar adequado de recolhimento de impostos e um enquadramento correto na sua constituição empresarial. No prazo máximo de três meses.

4.5. Riscos ou problemas esperados e medidas preventivas/corretivas:

O risco passivamente visto é a não aceitação da receita federal nas mudanças que deverão ser feitas. Isso poderá ser amenizada através de uma fiel análise da situação atual e das leis vigentes no país que possibilitam as alterações e adequações pertinentes a atividade da empresa.

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente a empresa não está inscrita no sistema integrado de recolhimento de impostos e contribuições (SIMPLES) o que lhe daria como opção após alguns ajustes. Ao falar com o contador responsável pela abertura e pela contabilidade da empresa foi informado que na sua constituição a Receita Federal recusou a opção.

Analisando todos os dados a repassados e notadamente o maior problema a ser resolvido, é mudança na adequação das atividades secundárias da empresa. Segundo a lei 9.317/1996 a empresa poderia ser optante pelo simples, porém o contador nos informou que pediu várias vezes mas a receita não autorizou. Conforme informação dada ao contador, a não aceitação da receita pela opção do simples, se deu pelo fato das atividades secundárias, as quais, entendem que existem cessão de mão de obra e com isso não poderiam ter essa opção.

Identifica-se que ao optar pelo simples a única alteração seria feita em 01/Jan/2008. Conforme art. 8º da lei 9.317/1996 a opção pelo simples seria a longo prazo conforme parágrafo transcrito abaixo:

“Parágrafo 2º - A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.”

A Segunda opção surgiu quando analisando a lei complementar 123/2006, que dispõe do sistema integrado de recolhimento de impostos e contribuições a nível nacional (Simples Nacional). Notou-se que daria um retorno mais rápido e seria a lei que entraria em vigor a partir do dia 01/07/07.

Para adequar a empresa nesse novo sistema deveria fazer algumas alterações cadastrais. Mudaria as atividades secundárias, pois as que estavam no cadastro vetava a opção.

A Atividade Principal e Secundárias cadastradas na empresa são:

I - 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

II - 52.32-0-00 – Atividades de agenciamento marítimo

III - 79.11-2-00 – Agências de viagens

As atividades II e III vetam a opção pelo Simples Nacional por haver possibilidades da empresa ter cessão de mão de obra na área de turismo e agenciamento de cargas, até mesmo o transporte de passageiros na relação de agência de viagens. E essas opções de serviços são vetados pelo artigo 17º da LC 123/2006.

“Art. 17 - Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;”

Porém o parágrafo 1º desta lei possibilita empresas que tenham serviços exclusivos de viagem e turismo e transporte de passageiro. Isso não se enquadra nesta empresa, pois sua atividade principal é a de transporte intermunicipal, interestadual de cargas.

“Parágrafo 1º - As vedações relativas a exercício de atividades previstas no "caput" deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades

que não tenham sido objeto de vedação no "caput" deste artigo:

III - agência de viagem e turismo;

XIV - transporte municipal de passageiros;"

Ao analisar o contrato social, identifica-se mais um item que vetava esta opção conforme abaixo:

"Essa sociedade tem por objetivo social o ramo de transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional, atividades de agência de organizadores de viagens, serviços de operadora de turismo."

O fato de haver atividade de agência de organizadores de viagens e serviços de operadora de turismo vetava por se tratar de uma cessão de mão de obra.

Com isso identifica-se que precisava primeiramente fazer a alteração do contrato social e depois proceder as alterações necessárias no cadastro geral desta empresa.

Ao final de nosso trabalho foi realizada uma reunião final com os proprietários e o contador responsável pela empresa. Ali tomou-se como assunto principal as economias adquiridas pela empresa ao se tornar optante pelo simples e sugeriu-os as alterações e procedimentos descritos abaixo:

A primeira etapa seria uma alteração contratual, conforme proprietários a atividade única e principal é o transporte rodoviário de cargas no âmbito nacional, ou seja, municipal, intermunicipal e interestadual. Para isso a nova redação da descrição do contrato social deveria ser:

"Essa sociedade tem por objetivo social os ramos de transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e

internacional, serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista.”

Entende-se que as duas atividades descritas no contrato social deverá corresponder as atividades principal e secundária em sua inscrição federal, sendo:

I - 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

II - 49.23-0-02 – Serviço de Transporte de Passageiros – Locação de automóveis com motorista.

Realizando essas alterações a empresa poderia ser facilmente incluída no Simples Nacional e continuaria desempenhando suas atividades normalmente. Com essas atribuições a empresa poderá fazer o transporte de carga de sua especialidade e eventualmente, transportar passageiros em viagens como locação de veículo com motorista. Realmente a empresa não organiza viagem e está apta somente ao transporte desses serviços. Portanto essas atividades não estariam sendo barradas em nenhum momento pelas leis que regem o Simples Nacional.

5.1. Simulação dos Impostos

Para fins de análise de ganhos tributários nos sistemas possíveis de enquadramento da empresa pesquisada, será tomado como base de cálculo o faturamento bruto em três estágios, sendo:

1º R\$ 80.000,00

2º R\$ 100.000,00

3º R\$ 150.000,00

4º R\$ 250.000,00

Será adotado a empresa sem enquadramento nos sistemas de unificação de impostos (sem carga tributária trabalhista), enquadramento no Simples conforme lei 9317 de 1996 e Simples nacional a vigorar a partir de 01/07/07 (LC 123/2006)

5.2. Sem enquadramento

Será analisado tributos vinculados diretamente na prestação do serviço em questão, transporte municipal, intermunicipal e interestadual de cargas.

Prestação de Serviço

Faturamento Bruto Anual	Aliquotas / Valores							Imposto Total	% Total
	IRPJ (15%)		CSLL (9%)		Base Cofins	COFINS	PIS/PASEP		
	Base 8%	R\$	Base 12%	R\$	PIS	(3%)	(1,65%)		
80.000,00	6.400,00	960,00	9.600,00	864,00	80.000,00	2.400,00	1.320,00	5.544,00	6,93%
100.000,00	8.000,00	1.200,00	12.000,00	1.080,00	100.000,00	3.000,00	1.650,00	6.930,00	6,93%
150.000,00	12.000,00	1.800,00	18.000,00	1.620,00	150.000,00	4.500,00	2.475,00	10.395,00	6,93%
250.000,00	20.000,00	3.000,00	30.000,00	2.700,00	250.000,00	7.500,00	4.125,00	17.325,00	6,93%

Tabela III – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Prestação de Serviço)

Impostos Sobre a Folha

Faturamento Bruto Anual	FGTS			INSS (Retido na Fonte)			Imposto Total	% Total
	Base	Aliquota	R\$	Base 30% Fat	Aliquota	R\$		
80.000,00	9.600,00	8,00%	768,00	24.000,00	11,00%	2.640,00	3.408,00	4,26%
100.000,00	12.000,00	8,00%	960,00	30.000,00	11,00%	3.300,00	4.260,00	4,26%
150.000,00	18.000,00	8,00%	1.440,00	45.000,00	11,00%	4.950,00	6.390,00	4,26%
250.000,00	30.000,00	8,00%	2.400,00	75.000,00	11,00%	8.250,00	10.650,00	4,26%

Tabela IV – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Folha de pagamento)

Consolidado

Faturamento Bruto Anual	Prestação de Serviços		Folha de Pagamento		Consolidado	
	Imposto	% Total	Imposto	% Total	Imposto	% Total
80.000,00	5.544,00	6,93%	3.408,00	4,26%	8.952,00	11,19%
100.000,00	6.930,00	6,93%	4.260,00	4,26%	11.190,00	11,19%
150.000,00	10.395,00	6,93%	6.390,00	4,26%	16.785,00	11,19%
250.000,00	17.325,00	6,93%	10.650,00	4,26%	27.975,00	11,19%

Tabela V – Simulação de Impostos – Empresas sem enquadramento no Simples (Consolidado)

5.3. Enquadrado no Simples

Será analisado o planejamento tributário após inclusão da empresa no sistema integrado de recolhimento de impostos e contribuições para microempresas e empresa de pequeno porte

Transporte Intermunicipal e Interestadual de Cargas

Faturamento Bruto Anual	Aliquotas / Valores				Imposto Total	% Total
	Simples*	R\$	ICMS**	R\$		
80.000,00	4,00%	3.200,00	12,00%	9.600,00	12.800,00	16,00%
100.000,00	5,00%	5.000,00	12,00%	12.000,00	17.000,00	17,00%
150.000,00	5,40%	8.100,00	12,00%	18.000,00	26.100,00	17,40%
250.000,00	5,80%	14.500,00	12,00%	30.000,00	44.500,00	17,80%
* Art. 5º da lei 9317 de 05.12.1996						
** Art. 15 do Decreto nº 5141/PR, de 12.12.2001						

Tabela VI – Simulação de Impostos – Transporte intermunicipal e interestadual (Simples)

Transporte Municipal de Cargas

Faturamento Bruto Anual	Aliquotas / Valores				Imposto Total	% Total
	Simples*	R\$	ISS**	R\$		
80.000,00	4,00%	3.200,00	5,00%	4.000,00	7.200,00	9,00%
100.000,00	5,00%	5.000,00	5,00%	5.000,00	10.000,00	10,00%
150.000,00	5,40%	8.100,00	5,00%	7.500,00	15.600,00	10,40%
250.000,00	5,80%	14.500,00	5,00%	12.500,00	27.000,00	10,80%
* Art. 5º da lei 9317 de 05.12.1996						
** Art. 4º da Lei Municipal de No. 40 de 18.12.2001 (Curitiba)						

Tabela VII – Simulação de Impostos – Transporte municipal (Simples)

5.4. Enquadrado no Super Simples

Simulando o pagamento de impostos desta mesma empresa após inclusão no Simples Nacional, vigorando a partir do dia 01/07/2007.

Transporte Intermunicipal e Interestadual de Cargas

Faturamento Bruto Anual	Aliquotas / Valores				Imposto Total	% Total
	Simples*	R\$	ICMS**	R\$		
80.000,00	4,00%	3.200,00	1,25%	1.000,00	4.200,00	5,25%
100.000,00	4,48%	4.480,00	1,25%	1.250,00	5.730,00	5,73%
150.000,00	4,48%	6.720,00	1,86%	2.790,00	9.510,00	6,34%
250.000,00	4,96%	12.400,00	2,33%	5.825,00	18.225,00	7,29%
* Anexo V da LC 123 de 15.12.2006						
** Anexo I da LC 123 de 15.12.2006						

Tabela VIII – Simulação de Impostos – Transporte intermunicipal e interestadual (Super Simples)

Transporte Municipal de Cargas

Faturamento Bruto Anual	Aliquotas / Valores				Imposto Total	% Total
	Simplex*	R\$	ISS*	R\$		
80.000,00	2,50%	2.000,00	2,00%	1.600,00	3.600,00	4,50%
100.000,00	2,50%	2.500,00	2,00%	2.000,00	4.500,00	4,50%
150.000,00	3,75%	5.625,00	2,79%	4.185,00	9.810,00	6,54%
250.000,00	4,20%	10.500,00	3,50%	8.750,00	19.250,00	7,70%

* Anexo IV da LC 123 de 15.12.2006

Tabela IX – Simulação de Impostos – Transporte municipal e interestadual (Super Simplex)

5.5. Comparação

Comparando o recolhimento de impostos desta empresa nas condições de Simplex ou Simplex Nacional pode-se traçar um parâmetro como economia, planejamento e responsabilidade com os tributos.

Faturamento Bruto Anual	Sem enquadramento		Simplex Lei 9317/1996		Super Simplex LC 123/2006	
	Municipal	Intermunicipal Interestadual	Municipal	Intermunicipal Interestadual	Municipal	Intermunicipal Interestadual
80.000,00	11,19%	11,19%	9,00%	16,00%	4,50%	5,25%
100.000,00	11,19%	11,19%	10,00%	17,00%	4,50%	5,73%
150.000,00	11,19%	11,19%	10,40%	17,40%	6,54%	6,34%
250.000,00	11,19%	11,19%	10,80%	17,80%	7,70%	7,29%

Tabela X – Comparativo das Simulações de Impostos

6. Conclusão

Analisando o sistema de atividades e o enquadramento da empresa, verifica-se que sua melhor opção é o seu enquadramento no Simples Nacional. Conforme descrito acima, as alterações solicitadas não comprometeriam o desempenho de suas atividades, porém diminuiriam os valores recolhidos como impostos.

Nota-se através da tabela X que faz uma relação da carga de impostos relacionados a cada enquadramento, que para a empresa a vantagem de ser optante do simples (antigo) seria possível somente se tivesse mais de 90% de suas atividades no âmbito municipal. Portanto com o Simples Nacional, não há problemas em sua fatia de serviço, em se tratando de municipal e intermunicipal, interestadual. Nas bases desses cálculos sua redução de carga tributária poderá chegar até em 5,94 pontos percentuais e atualmente com seu faturamento baseado em R\$ 150.000,00 sua redução na carga tributária ficará na casa dos 4,85%.

Esse enquadramento será vantajoso quando a carga tributária do Super Simples não ultrapassar a alíquota de 11,29% que é o índice das empresas não enquadradas, porém esse índice poderá ser medido por simulação dos impostos através das tabelas anexas a LC 123/2006.

Numa visão única de atividade, nota-se o não favorecimento da opção a partir da receita bruta de R\$ 960.000,00 para transportes municipais que incidirá 11,51% de imposto e R\$ 1.080.000,00 no transporte intermunicipal, interestadual que terá 11,42% de imposto. Concluí-se que uma análise detalhada das atividades das empresas, juntamente com as leis federais, estaduais e municipais, pode ter sucesso na redução da carga tributária da empresa, sem comprometer a ética e a responsabilidade social e fiscal.

7. Referência Bibliografia

- 7.1. GUBERT, P.A. Pinheiro. Planejamento Tributário: Análise jurídica e ética. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- 7.2. SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. A interpretação econômica no Direito Tributário: A LC 104/2001 e os limites do planejamento tributário. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord.) O Planejamento Tributário e a LC 104. São Paulo: Dialética, 2001.
- 7.3. YOUNG, Lúcia Helena Briski. Planejamento Tributário: Fusão, Cisão e Incorporação. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2005
- 7.4. BORGES, Humberto Bonavides. Curso de especialização de analistas tributários: IPI, ICMS e ISS. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003
- 7.5. Gonçalves, Paulo Gimenez; Mestre em Engenharia – Consultor; São Paulo, 07 de dezembro de 2005; Paper: Impacto dos Impostos nos Custos e no Planejamento Logístico
- 7.6. Spínola, André da Silva, advogado e consultor em Brasília (DF), especialista em Direito de Empresa e Gestão de Negócios; Paper: As grandes incongruências do Simples: advogado e consultor em Brasília (DF), especialista em Direito de Empresa e Gestão de Negócios
- 7.7. Ribeiro, Ana Paula, da Folha Online, em Brasília: Contribuinte fará adesão ao Super Simples em julho
- 7.8. Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (DOU de 15.12.2006)
- 7.9. Lei Nº 9317, de 05 de dezembro de 1996 (DOU de 06.12.96)
- 7.10. Lei Nº 9841, de 05 de outubro de 1999 (DOU de 06.10.99)
- 7.11. Decisão Nº 07, de 03 de Janeiro de 2001 (DOU de 23.04.2001)

- 7.12. LC Nº 40/Curitiba, de 18 de dezembro de 2001 (DOM de 18.12.2001)
- 7.13. Regulamento de ICMS/PR (Aprovado pelo Decreto nº 5141, de 12.12.2001)
- 7.14. www.curitiba.gov.br
- 7.15. www.pr.gov.br
- 7.16. www.receita.fazenda.gov.br
- 7.17. www.fiscodata.com.br

ANEXO A

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Impostos

Competência da União:

II - Imposto sobre a Importação de produtos estrangeiros;

IE – Imposto sobre a Exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados;

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados;

IR – Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza;

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários.

Competência dos Estados e Distrito Federal:

ITCD – Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos;

ICMS – Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação;

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Competência dos Municípios:

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

ITBI – Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como a cessão de direitos a sua aquisição;

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

ANEXO B

INFORME FISCODATA: Esta Lei será tida como revogada, a contar de 01.07.2007, em face das disposições contidas no art. 89 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006).

LEI Nº 9841, DE 05 DE OUTUBRO DE 1999
(DOU DE 06.10.99)

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o Tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO

Art. 1º - Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9317, de 05.12.96, e alterações posteriores.

Parágrafo único - O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

INFORME FISCODATA: Os limites previstos nos incisos I e II do art. 2º abaixo tiveram os valores alterados pelo Decreto nº 5028, de 31.03.2004 (DOU de 01.04.2004), cuja vigência dá-se a contar da data da publicação, para os fins dos benefícios constantes nesta lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso I do art. 2º, pelo Decreto nº 5028, de 31.03.2004 (DOU de 01.04.2004), vigência a partir de 01.04.2004. (Redação Anterior)

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 2º, pelo Decreto nº 5028, de 31.03.2004 (DOU de 01.04.2004), vigência a partir de 01.04.2004. (Redação Anterior)

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos) e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais).

Parágrafo 1º - No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

Parágrafo 2º - O enquadramento de firma mercantil individual ou de pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

Parágrafo 3º - O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º - Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma desta Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social de outra empresa desde que a receita bruta global anual ultrapasse os limites de que tratam os incisos I e II do art. 2º.

Parágrafo único - O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou de empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras formas de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o art. 18 desta Lei.

CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º - A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação, da qual constarão:

- I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- II - o nome e demais dados de identificação da empresa;
- III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;
- IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º.

Art. 5º - Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º desta Lei.

Art. 6º - O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, é dispensado das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei nº 8934, de 18.11.94, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade.

Parágrafo único - Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no Parágrafo 2º do art. 1º a Lei nº 8906, de 04.07.94.

Art. 7º - Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único - É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV DO DESENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 8º - O desenquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

Parágrafo 1º - Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retorna à condição de microempresa.

Parágrafo 2º - A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de cinco anos.

Art. 9º - A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único - Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo III poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO V DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E TRABALHISTA

Art. 10 - O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11 - A microempresa e a empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74; 135, parágrafo 2º; 360; 429 e 628, parágrafo 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip.

Art. 12 - Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão, prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 13 - Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip pré-impressa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente a sua emissão.

CAPÍTULO VI DO APOIO CREDITÍCIO

Art. 14 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 15 - As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressas, nos respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único - As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16 - As instituições de que trata o art. 15, nas suas operações com as microempresas e com as empresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17 - Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - Mercosul para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 18 - (VETADO)

CAPÍTULO VII DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Art. 19 - O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20 - Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo vinte por cento serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único - As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 21 - As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único - As entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte criarão condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o art. 20.

Art. 22 - O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23 - As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único - Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle da exportação e da importação, deverão adotar procedimentos que facilitem as operações que envolvam as microempresas e as empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24 - A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO VIII DA SOCIEDADE DE GARANTIA SOLIDÁRIA

Art. 25 - É autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único - A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte com, no mínimo, dez participantes e participação máxima individual de dez por cento do capital social;

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a quarenta e nove por cento do capital social.

Art. 26 - O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:

I - finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;

III - proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e

IV - estrutura, compreendendo a Assembléia-Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27 - A sociedade de garantia solidária é sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a dez por cento do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e

III - dos resultados líquidos, alocação de cinco por cento, para reserva legal, até o limite de vinte por cento do capital social; e de cinquenta por cento da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembléia-Geral da sociedade.

Art. 28 - O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único - Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29 - As microempresas e as empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30 - A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializada na emissão dos títulos e valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único - O agente fiduciário de que trata o "caput" não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31 - A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às microempresas e às empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 32 - A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;

II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de multa de vinte por cento sobre o valor monetariamente corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33 - A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 - Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e as empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao órgão.

Art. 35 - As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente,

independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36 - A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerá independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que estes participem.

Art. 37 - As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4º, 5º e 9º desta Lei.

Art. 38 - Aplica-se às microempresas o disposto no parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 9099, de 26.09.95, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39 - O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observado o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no caput e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Art. 40 - Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9492, de 10.09.97, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29 - Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação,

dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente." (NR)

"Parágrafo 1º - O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no "caput" ou se forneçam informações de protestos cancelados." (NR)

"Parágrafo 2º - Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no "caput" somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados." (NR)

"Parágrafo 3º - Revogado."

"Art. 31 - Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito." (NR)

Art. 41 - Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo é autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43 - Revogam-se as Leis nº 7256, de 27.11.84, e nº 8864, de 28.03.94.

Brasília, 05 de outubro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO C

INFORME FISCODATA: Lei revogada pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006), vigência a partir de 01.07.2007.

LEI Nº 9317, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1996
(DOU DE 06.12.96)

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e das outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

CAPÍTULO II DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Seção Única Da Definição

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso I do art. 2º, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

I - microempresa a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 2º, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

II - empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Parágrafo 1º - No caso de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

Parágrafo 2º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

CAPÍTULO III DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - SIMPLES

Seção I Da Definição e da Abrangência

Art. 3º - A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Parágrafo 1º - A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao "caput" da alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º, pela Lei nº 10256, de 09.07.2001 (DOU de 10.07.2001), vigência a partir de 10.07.2001.

f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996, os arts. 22 e 22A da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991 e o art. 25 da Lei nº 8870, de 15 de abril de 1994.

Parágrafo 2º - O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;
- d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;
- g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

Parágrafo 3º - A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea "d" do parágrafo anterior, será definitiva.

Parágrafo 4º - A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º - O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

Parágrafo 1º - Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

Parágrafo 2º - O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

Parágrafo 3º - Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeitos a partir de 01 de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 4º do 4º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

Parágrafo 4º - Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano-calendário, seja superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Seção II Do Recolhimento e dos Percentuais

INFORME FISCODATA: Ficam acrescidos de 50% (cinquenta por cento) os percentuais referidos no art. 5º, em relação às atividades relacionadas nos incisos II a V do art. 1º desta Lei e às pessoas jurídicas que auferirem receita bruta decorrente da prestação de serviços em montante igual ou superior a trinta por cento da receita bruta total, pela Lei nº 10034, de 24.10.2000 (DOE de 25.10.2000), alterada pela Lei nº 10684, de 30.05.2003 (DOU de 31.05.2003 - EDIÇÃO EXTRA).

Art. 5º - O valor devido mensalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I - para as microempresas, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$ 60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de 90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "d" do inciso I do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

- d) de R\$ 120.000,01 (cento e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação a receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

a) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

b) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);

c) de R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);

d) de R\$ 480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);

e) de R\$ 600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).

INFORME FISCODATA: Nova redação dada as alíneas "f", "g", "h" e "i" do inciso II do art. 5º pela Lei nº 9732, de 11.12.98 (DOU de 14.12.98), vigência a partir de 14.12.98.

f) de R\$ 720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais): sete inteiros e quatro décimos por cento;

g) de R\$ 840.000,01 (oitocentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais): sete inteiros e oito décimos por cento;

h) de R\$ 960.000,01 (novecentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais): oito inteiros e dois décimos por cento;

i) de R\$ 1.080.000,01 (um milhão, oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais): oito inteiros e seis décimos por cento;"

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "j" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

j) de R\$ 1.200.000,01 (um milhão, duzentos mil reais e um centavo) a R\$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais): 9% (nove por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "l" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

l) de R\$ 1.320.000,01 (um milhão, trezentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais): 9,4% (nove inteiros e quatro décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "m" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

m) de R\$ 1.440.000,01 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.560.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta mil reais): 9,8% (nove inteiros e oito décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "n" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

n) de R\$ 1.560.000,01 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais): 10,2% (dez inteiros e dois décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "o" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

o) de R\$ 1.680.000,01 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais): 10,6% (dez inteiros e seis décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "p" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

p) de R\$ 1.800.000,01 (um milhão, oitocentos mil reais e um centavo) a R\$ 1.920.000,00 (um milhão e novecentos e vinte mil reais): 11% (onze por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "q" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

q) de R\$ 1.920.000,01 (um milhão, novecentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais): 11,4% (onze inteiros e quatro décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "r" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

r) de R\$ 2.040.000,01 (dois milhões, quarenta mil reais e um centavo) a R\$ 2.160.000,00 (dois milhões e cento e sessenta mil reais): 11,8% (onze inteiros e oito décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "s" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

s) de R\$ 2.160.000,01 (dois milhões, cento e sessenta mil reais e um centavo) a R\$ 2.280.000,00 (dois milhões e duzentos e oitenta mil reais): 12,2% (doze inteiros e dois décimos por cento);

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado a alínea "t" do inciso II do art. 5º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

t) de R\$ 2.280.000,01 (dois milhões, duzentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais): 12,6% (doze inteiros e seis décimos por cento).

Parágrafo 1º - O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

Parágrafo 2º - No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

Parágrafo 3º - Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais.

Parágrafo 4º - Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

Parágrafo 5º - A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

Parágrafo 6º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do art. 4º.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 7º do art. 5º pela Lei nº 9732, de 11.12.98 (DOU de 14.12.98), vigência a partir de 14.12.98.

Parágrafo 7º - No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), os percentuais a que se referem:

- I - o inciso III dos parágrafos 3º e 4º fica acrescido de um ponto percentual;
- II - o inciso IV dos parágrafos 3º e 4º fica acrescido de meio ponto percentual.

Seção III Da Data e da Forma de Pagamento

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao "caput" do art. 6º, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 22.11.2005. (Redação Anterior)

Art. 6º - O pagamento unificado de impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte inscritas no Simples será feito de forma centralizada até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.

Parágrafo 1º - Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

Parágrafo 2º - Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento.

Seção IV Da Declaração Anual Simplificada, da Escrituração e dos Documentos

Art. 7º - A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada, que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

Parágrafo 1º - A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

- a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;
- b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;
- c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

CAPÍTULO IV DA OPÇÃO PELO SIMPLES

Art. 8º - A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

- I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);
- II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

Parágrafo 1º - As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.

Parágrafo 2º - A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

Parágrafo 3º - Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 01 de janeiro daquele ano.

Parágrafo 4º - O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato da Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo 5º - As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 6º do art. 8º, pela Lei nº 10833, de 29.12.2003 (DOU de 30.12.2003), vigência a partir de 30.12.2003, produzindo seus efeitos a partir de 30.12.2003. (Redação Anterior)

Parágrafo 6º - O indeferimento da opção pelo SIMPLES, mediante despacho decisório de autoridade da Secretaria da Receita Federal, submeter-se-á ao rito processual do Decreto nº 70235, de 06 de março de 1972.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES À OPÇÃO

Art. 9º - Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso I do art. 9º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

INFORME FISCODATA: Nova redação dada aos incisos I e II do art. 9º, pela Medida Provisória nº 2189-49, de 23.08.2001 (DOU de 24.08.2001), vigência a partir de 24.08.2001.

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 9º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

NOTA: Nova redação dada ao inciso I do art. 9º pelo art. 6º da Lei nº 9779, de 19.01.99 (DOU de 20.01.99), vigência a partir de 20.01.99.

I - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);

III - constituída sob a forma de sociedade por ações;

IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

INFORME FISCODATA: Fica revogado o inciso XI do art. 9º, pela Medida Provisória nº 2158-34, de 27.07.2001 (DOU de 28.07.2001), vigência a partir de 28.07.2001.

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

INFORME FISCODATA: Fica revogada a alínea "a" do inciso XII do art. 9º, pela Medida Provisória nº 2158-34, de 27.07.2001 (DOU de 28.07.2001), vigência a partir de 28.07.2001.

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
- e) "factoring";
- f) prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

INFORME FISCODATA: Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º, as pessoas jurídicas que se dediquem a atividades como: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental, pela Lei nº 10034, de 24.10.2000 (DOE de 25.10.2000), vigência a partir de 25.10.2000.

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei.

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso XIX ao art. 9º, pela Medida Provisória nº 2189-49, de 23.08.2001 (DOU de 24.08.2001), vigência a partir de 24.08.2001.

XIX - que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, dos produtos classificados nos Capítulos 22 e 24 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei nº 7798, de 10 de julho de 1989, mantidas, até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas. (NR)

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

XIX - que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, dos produtos classificados nos Capítulos 22 e 24 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, sujeitos ao regime de tributação de que trata a Lei nº 7798, de 10 de julho de 1989, mantidas, até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 1º do art. 9º, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeitos desde 01.01.2006.

Parágrafo 1º - Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 1º do art. 9º pelo art. 6º da Lei nº 9779, de 19.01.99 (DOU de 20.01.99), vigência a partir de 20.01.99.

Parágrafo 1º - Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses. (NR).

Parágrafo 2º - O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

Parágrafo 3º - O disposto no inciso XI e na alínea "a" do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

NOTA: Fica acrescentado o parágrafo 4º ao art. 9º, pela Lei nº 9528, de 10.12.97 (DOU de 11.12.97), vigência a partir de 11.12.97 e até que sejam exigíveis as contribuições instituídas ou modificadas por esta MP é mantida a redação anterior.

Parágrafo 4º - Compreende-se na atividade de construção de imóveis, de que trata o inciso V deste artigo, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, com a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfeitorias agregadas ou solo ou subsolo.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo 5º ao art. 9º, pelo art. 23 da Lei nº 10684, de 30.05.2003 (DOU de 31.05.2003 - EDIÇÃO EXTRA), vigência a partir de 31.05.2003. (Redação Anterior)

Parágrafo 5º - A vedação a que se referem os incisos IX e XIV do "caput" não se aplica na hipótese de participação no capital de cooperativa de crédito.

Art. 10 - Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

I - que possua estabelecimento em mais de uma Unidade Federada;

II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Art. 11 - Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde esteja estabelecida seja conveniado, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um município.

CAPÍTULO VI DA EXCLUSÃO DO SIMPLES

Art. 12 - A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13 - A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando:

a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada a alínea "b" do inciso II do art. 13, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 60.000,00 multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

Parágrafo 1º - A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 2º do art. 13, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeito desde 01.01.2006.

Parágrafo 2º - A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) estará

excluída do SIMPLES nessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

REDAÇÃO ANTERIOR:

=====

Parágrafo 2º - A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo, mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

Parágrafo 3º - No caso do inciso II do e do parágrafo anterior a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente aquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente aquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea "b" do inciso II deste artigo.

Art. 14 - A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e parágrafo 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;

II - embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15 - A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 15, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 22.11.2005. (Redação Anterior)

II - a partir do mês subsequente ao que for incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XIV e XVII a XIX do "caput" do art. 9º desta Lei;

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, alínea "b", do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente aquele em que foi ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso VI do art. 15, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 22.11.2005. (Redação Anterior)

VI - a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência do ato declaratório de exclusão, nos casos dos incisos XV e XVI do "caput" do art. 9º desta Lei.

Parágrafo 1º - A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

Parágrafo 2º - O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

NOTA: Nova redação dada aos parágrafos 3º e 4º do art. 15 pela Lei nº 9732, de 11.12.98 (DOU de 14.12.98), vigência a partir de 14.12.98.

Parágrafo 3º - A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo.

Parágrafo 4º - Os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social ou de qualquer entidade conveniente deverão representar à Secretaria da Receita Federal se, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constatarem hipótese de exclusão obrigatória do SIMPLES, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 13. (NR).

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 5º do art. 15, pela Lei nº 11196, de 21.11.2005, (DOU de 22.11.2005), vigência a partir de 22.11.2005. (Redação Anterior)

Parágrafo 5º - Na hipótese do inciso VI do "caput" deste artigo, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples mediante a comprovação, na unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o seu domicílio fiscal, da quitação do débito inscrito no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da ciência do ato declaratório de exclusão.

Art. 16 - A pessoa jurídica excluída do SIMPLES Sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis à demais pessoas jurídicas.

CAPÍTULO VII DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

Art. 17 - Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

Parágrafo 1º - Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta, relativos aos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES, aplicam-se as normas relativas ao imposto de renda.

Parágrafo 2º - A celebração de convênio, na forma do art. 4º, implica delegar competência, à Secretaria da Receita Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional).

Parágrafo 3º - O convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a forma de participação das Unidades Federadas nas atividades de fiscalização.

Seção I Da Omissão de Receita

Art. 18 - Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata esta Lei, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

Seção II Dos Acréscimos Legais

Art. 19 - Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 20 - A inobservância da exigência de que trata o parágrafo 5º do art. 8º sujeitará a pessoa jurídica à multa correspondente a 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no próprio mês em que constatada a irregularidade.

Parágrafo único - A multa a que se refere este artigo será aplicada, mensalmente, enquanto perdurar o descumprimento da obrigação a que se refere.

Art. 21 - A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES, nos prazos determinados no parágrafo 3º do art. 13, sujeitará a pessoa jurídica à multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), insusceptível de redução.

Art. 22 - A imposição das multas de que trata esta Lei não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Seção III Da Partilha dos Valores Pagos

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao art. 23, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeitos desde 01.01.2006.

Art. 23 - Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a:

I - no caso de microempresas:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,3% (três décimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 0,9% (nove décimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 5 - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,4% (quatro décimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 5 - 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,5% (cinco décimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 5 - 3% (três por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

d) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "d" do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,62% (um inteiro e sessenta e dois centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 5 - 3,24% (três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

II - no caso de empresa de pequeno porte:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,62% (um inteiro e sessenta e dois centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 5 - 3,24% (três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "b" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,41% (quarenta e um centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,41% (quarenta e um centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,21% (um inteiro e vinte e um centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,29% (vinte e nove centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 3,48% (três inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "c" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,29% (um inteiro e vinte e nove centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,31% (trinta e um centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 3,72% (três inteiros e setenta e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

d) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "d" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,38% (um inteiro e trinta e oito centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 3,96% (três inteiros e noventa e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "e" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,47% (um inteiro e quarenta e sete centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 4,2% (quatro inteiros e dois décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

f) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "f" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,37% (trinta e sete centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

g) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "g" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

h) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "h" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,58% (cinquenta e oito centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,58% (cinquenta e oito centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,71% (um inteiro e setenta e um centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,41% (quarenta e um centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 4,92% (quatro inteiros e noventa e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

i) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "i" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,6% (seis décimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,6% (seis décimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,81% (um inteiro e oitenta e um centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,43% (quarenta e três centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 5,16% (cinco inteiros e dezesseis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

j) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "j" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,63% (sessenta e três centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,63% (sessenta e três centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,88% (um inteiro e oitenta e oito centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

l) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "l" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 1,97% (um inteiro e noventa e sete centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,49% (quarenta e nove centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 5,64% (cinco inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

m) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "m" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,68% (sessenta e oito centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,51% (cinquenta e um centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 5,88% (cinco inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

n) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "n" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,71% (setenta e um centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,71% (setenta e um centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,12% (dois inteiros e doze centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,54% (cinquenta e quatro centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 6,12% (seis inteiros e doze centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

o) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "o" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,56% (cinquenta e seis centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 6,36% (seis inteiros e trinta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

p) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "p" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,77% (setenta e sete centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,77% (setenta e sete centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,27% (dois inteiros e vinte e sete centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

q) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "q" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,8% (oito décimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,8% (oito décimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,61% (sessenta e um centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 6,84% (seis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

r) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "r" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,84% (oitenta e quatro centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,84% (oitenta e quatro centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,62% (sessenta e dois centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 7,08% (sete inteiros e oito décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

s) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "s" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,86% (oitenta e seis centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,86% (oitenta e seis centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 7,32% (sete inteiros e trinta e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º;

t) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "t" do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento), relativos ao IRPJ;
- 2 - 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento), relativos à CSLL;
- 3 - 2,61% (dois inteiros e sessenta e um centésimos por cento), relativos à COFINS;
- 4 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativos ao PIS/PASEP;
- 5 - 7,56% (sete inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do parágrafo 1º do art. 3º.

Parágrafo 1º - Os percentuais relativos ao IPI, ao ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade com o disposto nos parágrafos 2º a 4º do art. 5º, respectivamente.

Parágrafo 2º - A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar, no decurso do ano-calendário, o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais e normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 3º do art. 23, pela Lei nº 11307, de 19.05.2006 (DOU de 22.05.2006), vigência a partir de 22.05.2006, produzindo seus efeitos desde 01.01.2006.

Parágrafo 3º - A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite a que se refere o inciso II do art. 2º adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos na alínea "t" do inciso II e nos parágrafos 2º, 3º, inciso III ou IV, e parágrafo 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento), observado o disposto em seu parágrafo 1º.

Art. 24 - Os valores arrecadados pelo SIMPLES, na forma do art. 6º, serão creditados a cada imposto e contribuição a que corresponder.

Parágrafo 1º - Serão repassadas diretamente, pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios conveniados, até o último dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente, ao ICMS e ao ISS, vedada qualquer retenção.

INFORME FISCODATA: Fica revogado o parágrafo 2º do art. 24, pela Medida Provisória nº 258, de 21.07.2005 (DOU de 22.07.2005), vigência a partir de 15.08.2005.

Parágrafo 2º - Revogado.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I Da Isenção dos Rendimentos Distribuídos aos Sócios e ao Titular

Art. 25 - Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a "pro labore", aluguéis ou serviços prestados.

Seção II Do Parcelamento

Art. 26 - Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996.

Parágrafo 1º - O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

Parágrafo 2º - Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais.

Seção III Do Conselho Deliberativo do SEBRAE

Art. 27 - (VETADO)

Art. 28 - A Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência prorrogada pela Lei nº 9144, de 08 de dezembro de 1995, passa a vigorar até 31 de dezembro de 1997.

Art. 29 - O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º -

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

Art. 2º - O benefício de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma Segunda vez."

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 1997.

Art. 31 - Revogam-se os artigos 2º, 3º, 11 a 16, 19, incisos II e III, e 25 a 27 da Lei nº 7256, de 27 de novembro de 1984, o art. 42 da Lei nº 8383, de 30 de dezembro de 1991 e os arts. 12 a 14 da Lei nº 8864, de 28 de março de 1994.

Brasília, de 05 de dezembro de 1996; 175ª da Independência e 108ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

ANEXO D

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006
(DOU DE 15.12.2006)

Istitui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 01 de maio de 1943, da Lei nº 10189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9317, de 05 de dezembro de 1996, e 9841, de 05 de outubro de 1999.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Parágrafo 1º - Cabe ao Comitê Gestor de que trata o inciso I do "caput" do art. 2º desta Lei Complementar apreciar a necessidade de revisão dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

Parágrafo 2º (VETADO).

Art. 2º - O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I - Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, composto por 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Federal e 2 (dois) representantes da Secretaria da Receita Previdenciária, como representantes da União, 2 (dois) dos Estados e do Distrito Federal e 2 (dois) dos Municípios, para tratar dos aspectos tributários; e

II - Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor, para tratar dos demais aspectos.

Parágrafo 1º - O Comitê de que trata o inciso I do "caput" deste artigo será presidido e coordenado por um dos representantes da União.

Parágrafo 2º - Os representantes dos Estados e do Distrito Federal no Comitê referido no inciso I do "caput" deste artigo serão indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz e os dos Municípios serão indicados, um pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros.

Parágrafo 3º - As entidades de representação referidas no parágrafo 2º deste artigo serão aquelas regularmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano antes da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo 4º - O Comitê Gestor elaborará seu regimento interno mediante resolução.

Parágrafo 5º - O Fórum referido no inciso II do "caput" deste artigo, que tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implantação, será presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

CAPÍTULO II
DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2400000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Parágrafo 1º - Considera-se receita bruta, para fins do disposto no "caput" deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Parágrafo 2º - No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o "caput" deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

Parágrafo 3º - O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

Parágrafo 4º - Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do "caput" deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do "caput" deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do "caput" deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

Parágrafo 5º - O disposto nos incisos IV e VII do parágrafo 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio previsto nesta Lei Complementar, e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

Parágrafo 6º - Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do parágrafo 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

Parágrafo 7º - Observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do "caput" deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de empresa de pequeno porte.

Parágrafo 8º - Observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do "caput" deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de microempresa.

Parágrafo 9º - A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do "caput" deste artigo fica excluída, no ano-calendário seguinte, do regime diferenciado e favorecido previsto por esta Lei Complementar para todos os efeitos legais.

Parágrafo 10 - A microempresa e a empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassarem o limite de R\$ 200000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período estarão excluídas do regime desta Lei Complementar, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

Parágrafo 11 - Na hipótese de o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios adotarem o disposto nos incisos I e II do "caput" do art. 19 e no art. 20 desta Lei Complementar, caso a receita bruta auferida durante o ano-calendário de início de atividade ultrapasse o limite de R\$ 100000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, estará excluída do regime tributário previsto

nesta Lei Complementar em relação ao pagamento dos tributos estaduais e municipais, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

Parágrafo 12 - A exclusão do regime desta Lei Complementar de que tratam os parágrafo 10 e 11 deste artigo não retroagirá ao início das atividades se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) dos respectivos limites referidos naqueles parágrafos, hipóteses em que os efeitos da exclusão dar-seão no ano-calendário subsequente.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO E DA BAIXA

Art. 4º - Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, para tanto devendo articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

Art. 5º - Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, no âmbito de suas atribuições, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição.

Parágrafo único - As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização; e

III - da possibilidade de uso do nome empresarial de seu interesse.

Art. 6º - Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Parágrafo 1º - Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo 2º - Os órgãos e entidades competentes definirão, em 6 (seis) meses, contados da publicação desta Lei Complementar, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

Art. 7º - Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

Art. 8º - Será assegurado aos empresários entrada única de dados cadastrais e de documentos, resguardada a independência das bases de dados e observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que as integrem.

Art. 9º - O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

Parágrafo 1º - O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no parágrafo 2º do art. 1º da Lei nº 8906, de 04 de julho de 1994.

Art. 10 - Não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo:

I - excetuados os casos de autorização prévia, quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado;

III - comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

Art. 11 - Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, alteração ou baixa da empresa.

CAPÍTULO IV DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Seção I Da Instituição e Abrangência

Art. 12 - Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13 - O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do parágrafo 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do parágrafo 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do parágrafo 1º deste artigo;

VI - Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do parágrafo 1º e no parágrafo 2º do art. 17 desta Lei Complementar;

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Parágrafo 1º - O recolhimento na forma deste artigo não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

II - Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;

III - Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

IV - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - IPTR;

V - Imposto de Renda, relativo aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável;

VI - Imposto de Renda relativo aos ganhos de capital auferidos na alienação de bens do ativo permanente;

VII - Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF;

VIII - Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Contribuição para manutenção da Seguridade Social, relativa ao trabalhador;

X - Contribuição para a Seguridade Social, relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual;

XI - Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas;

XII - Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI incidentes na importação de bens e serviços;

XIII - ICMS devido:

- a) nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária;
- b) por terceiro, a que o contribuinte se ache obrigado, por força da legislação estadual ou distrital vigente;
- c) na entrada, no território do Estado ou do Distrito Federal, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, bem como energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou industrialização;
- d) por ocasião do desembaraço aduaneiro;
- e) na aquisição ou manutenção em estoque de mercadoria desacobertada de documento fiscal;
- f) na operação ou prestação desacobertada de documento fiscal;
- g) nas operações com mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, bem como do valor relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal, nos termos da legislação estadual ou distrital;

XIV - ISS devido:

- a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte;
- b) na importação de serviços;

XV - demais tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, não relacionados nos incisos anteriores.

Parágrafo 2º - Observada a legislação aplicável, a incidência do imposto de renda na fonte, na hipótese do inciso V do parágrafo 1º deste artigo, será definitiva.

Parágrafo 3º - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

Parágrafo 4º - (VETADO).

Art. 14 - Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, salvo os que corresponderem a pró-labore, aluguéis ou serviços prestados.

Parágrafo 1º - A isenção de que trata o caput deste artigo fica limitada ao valor resultante da aplicação dos percentuais de que trata o art. 15 da Lei nº 9249, de 26 de dezembro de 1995, sobre a receita bruta mensal, no caso de antecipação de fonte, ou da receita bruta total anual, tratando-se de declaração de ajuste, subtraído do valor devido na forma do Simples Nacional no período.

Parágrafo 2º - O disposto no parágrafo 1º deste artigo não se aplica na hipótese de a pessoa jurídica manter escrituração contábil e evidenciar lucro superior àquele limite.

Art. 15 - (VETADO).

Art. 16 - A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Comitê Gestor, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

Parágrafo 1º - Para efeito de enquadramento no Simples Nacional, considerar-se-á microempresa ou empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta no ano-calendário anterior ao da opção esteja compreendida dentro dos limites previstos no art. 3º desta Lei Complementar.

Parágrafo 2º - A opção de que trata o "caput" deste artigo deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção, ressalvado o disposto no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 3º - A opção produzirá efeitos a partir da data do início de atividade, desde que exercida nos termos, prazo e condições a serem estabelecidos no ato do Comitê Gestor a que se refere o "caput" deste artigo.

Parágrafo 4º - Serão consideradas inscritas no Simples Nacional as microempresas e empresas de pequeno porte regularmente optantes pelo regime tributário de que trata a Lei nº 9317, de 05 de dezembro de 1996, salvo as que estiverem impedidas de optar por alguma vedação imposta por esta Lei Complementar.

Parágrafo 5º - O Comitê Gestor regulamentará a opção automática prevista no parágrafo 4º deste artigo.

Parágrafo 6º - O indeferimento da opção pelo Simples Nacional será formalizado mediante ato da Administração Tributária segundo regulamentação do Comitê Gestor.

Seção II

Das Vedações ao Ingresso no Simples Nacional

Art. 17 - Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

I - que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

IV - que preste serviço de comunicação;

V - que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

VI - que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;

VII - que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

IX - que exerça atividade de importação de combustíveis;

X - que exerça atividade de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, cigarros, armas, bem como de outros produtos tributados pelo IPI com alíquota ad valorem superior a 20% (vinte por cento) ou com alíquota específica;

XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII - que realize atividade de consultoria;

XIV - que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.

Parágrafo 1º - As vedações relativas a exercício de atividades previstas no "caput" deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no "caput" deste artigo:

I - creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;

II - agência terceirizada de correios;

III - agência de viagem e turismo;

IV - centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;

V - agência lotérica;

VI - serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;

VII - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;

VIII - serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;

IX - serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática;

X - serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;

XI - serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;

XII - veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;

XIII - construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada;

XIV - transporte municipal de passageiros;

XV - empresas montadoras de estandes para feiras;

XVI - escolas livres, de línguas estrangeiras, artes, cursos técnicos e gerenciais;

XVII - produção cultural e artística;

XVIII - produção cinematográfica e de artes cênicas;

XIX - cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;

XX - academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;

XXI - academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;

XXII - (VETADO);

XXIII - elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;

XXIV - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;

XXV - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;

XXVI - escritórios de serviços contábeis;

XXVII - serviço de vigilância, limpeza ou conservação;

XXVIII - (VETADO).

Parágrafo 2º - Poderão optar pelo Simples Nacional sociedades que se dediquem exclusivamente à prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa no "caput" deste artigo.

Parágrafo 3º - (VETADO).

Seção III Das Alíquotas e Base de Cálculo

Art. 18 - O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, optante do Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo 1º - Para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

Parágrafo 2º - Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período.

Parágrafo 3º - Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota determinada na forma do "caput" e dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irretratável para todo o ano-calendário.

Parágrafo 4º - O contribuinte deverá considerar, destacadamente, para fim de pagamento:

I - as receitas decorrentes da revenda de mercadorias;

II - as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;

III - as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;

IV - as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária; e

V - as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou do consórcio previsto nesta Lei Complementar.

Parágrafo 5º - Nos casos de atividades industriais, de locação de bens móveis e de prestação de serviços, serão observadas as seguintes regras:

I - as atividades industriais serão tributadas na forma do Anexo II desta Lei Complementar;

II - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos I a XII do parágrafo 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar;

III - atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, deduzindo-se da alíquota o percentual correspondente ao ISS previsto nesse Anexo;

IV - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XVIII do parágrafo 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do "caput"

do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

V - as atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIX a XXVIII do parágrafo 1º e no parágrafo 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do "caput" do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

VI - as atividades de prestação de serviços de transportes intermunicipais e interestaduais serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar, acrescido das alíquotas correspondentes ao ICMS previstas no Anexo I desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do "caput" do art. 13 desta Lei Complementar, devendo esta ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

Parágrafo 6º - No caso dos serviços previstos no parágrafo 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, prestados pelas microempresas e pelas empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, que será abatido do valor a ser recolhido na forma do parágrafo 3º do art. 21 desta Lei Complementar.

Parágrafo 7º - A empresa comercial exportadora que houver adquirido mercadorias de pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, com o fim específico de exportação para o exterior, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão da nota fiscal pela vendedora, não comprovar o seu embarque para o exterior ficará sujeita ao pagamento de todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pela empresa vendedora, acrescidos de juros de mora e multa, de mora ou de ofício, calculados na forma da legislação que rege a cobrança do tributo não pago, aplicável à própria comercial exportadora.

Parágrafo 8º - Para efeito do disposto no parágrafo 7º deste artigo, considerase vencido o prazo para o pagamento na data em que a empresa vendedora deveria fazê-lo, caso a venda houvesse sido efetuada para o mercado interno.

Parágrafo 9º - Relativamente à contribuição patronal, devida pela vendedora, a comercial exportadora deverá recolher, no prazo previsto no parágrafo 8º deste artigo, o valor correspondente a 11% (onze por cento) do valor das mercadorias não exportadas nos termos do parágrafo 7º deste artigo.

Parágrafo 10 - Na hipótese do parágrafo 7º deste artigo, a empresa comercial exportadora não poderá deduzir do montante devido qualquer valor a título de crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI da Contribuição para o PIS/Pasep ou da Cofins, decorrente da aquisição das mercadorias e serviços objeto da incidência.

Parágrafo 11 - Na hipótese do parágrafo 7º deste artigo, a empresa comercial exportadora deverá pagar, também, os impostos e contribuições devidos nas vendas para o mercado interno, caso, por qualquer forma, tenha alienado ou utilizado as mercadorias.

Parágrafo 12 - Na apuração do montante devido no mês relativo a cada tributo, o contribuinte que apure receitas mencionadas nos incisos IV e V do parágrafo 4º deste artigo terá direito a redução do valor a ser recolhido na forma do Simples Nacional calculada nos termos dos parágrafos 13 e 14 deste artigo.

Parágrafo 13 - Para efeito de determinação da redução de que trata o parágrafo 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

Parágrafo 14 - A redução no montante a ser recolhido do Simples Nacional no mês relativo aos valores das receitas de que tratam os incisos IV e V do parágrafo 4º deste artigo corresponderá:

I - no caso de revenda de mercadorias:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à Cofins, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/Pasep, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo I desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

II - no caso de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte:

a) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à Cofins, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

b) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo à Contribuição para o PIS/Pasep, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

c) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao ICMS, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso;

d) ao percentual que incidiria sobre o montante total de receita, caso não houvesse nenhuma redução, previsto no Anexo II desta Lei Complementar, relativo ao IPI, aplicado sobre a respectiva parcela de receita referida nos incisos IV ou V do parágrafo 4º deste artigo, conforme o caso.

Parágrafo 15 - Será disponibilizado sistema eletrônico para realização do cálculo simplificado do valor mensal devido referente ao Simples Nacional.

Parágrafo 16 - Se o valor da receita bruta auferida durante o ano-calendário ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a parcela de receita que exceder o montante assim determinado estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

Parágrafo 17 - Na hipótese de o Distrito Federal ou o Estado e os Municípios nele localizados adotarem o disposto nos incisos I e II do "caput" do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar, a parcela da receita bruta auferida durante o ano-calendário que ultrapassar o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), respectivamente, multiplicados pelo número de meses do período de atividade, estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente conforme o caso, acrescidas de 20% (vinte por cento).

Parágrafo 18 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante todo o ano-calendário.

Parágrafo 19 - Os valores estabelecidos no parágrafo 18 deste artigo não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) do maior recolhimento possível do tributo para a faixa de enquadramento prevista na tabela do "caput" deste artigo, respeitados os acréscimos decorrentes do tipo de atividade da empresa estabelecidos no parágrafo 5º - deste artigo.

Parágrafo 20 - Na hipótese em que o Estado, o Município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, na forma do parágrafo 18 deste artigo, será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

Parágrafo 21 - O valor a ser recolhido na forma do disposto no parágrafo 20 deste artigo, exclusivamente na hipótese de isenção, não integrará o montante a ser partilhado com o respectivo Município, Estado ou Distrito Federal.

Parágrafo 22 - A atividade constante do inciso XXVI do parágrafo 1º do art. 17 desta Lei Complementar recolherá o ISS em valor fixo, na forma da legislação municipal.

Parágrafo 23 - Da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003.

Parágrafo 24 - Para efeito de aplicação do Anexo V desta Lei Complementar, considera-se folha de salários incluídos encargos o montante pago, nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de salários, retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição para a Seguridade Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 19 - Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas no art. 18 desta Lei Complementar, os Estados poderão optar pela aplicação, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios, da seguinte forma:

I - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais);

III - os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

Parágrafo 1º - A participação no Produto Interno Bruto brasileiro será apurada levando em conta o último resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que o substitua.

Parágrafo 2º - A opção prevista nos incisos I e II do "caput" deste artigo, bem como a obrigatoriedade de adotar o percentual previsto no inciso III do caput deste artigo, surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

Art. 20 - A opção feita na forma do art. 19 desta Lei Complementar pelos Estados importará adoção do mesmo limite de receita bruta anual para efeito de recolhimento na forma do ISS dos Municípios nele localizados, bem como para o do ISS devido no Distrito Federal.

Parágrafo 1º - As microempresas e empresas de pequeno porte que ultrapassarem os limites a que se referem os incisos I e II do "caput" do art. 19 desta Lei Complementar estarão automaticamente impedidas de recolher o ICMS e o ISS na forma do Simples Nacional no ano-calendário subsequente ao que tiver ocorrido o excesso.

Parágrafo 2º - O disposto no parágrafo 1º deste artigo não se aplica na hipótese de o Estado ou de o Distrito Federal adotarem, compulsoriamente ou por opção, a aplicação de faixa de receita bruta superior à que vinha sendo utilizada no ano-calendário em que ocorreu o excesso da receita bruta.

Parágrafo 3º - Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução na alíquota equivalente aos percentuais relativos a esses impostos constantes dos Anexos I a V desta Lei Complementar, conforme o caso.

Parágrafo 4º - O Comitê Gestor regulamentará o disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar.

Seção IV Do Recolhimento dos Tributos Devidos

Art. 21 - Os tributos devidos, apurados na forma dos arts. 18 a 20 desta Lei Complementar, deverão ser pagos:

I - por meio de documento único de arrecadação, instituído pelo Comitê Gestor;

II - segundo códigos específicos, para cada espécie de receita discriminada no parágrafo 4º do art. 18 desta Lei Complementar;

III - enquanto não regulamentado pelo Comitê Gestor, até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquela a que se referir;

IV - em banco integrante da rede arrecadadora credenciada pelo Comitê Gestor.

Parágrafo 1º - Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz.

Parágrafo 2º - Poderá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, inclusive sem utilização da rede bancária, mediante requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.

Parágrafo 3º - O valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre a renda.

Parágrafo 4º - Caso tenha havido a retenção na fonte do ISS, ele será definitivo e deverá ser deduzida a parcela do Simples Nacional a ele correspondente, que será apurada, tomando-se por base as receitas de prestação de serviços que sofreram tal retenção, na forma prevista nos parágrafos 12 a 14 do art. 18 desta Lei Complementar, não sendo o montante recolhido na forma do Simples Nacional objeto de partilha com os municípios.

Parágrafo 5º - O Comitê Gestor regulará o modo pelo qual será solicitado o pedido de restituição ou compensação dos valores do Simples Nacional recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

Seção V Do Repasse do Produto da Arrecadação

Art. 22 - O Comitê Gestor definirá o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o:

I - Município ou Distrito Federal, do valor correspondente ao ISS;

II - Estado ou Distrito Federal, do valor correspondente ao ICMS;

III - Instituto Nacional do Seguro Social, do valor correspondente à Contribuição para manutenção da Seguridade Social.

Parágrafo único - Enquanto o Comitê Gestor não regulamentar o prazo para o repasse previsto no inciso II do "caput" deste artigo, esse será efetuado nos prazos estabelecidos nos convênios celebrados no âmbito do colegiado a que se refere a alínea "g" do inciso XII do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição Federal.

Seção VI Dos Créditos

Art. 23 - As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.

Art. 24 - As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

Seção VII Das Obrigações Fiscais Acessórias

Art. 25 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional apresentarão, anualmente, à Secretaria da Receita Federal declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, que deverão ser disponibilizadas aos órgãos de fiscalização tributária e previdenciária, observados prazo e modelo aprovados pelo Comitê Gestor.

Art. 26 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a:

I - emitir documento fiscal de venda ou prestação de serviço, de acordo com instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

II - manter em boa ordem e guarda os documentos que fundamentaram a apuração dos impostos e contribuições devidos e o cumprimento das obrigações acessórias a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes.

Parágrafo 1º - Os empreendedores individuais com receita bruta acumulada no ano de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais):

I - poderão optar por fornecer nota fiscal avulsa obtida nas Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - farão a comprovação da receita bruta, mediante apresentação do registro de vendas independentemente de documento fiscal de venda ou prestação de serviço, ou escrituração simplificada das receitas, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor;

III - ficam dispensados da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do "caput" deste artigo caso requeiram nota fiscal gratuita na Secretaria de Fazenda municipal ou adotem formulário de escrituração simplificada das receitas nos municípios que não utilizem o sistema de nota fiscal gratuita, conforme instruções expedidas pelo Comitê Gestor.

Parágrafo 2º - As demais microempresas e as empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do "caput" deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

Parágrafo 3º - A exigência de declaração única a que se refere o "caput" do art. 25 desta Lei Complementar não desobriga a prestação de informações relativas a terceiros.

Parágrafo 4º - As microempresas e empresas de pequeno porte referidas no parágrafo 2º deste artigo ficam sujeitas a outras obrigações acessórias a serem estabelecidas pelo Comitê Gestor, com características nacionalmente uniformes, vedado o estabelecimento de regras unilaterais pelas unidades políticas partícipes do sistema.

Parágrafo 5º - As microempresas e empresas de pequeno porte ficam sujeitas à entrega de declaração eletrônica que deva conter os dados referentes aos serviços prestados ou tomados de terceiros, na conformidade do que dispuser o Comitê Gestor.

Art. 27 - As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Seção VIII Da Exclusão do Simples Nacional

Art. 28 - A exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes.

Parágrafo único - As regras previstas nesta seção e o modo de sua implementação serão regulamentados pelo Comitê Gestor.

Art. 29 - A exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

I - verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;

II - for oferecido embaraço à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III - for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV - a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;

V - tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;

VI - a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

VII - comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VIII - houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

IX - for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X - for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização ou industrialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade.

Parágrafo 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos II a X do "caput" deste artigo, a exclusão produzirá efeitos a partir do próprio mês em que incorridas, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes.

Parágrafo 2º - O prazo de que trata o parágrafo 1º deste artigo será elevado para 10 (dez) anos caso seja constatada a utilização de artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento que induza ou mantenha a fiscalização em erro, com o fim de suprimir ou reduzir o pagamento de tributo apurável segundo o regime especial previsto nesta Lei Complementar.

Parágrafo 3º - A exclusão de ofício será realizada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, cabendo o lançamento dos tributos e contribuições apurados aos respectivos entes tributantes.

Parágrafo 4º - Para efeito do disposto no inciso I do "caput" deste artigo, não se considera período de atividade aquele em que tenha sido solicitada suspensão voluntária perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

Parágrafo 5º - A competência para exclusão de ofício do Simples Nacional obedece ao disposto no art. 33, e o julgamento administrativo, ao disposto no art. 39, ambos desta Lei Complementar.

Art. 30 - A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III - obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, em relação aos tributos e contribuições federais, e, em relação aos tributos estaduais, municipais e distritais, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), também multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período, caso o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios tenham adotado os limites previstos nos incisos I e II do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar.

Parágrafo 1º - A exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal:

I - na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro;

II - na hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação;

III - na hipótese do inciso III do "caput" deste artigo, até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do início de atividades.

Parágrafo 2º - A comunicação de que trata o "caput" deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida pelo Comitê Gestor.

Art. 31 - A exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos:

I - na hipótese do inciso I do "caput" do art. 30 desta Lei Complementar, a partir de 01 de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no parágrafo 4º deste artigo;

II - na hipótese do inciso II do "caput" do art. 30 desta Lei Complementar, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III - na hipótese do inciso III do "caput" do art. 30 desta Lei Complementar:

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o parágrafo 10 do art. 3º desta Lei Complementar, em relação aos tributos federais, ou os respectivos limites de que trata o parágrafo 11 do mesmo artigo, em relação aos tributos estaduais, distritais ou municipais, conforme o caso;

IV - na hipótese do inciso V do "caput" do art. 17 desta Lei Complementar, a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência da comunicação da exclusão.

Parágrafo 1º - Na hipótese prevista no inciso III do "caput" do art. 30 desta Lei Complementar, a microempresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subsequente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

Parágrafo 2º - Na hipótese do inciso V do "caput" do art. 17 desta Lei Complementar, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da ciência da comunicação da exclusão.

Parágrafo 3º - A exclusão do Simples Nacional na hipótese em que os Estados, Distrito Federal e Municípios adotem limites de receita bruta inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS seguirá as regras acima, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Parágrafo 4º - No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese do inciso I do "caput" do art. 30 desta Lei Complementar, os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

Art. 32 - As microempresas ou as empresas de pequeno porte excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Parágrafo 1º - Para efeitos do disposto no "caput" deste artigo, na hipótese da alínea a do inciso III do "caput" do art. 31 desta Lei Complementar, a microempresa ou a empresa de pequeno porte desenquadrada ficará sujeita ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, tão-somente, de juros de mora, quando efetuado antes do início de procedimento de ofício.

Parágrafo 2º - Para efeito do disposto no "caput" deste artigo, o sujeito passivo poderá optar pelo recolhimento do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido, lucro real trimestral ou anual.

Seção IX Da Fiscalização

Art. 33 - A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 desta Lei Complementar é da Secretaria da Receita Federal e das Secretarias de Fazenda ou de Finanças do Estado ou do Distrito Federal, segundo a localização do estabelecimento, e, tratando-se de prestação de serviços incluídos na competência tributária municipal, a competência será também do respectivo Município.

Parágrafo 1º - As Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados poderão celebrar convênio com os Municípios de sua jurisdição para atribuir a estes a fiscalização a que se refere o "caput" deste artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte exercer alguma das atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do parágrafo 1º do art. 17 desta Lei Complementar, caberá à Secretaria da Receita Previdenciária a fiscalização da Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo 3º - O valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

Parágrafo 4º - O Comitê Gestor disciplinará o disposto neste artigo.

Seção X Da Omissão de Receita

Art. 34 - Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições incluídos no Simples Nacional.

Seção XI Dos Acréscimos Legais

Art. 35 - Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 36 - A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do Simples Nacional, nos prazos determinados no parágrafo 1º do art. 30 desta Lei Complementar, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de

conformidade com o Simples Nacional no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), insusceptível de redução.

Art. 37 - A imposição das multas de que trata esta Lei Complementar não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

Art. 38 - O sujeito passivo que deixar de apresentar a Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica a que se refere o art. 25 desta Lei Complementar, no prazo fixado, ou que a apresentar com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar declaração original, no caso de não-apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela autoridade fiscal, na forma definida pelo Comitê Gestor, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos e contribuições informados na Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica, ainda que integralmente pago, no caso de falta de entrega da declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

II - de R\$ 100,00 (cem reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

Parágrafo 1º - Para efeito de aplicação da multa prevista no inciso I do "caput" deste artigo, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo originalmente fixado para a entrega da declaração e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não-apresentação, da lavratura do auto de infração.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo, as multas serão reduzidas:

I - à metade, quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício;

II - a 75% (setenta e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado em intimação.

Parágrafo 3º - A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo 4º - Considerar-se-á não entregue a declaração que não atender às especificações técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor.

Parágrafo 5º - Na hipótese do parágrafo 4º deste artigo, o sujeito passivo será intimado a apresentar nova declaração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da intimação, e sujeitar-se-á à multa prevista no inciso I do "caput" deste artigo, observado o disposto nos parágrafos 1º a 3º deste artigo.

Seção XII Do Processo Administrativo Fiscal

Art. 39 - O contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional será de competência do órgão julgador integrante da estrutura administrativa do ente federativo que efetuar o lançamento ou a exclusão de ofício, observados os dispositivos legais atinentes aos processos administrativos fiscais desse ente.

Parágrafo 1º - O Município poderá, mediante convênio, transferir a atribuição de julgamento exclusivamente ao respectivo Estado em que se localiza.

Parágrafo 2º - No caso em que o contribuinte do Simples Nacional exerça atividades incluídas no campo de incidência do ICMS e do ISS e seja apurada omissão de receita de que não se consiga identificar a origem, a autuação será feita utilizando a maior alíquota prevista nesta Lei Complementar, e a parcela autuada que não seja correspondente aos tributos e contribuições federais será rateada entre Estados e Municípios ou Distrito Federal.

Parágrafo 3º - Na hipótese referida no parágrafo 2º deste artigo, o julgamento caberá ao Estado ou ao Distrito Federal.

Art. 40 - As consultas relativas ao Simples Nacional serão solucionadas pela Secretaria da Receita Federal, salvo quando se referirem a tributos e contribuições de competência estadual ou municipal, que serão solucionadas conforme a respectiva competência tributária, na forma disciplinada pelo Comitê Gestor.

Seção XIII Do Processo Judicial

Art. 41 - À exceção do disposto no parágrafo 3º deste artigo, os processos relativos a tributos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo 1º - Os Estados, Distrito Federal e Municípios prestarão auxílio à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em relação aos tributos de sua competência, na forma a ser disciplinada por ato do Comitê Gestor.

Parágrafo 2º - Os créditos tributários oriundos da aplicação desta Lei Complementar serão apurados, inscritos em Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo 3º - Mediante convênio, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá delegar aos Estados e Municípios a inscrição em dívida ativa estadual e municipal e a cobrança judicial dos tributos estaduais e municipais a que se refere esta Lei Complementar.

CAPÍTULO V DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção única Das Aquisições Públicas

Art. 42 - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Parágrafo 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Parágrafo 2º - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 44 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Parágrafo 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

Parágrafo 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no parágrafo 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45 - Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do "caput" deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos parágrafos 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Parágrafo 1º - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no "caput" deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Parágrafo 3º - No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Art. 46 - A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

Parágrafo único - A cédula de crédito microempresarial é título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do poder público, cabendo ao Poder Executivo sua regulamentação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 47 - Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do

desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Art. 48 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

Parágrafo 1º - O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

Parágrafo 2º - Na hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

Art. 49 - Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

CAPÍTULO VI DA SIMPLIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Seção I Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 50 - As microempresas serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Seção II Das Obrigações Trabalhistas

Art. 51 - As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

I - da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;

II - da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

III - de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

IV - da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho"; e

V - de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 52 - O disposto no art. 51 desta Lei Complementar não dispensa as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

III - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP;

IV - apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

Parágrafo único - VETADO.

Art. 53 - Além do disposto nos arts. 51 e 52 desta Lei Complementar, no que se refere às obrigações previdenciárias e trabalhistas, ao empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) é concedido, ainda, o seguinte tratamento especial, até o dia 31 de dezembro do segundo ano subsequente ao de sua formalização:

I - faculdade de o empresário ou os sócios da sociedade empresária contribuir para a Seguridade Social, em substituição à contribuição de que trata o "caput" do art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, na forma do parágrafo 2º do mesmo artigo, na redação dada por esta Lei Complementar;

II - dispensa do pagamento das contribuições sindicais de que trata a Seção I do Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 01 de maio de 1943;

III - dispensa do pagamento das contribuições de interesse das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, denominadas terceiros, e da contribuição social do salário-educação prevista na Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996;

IV - dispensa do pagamento das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Parágrafo único - Os benefícios referidos neste artigo somente poderão ser usufruídos por até 3 (três) anos-calendário.

Seção III Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 54 - É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 55 - A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo 1º - Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo 2º - VETADO.

Parágrafo 3º - Os órgãos e entidades competentes definirão, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

Parágrafo 4º - O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo fiscal relativo a tributos, que se dará na forma dos arts. 39 e 40 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VIII DO ASSOCIATIVISMO

Seção Única Do Consórcio Simples

Art. 56 - As microempresas ou as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão realizar negócios de compra e venda, de bens e serviços, para os mercados nacional e internacional, por meio de consórcio, por prazo indeterminado, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo federal.

Parágrafo 1º - O consórcio de que trata o "caput" deste artigo será composto exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

Parágrafo 2º - O consórcio referido no "caput" deste artigo destinar-seá ao aumento de competitividade e a sua inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, maior capacitação, acesso a crédito e a novas tecnologias.

CAPÍTULO IX DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 57 - O Poder Executivo federal proporá, sempre que necessário, medidas no sentido de melhorar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte aos mercados de crédito e de capitais, objetivando a redução do custo de transação, a elevação da eficiência alocativa, o incentivo ao ambiente concorrencial e a qualidade do conjunto informacional, em especial o acesso e portabilidade das informações cadastrais relativas ao crédito.

Art. 58 - Os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgadas.

Parágrafo único - As instituições mencionadas no "caput" deste artigo deverão publicar, juntamente com os respectivos balanços, relatório circunstanciado dos recursos alocados às linhas de crédito referidas no "caput" deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 59 - As instituições referidas no "caput" do art. 58 desta Lei Complementar devem se articular com as respectivas entidades de apoio e representação das microempresas e empresas de pequeno porte, no sentido de proporcionar e desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

Art. 60 - VETADO.

Art. 61 - Para fins de apoio creditício às operações de comércio exterior das microempresas e das empresas de pequeno porte, serão utilizados os parâmetros de enquadramento ou outros instrumentos de alta significância para as microempresas, empresas de pequeno porte exportadoras segundo o porte de empresas, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Seção II Das Responsabilidades do Banco Central do Brasil

Art. 62 - O Banco Central do Brasil poderá disponibilizar dados e informações para as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio do Sistema de Informações de Crédito - SCR, visando a ampliar o acesso ao crédito para microempresas e empresas de pequeno porte e fomentar a competição bancária.

Parágrafo 1º - O disposto no "caput" deste artigo alcança a disponibilização de dados e informações específicas relativas ao histórico de relacionamento bancário e creditício das microempresas e das empresas de pequeno porte, apenas aos próprios titulares.

Parágrafo 2º - O Banco Central do Brasil poderá garantir o acesso simplificado, favorecido e diferenciado dos dados e informações constantes no parágrafo 1º deste artigo aos seus respectivos interessados, podendo a instituição optar por realizá-lo por meio das instituições financeiras, com as quais o próprio cliente tenha relacionamento.

Seção III Das Condições de Acesso aos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Art. 63 - O CODEFAT poderá disponibilizar recursos financeiros por meio da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte bem como suas empresas.

Parágrafo único - Os recursos referidos no "caput" deste artigo deverão ser destinados exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO X DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 64 - Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I - inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

IV - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V - instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Seção II Do Apoio à Inovação

Art. 65 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICT, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem a forma de incubadoras, observando-se o seguinte:

I - as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas;

II - o montante disponível e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

Parágrafo 1º - As instituições deverão publicar, juntamente com as respectivas prestações de contas, relatório circunstanciado das estratégias para maximização da participação do segmento, assim como dos recursos alocados às ações referidas no "caput" deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado no período.

Parágrafo 2º - As pessoas jurídicas referidas no "caput" deste artigo terão por meta a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

Parágrafo 3º - Os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no parágrafo 2º deste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, transmitindo ao Ministério da Ciência e Tecnologia, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

Parágrafo 4º - Fica o Ministério da Fazenda autorizado a reduzir a zero a alíquota do IPI, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, adquiridos por microempresas ou empresas de pequeno porte que atuem no setor de inovação tecnológica, na forma definida em regulamento.

Art. 66 - No primeiro trimestre do ano subsequente, os órgãos e entidades a que alude o art. 67 desta Lei Complementar transmitirão ao Ministério da Ciência e Tecnologia relatório circunstanciado dos projetos realizados, compreendendo a análise do desempenho alcançado.

Art. 67 - Os órgãos congêneres ao Ministério da Ciência e Tecnologia estaduais e municipais deverão elaborar e divulgar relatório anual indicando o valor dos recursos recebidos, inclusive por transferência de terceiros, que foram aplicados diretamente ou por organizações vinculadas, por Fundos Setoriais e outros, no segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, retratando e avaliando os resultados obtidos e indicando as previsões de ações e metas para ampliação de sua participação no exercício seguinte.

CAPÍTULO XI DAS REGRAS CIVIS E EMPRESARIAIS

Seção I Das Regras Civis

Subseção I Do Pequeno Empresário

Art. 68 - Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1179 da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Subseção II VETADO

Art. 69 - VETADO.

Seção II Das Deliberações Sociais e da Estrutura Organizacional

Art. 70 - As microempresas e as empresas de pequeno porte são desobrigadas da realização de reuniões e assembléias em qualquer das situações previstas na legislação civil, as quais serão substituídas por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social.

Parágrafo 1º - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica caso haja disposição contratual em contrário, caso ocorra hipótese de justa causa que enseje a exclusão de sócio ou caso um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo 2º - Nos casos referidos no parágrafo 1º deste artigo, realizar-se-á reunião ou assembléia de acordo com a legislação civil.

Art. 71 - Os empresários e as sociedades de que trata esta Lei Complementar, nos termos da legislação civil, ficam dispensados da publicação de qualquer ato societário.

Seção III Do Nome Empresarial

Art. 72 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua firma ou denominação as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade.

Seção IV
Do Protesto de Títulos

Art. 73 - O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes condições:

I - sobre os emolumentos do tabelião não incidirão quaisquer acréscimos a título de taxas, custas e contribuições para o Estado ou Distrito Federal, carteira de previdência, fundo de custeio de atos gratuitos, fundos especiais do Tribunal de Justiça, bem como de associação de classe, criados ou que venham a ser criados sob qualquer título ou denominação, ressalvada a cobrança do devedor das despesas de correio, condução e publicação de edital para realização da intimação;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no "caput" e nos incisos I, II e III do "caput" deste artigo, o devedor deverá provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

V - quando o pagamento do título ocorrer com cheque sem a devida provisão de fundos, serão automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto, pelo prazo de 1 (um) ano, todos os benefícios previstos para o devedor neste artigo, independentemente da lavratura e registro do respectivo protesto.

CAPÍTULO XII
DO ACESSO À JUSTIÇA

Seção I
Do Acesso aos Juizados Especiais

Art. 74 - Aplica-se às microempresas e às empresas de pequeno porte de que trata esta Lei Complementar o disposto no parágrafo 1º do art. 8º da Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, e no inciso I do "caput" do art. 6º da Lei nº 10259, de 12 de julho de 2001, as quais, assim como as pessoas físicas capazes, passam a ser admitidas como proponentes de ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Seção II
Da Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem

Art. 75 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser estimuladas a utilizar os institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução dos seus conflitos.

Parágrafo 1º - Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

Parágrafo 2º - O estímulo a que se refere o "caput" deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

CAPÍTULO XIII
DO APOIO E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 76 - Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Parágrafo único - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior coordenará com as entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte a implementação dos fóruns regionais nas unidades da federação.

CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77 - Promulgada esta Lei Complementar, o Comitê Gestor expedirá, em 6 (seis) meses, as instruções que se fizerem necessárias à sua execução.

Parágrafo 1º - O Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria da Receita Previdenciária, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão editar, em 1 (um) ano, as leis e demais atos necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Parágrafo 2º - As empresas públicas e as sociedades de economia mista integrantes da administração pública federal adotarão, no prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo, as providências necessárias à adaptação dos respectivos estatutos ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo 3º - VETADO.

Art. 78 - As microempresas e as empresas de pequeno porte que se encontrem sem movimento há mais de 3 (três) anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo 1º - Os órgãos referidos no "caput" deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

Parágrafo 2º - Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo 1º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e as das empresas de pequeno porte.

Parágrafo 3º - A baixa, na hipótese prevista neste artigo ou nos demais casos em que venha a ser efetivada, inclusive naquele a que se refere o art. 9º desta Lei Complementar, não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores, reputando-se como solidariamente responsáveis, em qualquer das hipóteses referidas neste artigo, os titulares, os sócios e os administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores ou em períodos posteriores.

Parágrafo 4º - Os titulares ou sócios também são solidariamente responsáveis pelos tributos ou contribuições que não tenham sido pagos ou recolhidos, inclusive multa de mora ou de ofício, conforme o caso, e juros de mora.

Art. 79 - Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos tributos e contribuições previstos no Simples Nacional, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

Parágrafo 1º - O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100,00 (cem reais), considerados isoladamente os débitos para com a Fazenda Nacional, para com a Seguridade Social, para com a Fazenda dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

Parágrafo 2º - Esse parcelamento alcança inclusive débitos inscritos em dívida ativa.

Parágrafo 3º - O parcelamento será requerido à respectiva Fazenda para com a qual o sujeito passivo esteja em débito.

Parágrafo 4º - Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Art. 80 - O art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, fica acrescido dos seguintes parágrafos 2º e 3º, passando o parágrafo único a vigorar como parágrafo 1º:

"Art. 21 -

.....

Parágrafo 2º - É de 11% (onze por cento) sobre o valor correspondente ao limite mínimo mensal do salário-de-contribuição a alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e do segurado facultativo que optarem pela exclusão do direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.

Parágrafo 3º - O segurado que tenha contribuído na forma do parágrafo 2º deste artigo e pretenda contar o tempo de contribuição correspondente para fins de obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição ou da contagem recíproca do tempo de contribuição a que se refere o art. 94 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, deverá complementar a contribuição mensal mediante o recolhimento de mais 9% (nove por cento), acrescido dos juros moratórios de que trata o disposto no art. 34 desta Lei." (NR)

Art. 81 - O art. 45 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 45 -

.....

Parágrafo 2º - Para apuração e constituição dos créditos a que se refere o parágrafo 1º deste artigo, a Seguridade Social utilizará como base de incidência o valor da média aritmética simples dos maiores salários- de-contribuição, reajustados, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994.

.....

Parágrafo 4º - Sobre os valores apurados na forma dos parágrafos 2º e 3º deste artigo incidirão juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, capitalizados anualmente, limitados ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), e multa de 10% (dez por cento).

.....

Parágrafo 7º - A contribuição complementar a que se refere o parágrafo 3º do art. 21 desta Lei será exigida a qualquer tempo, sob pena de indeferimento do benefício." (NR)

Art. 82 - A Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º -

Parágrafo 1º - O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991.

....." (NR)

"Art. 18 -

I -

.....

c) aposentadoria por tempo de contribuição;

.....

Parágrafo 3º - O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição." (NR)

"Art. 55 -

.....

Parágrafo 4º - Não será computado como tempo de contribuição, para efeito de concessão do benefício de que trata esta subseção, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, salvo se tiver complementado as contribuições na forma do parágrafo 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 83 - O art. 94 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, fica acrescido do seguinte parágrafo 1º:

"Art.	94	-
.....		
.....		

Parágrafo 2º - Não será computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em regimes próprios de previdência social, o período em que o segurado contribuinte individual ou facultativo tiver contribuído na forma do parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, salvo se complementadas as contribuições na forma do parágrafo 3º do mesmo artigo." (NR)

Art. 84 - O art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 01 de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 3º:

"Art.	58	-
.....		

Parágrafo 3º - Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração." (NR)

Art. 85 - VETADO.

Art. 86 - As matérias tratadas nesta Lei Complementar que não sejam reservadas constitucionalmente a lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária.

Art. 87 - O parágrafo 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º -

Parágrafo 1º - O valor adicionado corresponderá, para cada Município:

I - ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil;

II - nas hipóteses de tributação simplificada a que se refere o parágrafo único do art. 146 da Constituição Federal, e, em outras situações, em que se dispensem os controles de entrada, considerar-se-á como valor adicionado o percentual de 32% (trinta e dois por cento) da receita bruta.

....." (NR)

Art. 88 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o regime de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, que entra em vigor em 01 de julho de 2007.

Art. 89 - Ficam revogadas, a partir de 1º de julho de 2007, a Lei nº 9317, de 05 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9841, de 05 de outubro de 1999.

Brasília, 14 de dezembro de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Luiz Marinho

Luiz Fernando Furlan

Dilma Rousseff

ANEXO D1

ANEXO I LC 123/2006
Partilha do Simples Nacional - Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	INSS	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

ANEXO II - LC 123/2006

Partilha do Simples Nacional - Indústria

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	CO-FINS	PIS/PASEP	INSS	ICMS	IPI
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	0,21%	0,74%	0,00%	1,80%	1,25%	0,50%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97%	0,00%	0,36%	1,08%	0,00%	2,17%	1,86%	0,50%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34%	0,31%	0,31%	0,95%	0,23%	2,71%	2,33%	0,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

ANEXO III - LC 123/2006
Partilha do Simples Nacional - Serviços e Locação de Bens Móveis

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	INSS	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,39%	1,19%	0,00%	2,42%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,54%	1,62%	0,00%	3,26%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

ANEXO IV - LC 123/2006
Partilha do Simples Nacional - Serviços

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

ANEXO V - LC 123/2006

1 - Será apurada a relação (r) conforme abaixo:

(r) = Folha de Salários incluídos encargos (em 12 meses) Receita Bruta (em 12 meses)

2 - Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,40 (quarenta centésimos), as alíquotas do Simples Nacional relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins corresponderão ao seguinte:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	IRPJ, PIS/PASEP, COFINS E CSLL
Até 120.000,00	4,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	4,48%
De 240.000,01 a 360.000,00	4,96%
De 360.000,01 a 480.000,00	5,44%
De 480.000,01 a 600.000,00	5,92%
De 600.000,01 a 720.000,00	6,40%
De 720.000,01 a 840.000,00	6,88%
De 840.000,01 a 960.000,00	7,36%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	7,84%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	8,32%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	8,80%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	9,28%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	9,76%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,24%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,72%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,20%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,68%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	12,16%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,64%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	13,50%

3 - Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,35 (trinta e cinco centésimos) e menor que 0,40 (quarenta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,00% (catorze por cento).

4 - Na hipótese em que (r) seja maior ou igual a 0,30 (trinta centésimos) e menor que 0,35 (trinta e cinco centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,50% (catorze inteiros e cinquenta centésimos por cento).

5 - Na hipótese em que (r) seja menor que 0,30 (trinta centésimos), a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins para todas as faixas de receita bruta será igual a 15,00% (quinze por cento).

6 - Somar-se-á a alíquota do Simples Nacional relativa ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins apurada na forma acima a parcela correspondente ao ISS prevista no Anexo IV desta Lei Complementar.

7 - A partilha das receitas relativas ao IRPJ, PIS/Pasep, CSLL e Cofins arrecadadas na forma deste Anexo será realizada com base nos seguintes percentuais:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP
Até 120.000,00	0,00%	49,00%	51,00%	0,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	0,00%	49,00%	51,00%	0,00%
De 240.000,01 a 360.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 360.000,01 a 480.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 480.000,01 a 600.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 600.000,01 a 720.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 720.000,01 a 840.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 840.000,01 a 960.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	45,00%	23,00%	27,00%	5,00%

ANEXO E

LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2001
(DOM DE 18.12.2001)

Dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Esta lei complementar dispõe sobre os tributos municipais e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
Seção I
Da Hipótese de Incidência

Art. 2º - Hipótese de incidência do Imposto Sobre Serviços é toda prestação de serviço, qualquer que seja sua natureza, de acordo com a lista prevista no Anexo I, parte integrante desta lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

Art. 3º - Considera-se ocorrido o fato imponible quando consumada a atividade em que, consiste a prestação do serviço ou:

I - no caso de tributo fixo anual, no dia primeiro de janeiro de cada exercício, ou, em se tratando de início de atividade, na data do pedido de inscrição no cadastro fiscal;

II - no caso de serviço de construção civil, onde a execução seja continuada, na data de cada medição mensal.

Seção II
Das Alíquotas

Art. 4º - As alíquotas do imposto são:

I - transporte coletivo, arrendamento mercantil ("leasing"), serviços para destinatários no exterior, operadoras de plano de assistência à saúde e cooperativas de serviços, escolas do ensino fundamental, educação pré-escolar, educação média de formação geral e ensino superior: 2,0% (dois por cento);

II - limpeza, conservação e vigilância: 2,5% (dois e meio por cento);

III - hospitais, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros e serviços de registros públicos, cartórios e notariais: 4,0 % (quatro por cento);

IV - demais atividades: 5,0% (cinco por cento).

Seção III
Da Sujeição Passiva

Art. 5º - Sujeito passivo é o contribuinte ou o responsável.

Subseção I
Do Contribuinte

Art. 6º - Contribuinte é o prestador do serviço.

Subseção II
Do Responsável

Art. 7º - Responsável é o sujeito passivo que, estando vinculado ao fato imponible da obrigação tributária, mesmo não sendo contribuinte, esteja obrigado ao pagamento do imposto devido por aquele.

Parágrafo único - Revogado.

Art. 8º - São responsáveis pela retenção na fonte e respectivo recolhimento:

I - o usuário ou a fonte pagadora do serviço, pelo imposto devido pelo prestador que não emitiu documento fiscal;

II - o usuário ou a fonte pagadora do serviço, pelo imposto devido por serviço prestado que resultar de trabalho pessoal do contribuinte quando este não apresentar comprovante de inscrição no cadastro fiscal;

III - REVOGADO.

IV - a distribuidora de Loterias e as operadoras de jogos eletrônicos, pelo imposto devido pelas redistribuidoras;

V - o proprietário do estabelecimento, o locatário ou cessionário do espaço ou o promotor do evento, pelo imposto devido pelo prestador nos casos de bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, bem como a execução de música, individualmente ou por conjunto;

VI - o proprietário do imóvel onde é prestado serviço de construção civil, pelo imposto devido pelo prestador, quando este não comprovar o respectivo pagamento ao Município de Curitiba;

VII - as entidades de administração de desporto, entidades de prática desportiva ou ligas, pelo imposto devido pelas empresas comerciais, administradoras das salas de bingos e congêneres;

VIII - o usuário ou a fonte pagadora do serviço pelo imposto apurado mediante notas fiscais com prazo de validade vencido;

IX - os proprietários ou arrendatários de mesas, aparelhos, equipamentos, máquinas de jogos ou similares, pelo imposto devido pelo prestador de serviço.

X - o tomador ou intermediário do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; (AC)

XI - a pessoa jurídica de direito público, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços anexa.

Parágrafo 1º - São aplicáveis aos condomínios e outros entes despersonalizados, os incisos "I" e "II", deste artigo.

Parágrafo 2º - Os responsáveis mencionados nos incisos V, VII e IX responderão solidariamente pelo imposto devido, não se admitindo benefício de ordem.

Parágrafo 3º - Compete ao responsável efetuar a retenção do imposto na fonte no ato do pagamento do serviço, sendo excluída a sua responsabilidade na hipótese da comprovação do recolhimento do imposto respectivo."

Parágrafo 4º - No caso do parágrafo anterior, se o recolhimento por retenção na fonte ultrapassar o mês de competência em que o imposto deveria ter sido recolhido pelo contribuinte, este fica sujeito a multa e demais acréscimos decorrentes da postergação, que deverão também, no ato do pagamento, serem retidos e recolhidos pelo responsável.

Parágrafo 5º - A falta de retenção e recolhimento do imposto, multa e acréscimos na forma dos parágrafos anteriores, sujeita o responsável ao recolhimento dos valores não retidos na forma do art. 7º desta lei.

Art. 8º-A - São responsáveis, na qualidade de substitutos tributários:

I - o tomador ou intermediário do serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do país;

II - a pessoa jurídica de direito privado, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista de serviços anexa.

Parágrafo único. Os responsáveis de que trata este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido e, quando for o caso, de multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada a sua retenção na fonte.

Seção IV Dos Autônomos e das Sociedades de Profissionais

Art. 9º - As prestações de serviços consistentes no trabalho pessoal do próprio contribuinte serão gravadas por tributo fixo anual, nos seguintes valores:

I - profissionais autônomos com curso superior: até R\$ 500,00 (quinhentos reais);

II - profissionais autônomos sem curso superior: até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único - A regra deste artigo aplica-se somente aos prestadores de serviços regularmente inscritos em cadastro fiscal.

Art. 10 - As sociedades profissionais, que prestem os serviços relacionados no parágrafo 2º, deste artigo, ficam sujeitas ao imposto na forma anual fixa, multiplicado pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, desde que:

I - constituam-se como sociedades civis de trabalho profissional, sem cunho empresarial;

II - não sejam constituídas sob forma de sociedade por ações, ou de outras sociedades comerciais ou a elas equiparadas;

III - as atividades limitem-se exclusivamente aos serviços de uma das alíneas do parágrafo 2º, deste artigo;

IV - não possua pessoa jurídica como sócio;

V - os profissionais que a compõem devem possuir habilitação específica para a prestação dos serviços descritos em uma das alíneas do parágrafo 2º, deste artigo;

VI - seus equipamentos, instrumentos e maquinário, sejam necessários à realização da atividade fim e usados exclusivamente pelo profissional habilitado na execução do serviço pessoal e intelectual

em nome da sociedade.

Parágrafo 1º - Para o enquadramento como sociedade profissional com vistas à tributação fixa anual, deverá ser apresentado requerimento, acompanhado da documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do início do exercício fiscal.

Parágrafo 2º - São consideradas sociedades profissionais os serviços prestados por:

- a) médicos;
- b) enfermeiros;
- c) fonoaudiólogos;
- d) protéticos;
- e) médicos veterinários;
- f) contadores e técnicos em contabilidade;
- g) agentes da propriedade industrial;
- h) advogados;
- i) engenheiros;
- j) arquitetos;
- l) urbanistas;
- m) agrônomos;
- n) dentistas;
- o) economistas;
- p) psicólogos e psicanalistas
- q) fisioterapeutas;
- r) terapeutas ocupacionais;
- s) nutricionistas;
- t) administradores;
- u) jornalistas;
- v) geólogos.

Art. 11 - Considera-se ocorrido o fato imponible da prestação de serviço por sociedades profissionais, no dia 01 de janeiro de cada exercício, ou, em se tratando de início de atividade, na data do pedido de inscrição no cadastro fiscal.

Parágrafo único - Tratando-se de pedido originário de inscrição de sociedades profissionais no cadastro fiscal, o valor do imposto será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre a data do início da atividade e 31 de dezembro do mesmo exercício.

Art. 12 - O imposto será lançado de ofício.

Seção V Da Base Imponível

Art. 13 - Base disponível é valor ou preço total do serviço, quando não se tratar de tributo fixo.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá estabelecer critérios para estimativa de base disponível de atividade de difícil controle de fiscalização.

Art. 14 - As prestações de serviços consistentes no trabalho pessoal do próprio contribuinte serão gravadas por tributo fixo anual.

Art. 15 - Observadas as normas de Lei Complementar à Constituição, todos os serviços, cuja prestação envolva fornecimento ou aplicação de materiais, bens ou coisas, substâncias ou insumos, ficam também sujeitos ao imposto sobre serviços.

Seção VI Do Lançamento

Art. 16 - Os contribuintes, cujo imposto for calculado por meio de alíquotas percentuais, deverão declarar e recolher o respectivo imposto na forma e prazos fixados em regulamento.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não exclui o dever de declarar o fato de não haver importância a recolher.

Art. 17 - Os prestadores de serviços de construção civil poderão declarar e pagar mensalmente o imposto para cada obra.

Art. 18 - Os contribuintes sujeitos à tributação fixa terão seu imposto lançado pela Fazenda Municipal e serão notificados da exigência mediante publicação de edital no órgão de imprensa oficial local.

Parágrafo único - O edital de notificação, conterá:

- I - nome do contribuinte com a respectiva inscrição municipal;
- II - valor do imposto;
- III - prazo para pagamento; e
- IV - prazo para impugnação da exigência.

Art. 19 - Os responsáveis deverão recolher o imposto na forma e prazos fixados em regulamento.

Art. 20 - A constituição do crédito tributário por lançamento de ofício será formalizada por auto de infração.

Art. 21 - O auto de infração conterá:

I - a qualificação do autuado;

II - o local, a data e a hora da lavratura;

III - a descrição do fato;

IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias; e

VI - a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função.

Parágrafo único - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidades, quando nele constarem elementos suficientes para a determinação da infração.

Art. 22 - Far-se-á a intimação do auto de infração:

I - por via postal, com prova de recebimento; ou

II - pelo autor do procedimento, provada com a assinatura do contribuinte, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar; e

III - por edital, quando resultarem improfícuos quaisquer dos meios referidos nos incisos anteriores.

Parágrafo 1º - O edital será publicado, uma única vez, em órgão de imprensa oficial local e afixado em dependência franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação.

Parágrafo 2º - Considera-se feita a intimação:

I - na data de recebimento, por via postal, e se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal; ou

II - na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;

III - trinta dias após a publicação ou afixação do edital, se for o meio utilizado.

Seção VII Do Regime Especial de Fiscalização

Art. 23 - Quando o sujeito passivo da obrigação tributária oferecer á Administração dados inexatos ou que não mereçam fé, bem como, na hipótese de não fornecê-los, o mesmo ficará sujeito a regime especial de fiscalização, do qual resultará a fixação, por arbitramento, do valor do imposto a ser pago.

Parágrafo único - No caso de extravio de livros e documentos fiscais, aplicar-se-á, igualmente, o regime previsto no "caput" deste artigo.

Art. 24 - Para a fixação da base imponible do imposto a ser lançado por arbitramento, previsto no artigo anterior, poderão, no caso de documentos fiscais extraviados ou inidôneos, ser adotados os seguintes critérios:

I - média aritmética dos valores apurados;

II - percentual sobre a receita bruta estimada;

III - despesas e custos operacionais acrescidos de até 50% (cinquenta por cento) do total apurado;

IV - o valor dos honorários fixados pelo respectivo órgão de classe;

V - o valor do metro quadrado corrente de mercado, para os serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05.

Parágrafo 1º - Quando a autoridade fazendária puder, de acordo com os elementos apresentados, utilizar mais de um critério para o arbitramento, será adotado, o mais favorável ao contribuinte.

Parágrafo 2º - Os critérios dispostos neste artigo serão regulamentados por ato do Poder Executivo.

Seção VIII Das Infrações e Penalidades

Art. 25 - A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o mesmo ao pagamento de multa correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), sendo-lhe vedado expressamente:

I - deixar de inscrever-se no cadastro fiscal ou de atualizá-lo, na forma e prazos fixados em regulamento;

II - desatender a notificação para inscrição no cadastro fiscal;

III - fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;

IV - deixar de declarar o imposto sobre serviços no prazo determinado;

V - deixar de remeter à Administração documento exigido por lei ou regulamento;

VI - negar-se a exhibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;

VII - omitir ou qualificar erradamente, em prejuízo da Fazenda, na declaração do imposto sobre serviços, qualquer operação tributável;

VIII - reter e deixar de recolher o imposto sob o regime de retenção na fonte;

IX - utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão fiscalizador;

X - utilizar nota fiscal de prestação de serviço em desacordo com a AIDF (Autorização de Impressão de Documentos Fiscais);

XI - utilizar nota fiscal fora da ordem cronológica;

XII - emitir nota fiscal sem identificação e endereço completo do usuário do serviço;

XIII - extraviar nota fiscal de prestação de serviço;

XIV - no caso de prestador de serviço de construção civil, não manter em separado controle contábil por obra, em livro específico.

Parágrafo 1º - Ficará submetido à multa prevista no "caput", o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importem em descumprimento de dever instrumental.

Parágrafo 2º - Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

Art. 26º - Quando o sujeito passivo descumprir o seu dever de recolher o imposto, para posterior homologação da autoridade administrativa, consoante o disposto no art. 16 desta lei, e tal infração for apurada por procedimento fiscal, a multa a ser aplicada equivalerá a 40% (quarenta por cento) do valor atualizado do imposto.

Parágrafo 1º - Será também de 40% (quarenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto, a multa a ser aplicada no caso de não retenção do imposto na fonte.

Parágrafo 2º - Nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele, especialmente nos casos de emissão de documento fiscal inidôneo, a multa será de 60% (sessenta por cento) sobre o valor atualizado do imposto.

Art. 27 - Quando o sujeito passivo efetuar, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação do lançamento ou da data da ciência da decisão de primeira instância, o pagamento ou parcelamento do crédito tributário, objeto do auto de infração, terá o valor da multa a que se refere o artigo anterior reduzido, respectivamente, em 50 (cinquenta) e 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo 1º - A fluência do prazo previsto neste artigo não é atingida pela ocorrência de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Parágrafo 2º - Na hipótese de pagamento ou parcelamento descumprido, o sujeito passivo perderá o benefício a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 28 - A responsabilidade por infração é excluída pela denúncia espontânea.

Parágrafo 1º - A autoridade administrativa acrescerá ao valor espontaneamente denunciado pelo sujeito passivo, atualização monetária, e juros de mora sobre o valor atualizado.

Parágrafo 2º - Do montante denunciado, terá, o sujeito passivo, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento integral do seu débito ou para requerer o parcelamento, caso em que o pagamento da primeira parcela far-se-á na data da assinatura do termo de parcelamento e as seguintes a cada 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - O vencimento de uma das parcelas, sem o respectivo pagamento, implicará no vencimento das restantes.

Parágrafo 4º - Expirado o prazo para pagamento do montante integral do débito aqui tratado ou de uma de suas parcelas, aplicar-se-á multa moratória de 30% (trinta por cento), incidente sobre o saldo verificado, a partir da data do descumprimento.

Parágrafo 5º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou de medida de fiscalização relacionados com a infração.

Art. 29 - Para efeitos de registro, controle e fiscalização do imposto, a Prefeitura instituirá, por regulamento, livros e outros documentos fiscais, destinados à comprovação das operações tributadas e seu valor.

Art. 30 - O usuário de serviço prestado por terceiro, sem prejuízo do art. 8º desta lei, fica obrigado a exigir deste a respectiva nota fiscal, sob pena de multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único - A fiscalização adotará as medidas necessárias ao controle da prática estabelecida no "caput" deste artigo podendo efetuar, de imediato, a respectiva autuação.

Art. 31 - As empresas estabelecidas no Município de Curitiba, não enquadradas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme previsto na legislação federal, prestadoras de serviço ou não, ficam obrigadas a apresentar, até o final do primeiro semestre do exercício subsequente, relação de pagamentos efetuados a prestadores de serviço, pessoas jurídicas, no exercício anterior, com valor igual ou superior a R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo 1º - Não sendo apresentada a relação no prazo estabelecido, ficará a infratora sujeita a multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), e persistindo a recusa, será a mesma aplicada em dobro, sem prejuízo da responsabilização cabível.

Parágrafo 2º - Havendo motivo justificável para atraso na entrega da relação no prazo previsto no "caput" deste artigo e, mesmo no caso de conveniência para Administração, poderá a autoridade administrativa, fundamentadamente, prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo de entrega.

Parágrafo 3º - Da relação deverá constar obrigatoriamente:

I - nome do prestador de serviço;

II - valor e data do pagamento efetuado;

III - número e série da nota fiscal;

IV - número de inscrição municipal e federal; e

V - identificação da empresa e do responsável pelas informações.

CAPÍTULO VI DO CADASTRO FISCAL

Art. 78 - Para a execução da lei tributária, a Administração manterá cadastro imobiliário, cadastro de prestadores de serviço e cadastro de comércio e indústria.

Parágrafo 1º - Os elementos de composição e os prazos de inscrição e atualização serão fixados em regulamento.

Parágrafo 2º - Da não observância dos prazos mencionados no parágrafo anterior, ficará sujeito o contribuinte ao pagamento de multa equivalente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo 3º - Incorre em igual penalidade, o contribuinte que informar dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar para o infrator, proveito de qualquer natureza.

Parágrafo 4º - Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

CAPÍTULO VII DO PAGAMENTO

Art. 79 - O pagamento dos tributos far-se-á na forma e prazos estabelecidos nesta lei e em regulamento.

Parágrafo único - A não observância pelo sujeito passivo, do prazo fixado em lei ou regulamento, sujeitará o mesmo, ao pagamento de atualização monetária, multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), e juros de mora, sendo os 02 (dois) últimos, sobre o valor atualizado.

Art. 80 - A juízo da autoridade administrativa, o crédito tributário a ser pago integralmente no prazo fixado para tanto, poderá ter desconto de até 20% (vinte por cento), bem como poderá ser parcelado em até 10 (dez) cotas iguais, não inferiores a R\$ 10,00 (dez reais) cada, permitindo-se o ajuste de arredondamento em uma das parcelas mensais e sucessivas, observado o prazo regulamentar para pagamento.

Parágrafo 1º - No caso de impugnação do lançamento do tributo, o contribuinte poderá garantir a bonificação prevista no "caput" deste artigo mediante caução do valor lançado, desde que respeitado o mesmo prazo.

Parágrafo 2º - A aprovação de unificação ou subdivisão de imóvel, ou a liberação de CVCO - Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras de condomínios, fica condicionada a quitação total de débitos relativos ao imóvel, ainda que tenham sido anteriormente parcelados, caso em que as parcelas vincendas terão sua data de vencimento antecipada à época da decisão final do processo de aprovação, devendo o interessado apresentar a certidão negativa respectiva.

Parágrafo 3º - Excetua-se do previsto no parágrafo anterior os casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades do Poder Público com atuação

específica nesta área, mesmo quando em parceria com particulares, hipótese em que os débitos poderão ser parcelados a critério da autoridade administrativa, na forma do regulamento.

Parágrafo 4º - O cancelamento, a pedido do prestador de serviço, da sua inscrição no cadastro, fica condicionado a quitação total de débitos junto à Fazenda Municipal, ainda que tenham sido anteriormente parcelados, caso em que as parcelas incendas terão sua data de vencimento antecipada à época do pedido, devendo o interessado apresentar a certidão negativa.

Parágrafo 5º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, até que ocorra o pagamento, a inscrição ficará suspensa.

Art. 81 - A juízo da autoridade administrativa, o débito poderá ser parcelado.

Parágrafo único - O parcelamento será revogado pela inadimplência do pagamento:

I - de qualquer das parcelas; ou

II - de imposto devido, relativo a fatos geradores ocorridos após a data de formalização do mesmo.

Art. 82 - Os créditos tributários poderão, a juízo da autoridade administrativa, serem extintos:

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos, do contribuinte contra a Fazenda Municipal; ou

II - por dação em pagamento ao Município, de bens imóveis livres de quaisquer ônus e localizados em Curitiba.

Art. 83 - Os valores expressos em moeda corrente oficial nesta lei, poderão ser atualizados por decreto do Poder Executivo, até o limite do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro índice aprovado por legislação nacional.

CAPÍTULO VIII DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 84 - Os créditos tributários terão o seu valor atualizado, desde a data da ocorrência do fato imponible até a data do seu pagamento, segundo os índices oficiais de atualização adotados pela legislação municipal.

CAPÍTULO IX DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 85 - São isentos do Imposto Sobre Serviços:

I - sociedades editoras de jornais, de revistas e as de rádio e televisão;

II - as pessoas jurídicas de direito público e privado, integrantes da Administração Indireta do Município, que prestem serviços diretamente à Prefeitura Municipal de Curitiba ou entre si, em virtude de contrato e relativamente a estes serviços;

III - as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços diretamente à Prefeitura Municipal de Curitiba, suas Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, em virtude de contrato de gestão, relativamente a estes serviços;

IV - os serviços sociais autônomos do Município de Curitiba;

V - o contribuinte ou o responsável, quanto à prestação de serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, quando contratados pela Prefeitura Municipal de Curitiba, suas Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista.

VI - os profissionais autônomos relacionados no Anexo IV desta lei; e

VII - os profissionais autônomos relativamente ao exercício em que for efetivada sua inscrição original no cadastro fiscal.

Parágrafo 1º - A isenção prevista no inciso V deste artigo não é extensiva aos prestadores de serviços de engenharia consultiva e de serviços auxiliares ou complementares à construção civil.

Parágrafo 2º - Não serão considerados isentos os profissionais autônomos previstos no inciso VI deste artigo que, em número igual ou superior a 05 (cinco), prestarem serviços no mesmo estabelecimento.

Art. 86 - São isentas do Imposto Predial e Territorial Urbano, as pessoas jurídicas integrantes da Administração Autárquica, Fundacional e Sociedades de Economia Mista do Município de Curitiba.

Art. 87 - As entidades civis sem fins lucrativos, inclusive os clubes sociais, poderão ter redução até 100% (cem por cento) do Imposto Predial Territorial Urbano, relativamente aos imóveis de sua propriedade, cuja utilização seja vinculada às suas atividades essenciais, a título de incentivo, desde que comprovado o investimento em esporte e no social, conforme disposto neste artigo e em regulamento.

Parágrafo 1º - Fica criada a Comissão de Incentivo ao Esporte, vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e integrada pelos seguintes representantes:

I - 02 (dois) representantes da Câmara Municipal de Curitiba;

- II - 01 (um) representante dos atletas;
- III - 01 (um) representante dos para-atletas;
- IV - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;
- V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Parágrafo 2º - O incentivo dar-se-á mediante a dedução de R\$ 3,00 (três reais) do imposto para cada R\$ 1,00 (um real) pago ao autor ou autores de projetos esportivos, devidamente aprovados pela comissão criada pelo parágrafo anterior.

Parágrafo 3º - A dedução do imposto não poderá ultrapassar o valor lançado para os imóveis citados no "caput" deste artigo e na hipótese do valor da dedução não atingir o valor total do imposto, deverá ser paga a diferença até 30 de novembro do mesmo exercício.

Parágrafo 4º - Os atletas beneficiados ficarão obrigados a divulgar o município de Curitiba e/ou prestar orientação a crianças carentes de acordo com critérios a serem definidos pela Comissão de Incentivo ao Esporte.

Art. 88 - Para os imóveis considerados como Patrimônio Histórico Cultural, poderá ser concedida redução de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano, com relação à área de interesse de preservação.

Parágrafo 1º - Será designada uma Comissão Técnica Especial para avaliação dos imóveis de interesse de preservação, segundo os critérios estabelecidos em regulamento, obedecendo os seguintes parâmetros:

- I - para imóveis que apresentarem excelente estado de conservação: 100% (cem por cento);
- II - para imóveis que apresentarem bom estado de conservação: 80% (oitenta por cento);
- III - para imóveis que apresentarem razoável estado de conservação: 50% (cinquenta por cento); e

IV - para imóveis em precário estado de conservação, descaracterizado, em ruínas ou que não atendam as Condições exigidas pela Comissão Técnica Especial: "nihil".

Parágrafo 2º - A concessão da redução prevista no inciso III do parágrafo anterior somente se dará pelo período de dois anos para cada imóvel.

Art. 89 - São isentos do pagamento das Taxas de Licença para Execução de Obras e de Vistoria de Conclusão de Obras, os beneficiários que cumprirem os requisitos para a obtenção de Alvará de Construção Classe "D".

Art. 90 - São isentos do pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária os prestadores dos serviços previstos nos subitens 4.02, 4.03 e 4.19 da lista constante do Anexo I, em razão dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 91 - Os proprietários dos imóveis imunes ou isentos totalmente do Imposto Predial e Territorial Urbano ficam, a partir da publicação desta lei, isentos do pagamento de taxas de serviços e de Contribuição de Melhoria, relativamente aos mesmos.

Art. 91-A - São isentas das taxas pelo Poder de Polícia, as entidades sem fins lucrativos que forem declaradas de utilidade pública, por lei.

CAPÍTULO X DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIA

Seção I Da Impugnação

Art. 92 - Cientificado o sujeito passivo do lançamento tributário, disporá o mesmo, do prazo de 30 (trinta) dias para impugná-lo.

Parágrafo único - A autoridade fazendária, atendendo a circunstâncias especiais, poderá em despacho fundamentado, acrescer de metade o prazo para impugnação da exigência.

Art. 93 - A impugnação será formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, instaurando-se, na esfera administrativa, o litígio.

Art. 94 - Não se instaura o litígio:

- I - em relação à matéria que não tenha sido expressamente impugnada;
- II - quando a impugnação não for apresentada dentro do prazo legal;

III - quando a impugnação for apresentada por parte ilegítima ou por quem não comprove a condição de representante legal do sujeito passivo;

IV - quando o sujeito passivo impugnar valores ou informações anteriormente por ele confessados ou declarados; ou

V - quando a impugnação versar sobre valores pagos ou parcelados.

Seção II Da Instrução

Art. 95 - A instrução do processo compete ao departamento fiscal que promoveu a formalização da exigência e consiste no fornecimento de todas as informações pertinentes ao lançamento realizado, relativamente às questões que figuraram como objeto da impugnação apresentada.

Parágrafo único - O departamento fiscal poderá solicitar ao impugnante a apresentação de documentos e informações que entender necessários à instrução, concedendo-lhe prazo, nunca inferior a 10 (dez) dias e certificando no processo quando da correspondente falta de cumprimento, dando prosseguimento ao mesmo.

Seção III Do Julgamento em Primeira Instância

Art. 96 - A decisão de primeira instância compete aos Julgadores Tributários.

Parágrafo único - A Procuradoria de Julgamento Tributário será composta por integrantes do quadro de Procuradores do Município de Curitiba e será organizada por decreto.

Art. 97 - Os Julgadores Tributários não conhecerão da impugnação apresentada nos casos previstos no art. 94 desta lei.

Art. 98 - Da decisão caberá recurso voluntário, com efeito suspensivo e devolutivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência por parte do sujeito passivo.

Art. 99 - Os Julgadores Tributários submeterão a decisão prolatada á reexame necessário pela instância superior, sempre que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo ou penalidade, em valor atualizado superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 100 - A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no artigo anterior.

Seção IV Do Julgamento em Segunda Instância

Art. 101 - O julgamento de segunda instância compete ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo 1º - O Conselho Municipal de Contribuintes será constituído de forma parietária com conselheiros indicados pelo Procurador Geral do Município, desde que advogados e integrantes dos quadros funcionais da Prefeitura, e com conselheiros indicados por entidades representativas dos contribuintes, conforme dispuser o regulamento, que serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 2º - O Conselho Municipal de Contribuintes poderá ser composto por câmaras de Julgamento, conforme dispuser o regulamento e aprovará seu próprio regimento.

Art. 102 - O recurso será formalizado em petição escrita, devendo indicar os pontos de discordância relativos à decisão de primeira instância, contendo ainda, os motivos em que se fundamenta.

Art. 103 - Quando a decisão de primeira instância não conhecer da impugnação apresentada, o recurso voluntário limitar-se-á a argüir, exclusivamente, as causas que motivaram o não conhecimento.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, ao Conselho Municipal de Contribuintes competirá, tão somente, julgar se o sujeito passivo detém ou não o direito à decisão de mérito.

Parágrafo 2º - A modificação da decisão de primeira instância, para o reconhecimento do direito do sujeito passivo ao julgamento do mérito da questão, implicará na devolução do processo àquela instância, para que assim o proceda.

Art. 104 - Não será conhecido o recurso:

- I - em relação à matéria que não tenha sido objeto de impugnação;
- II - quando não for apresentado dentro do prazo legal;
- III - quando for apresentado por parte ilegítima ou que não comprove a condição de representante legal do sujeito passivo;
- IV - quando versar sobre valores pagos ou parcelados;
- V - quando contiver apenas pedido de dispensa por equidade de pagamento de crédito tributário; ou
- VI - quando tratar de matéria idêntica àquela submetida pelo recorrente à apreciação judicial.

Seção V Do Julgamento em Instância Especial

Art. 105 - Os representantes da Fazenda junto ao Conselho Municipal de Contribuintes, integrantes do quadro de Procuradores do Município de Curitiba, incumbidos da sua defesa, poderão recorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação da ementa de decisão não unânime, quando a entenderem contrária à lei ou à evidência das provas.

Parágrafo único - Do recurso previsto no "caput" será intimado o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contra-razões.

Art. 106 - Será também objeto do recurso mencionado no artigo anterior a aprovação de ementa que não reflita com precisão, os fundamentos da decisão, devendo o mesmo ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 107 - O julgamento em instância especial será de competência da Comissão de Recursos Tributários, integrada pelo Procurador Geral do Município, Secretário Municipal de Finanças e pelo Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, podendo ser indicados suplentes.

Seção VI Das Disposições Gerais

Art. 108 - Compete ao departamento responsável pelo lançamento do tributo identificar o sujeito passivo das decisões proferidas em primeira e segunda instâncias e em instância especial.

Art. 109 - As decisões por equidade são da competência da Comissão de Recursos Tributários, mediante proposta do Conselho Municipal de Contribuintes, e restringem-se à dispensa total ou parcial, dos acréscimos legais, exclusiva a atualização monetária.

Art. 110 - Com observâncias das regras estabelecidas nesta lei, o Poder Executivo regulará o procedimento administrativo de determinação a exigência dos tributos de multas.

Art. 111 - A propositura de ação judicial para discussão de matéria tributária importa na renúncia ou desistência, conforme o caso, do sujeito passivo, à análise administrativa da mesma questão, em qualquer instância.

Parágrafo único - Para os litígios de natureza exclusivamente fática, poderá ser instituído procedimento de rito sumário, na forma do disposto em regulamento.

CAPÍTULO XI DA CONSULTA

Art. 112 - É assegurado o direito de consulta ao sujeito passivo, às entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais e aos órgãos da Administração Pública, sobre situações concretas e determinadas, no que tange a interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.

Parágrafo único - A conclusão a que se chegar na resposta à consulta é vinculante para a Fazenda, em relação ao caso examinado.

Art. 113 - A consulta será instruída com a documentação necessária a sua configuração, e será apreciada pela Comissão de Consultas Tributárias, composta por membros da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal de Finanças, designada por decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único - Na pendência da consulta não se lavrará auto de infração, nem se agravará a situação do consulente.

Art. 114 - Não será objeto de apreciação a consulta formulada:

I - em desacordo com os arts. 112 e 113 desta lei;

II - após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a matéria consultada;

III - sobre fato objeto de litígio de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver definido, declarado ou disciplinado em disposição constante da legislação tributária; ou

VI - quando não descrever completa ou exatamente a hipótese a que se referir ou não contiver os elementos necessários a sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for excusável à critério da comissão julgadora.

CAPÍTULO XII DAS Disposições GERAIS OU TRANSITÓRIAS

Art. 115 - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - Os regulamentos da legislação anterior serão aplicados, no que não conflitarem com a presente lei, até a nova regulamentação a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 116 - Os prazos contidos nesta lei serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 117 - Os serviços prestados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal em regime de direito privado serão remunerados por meio de preços.

Parágrafo 1º - A fixação dos preços será feita com base:

I - no custo unitário, para os serviços prestados exclusivamente pela Administração;

II - nos preços de mercado, para os demais serviços.

Parágrafo 2º - Aplicam-se aos preços as normas desta lei, no tocante a lançamento, pagamento, deveres instrumentais, penalidades, procedimento administrativo fiscal e dívida ativa.

Art. 118 - Ficam cancelados os débitos para com a Fazenda Municipal de valor atualizado igual ou inferior a R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) por indicação fiscal, constituídos até a data da vigência desta lei.

Parágrafo único - Não se incluem nos débitos referidos no "caput" deste artigo os decorrentes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 119 - Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Parágrafo 1º - Permanece em vigor a seguinte legislação:

I - Lei n.º 6152, de 16 de junho de 1980;

II - Lei n.º 7568, de 08 de novembro de 1990;

III - Lei Complementar n.º 06, de 17 de março de 1993;

IV - Lei Complementar n.º 10, de 14 de dezembro de 1994, alterada pelo art. 2º da Lei Complementar n.º 14, de 05 de junho de 1997;

V - Lei Complementar n.º 11, de 08 de abril de 1995, alterada pelo art. 1º da Lei Complementar n.º 14, de 05 de junho de 1997;

VI - Lei Complementar n.º 15, de 15 de dezembro de 1997;

VII - Lei Complementar n.º 19, de 23 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar n.º 24, de 30 de setembro de 1998;

VIII - Lei Complementar n.º 22, de 03 de junho de 1998;

IX - Lei Complementar n.º 31, de 21 de dezembro de 2000.

X - Lei Complementar n.º 07, de 17 de março de 1993.

Parágrafo 2º - Fica expressamente revogada a seguinte legislação:

I - Lei n.º 6202, de 17 de dezembro de 1980;

II - Lei n.º 6457, de 29 de dezembro de 1983, art. 6º;

III - Lei n.º 6619, de 04 de janeiro de 1985;

IV - Lei n.º 6619, de 04 de janeiro de 1985;

V - Lei n.º 7291, de 12 de dezembro de 1988;

VI - Lei n.º 7324, de 15 de junho de 1989;

VII - Lei n.º 7832, de 19 de dezembro de 1991;

VIII - Lei n.º 7905, de 15 de abril de 1992;

IX - Lei n.º 7983, de 16 de agosto de 1992;

X - Lei Complementar n.º 17, de 23 de dezembro de 1997;

XI - Lei Complementar n.º 28, de 23 de dezembro de 1999.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 18 de dezembro de 2001.

CASSIO TANIGUCHI
Prefeitura Municipal

ANEXO E1

ANEXO I - LC 40/ISS LISTA DE SERVIÇOS

- 1 - Serviços de informática e congêneres.
 - 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
 - 1.02 - Programação.
 - 1.03 - Processamento de dados e congêneres.
 - 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
 - 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
 - 1.06 - Assessoria e consultoria em informática.
 - 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
 - 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
 - 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
 - 3.01 - (VETADO)
 - 3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
 - 3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
 - 3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
 - 3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
- 4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
 - 4.01 - Medicina e biomedicina.
 - 4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
 - 4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
 - 4.04 - Instrumentação cirúrgica.
 - 4.05 - Acupuntura.
 - 4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
 - 4.07 - Serviços farmacêuticos.
 - 4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
 - 4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
 - 4.10 - Nutrição.
 - 4.11 - Obstetrícia.
 - 4.12 - Odontologia.
 - 4.13 - Ortopédia.
 - 4.14 - Próteses sob encomenda.
 - 4.15 - Psicanálise.
 - 4.16 - Psicologia.
 - 4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
 - 4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
 - 4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
 - 4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 - 4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 - 4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
 - 4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do rio.
- 5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
 - 5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.
 - 5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
 - 5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.
 - 5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
 - 5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
 - 5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
 - 5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
 - 5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
 - 5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
 - 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
 - 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
 - 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
 - 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
 - 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.
- 7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
 - 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
 - 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e

equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - (VETADO)

7.15 - (VETADO)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 -Shows , ballet , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows , ballet , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - (VETADO)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em ge-ral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou porários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (VETADO)

17.08 - Franquia ("franchising").

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, atividade prevista na Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, atividade prevista na Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

- 23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
 - 23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
- 24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
 - 24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
- 25 - Serviços funerários.
 - 25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
 - 25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
 - 25.03 - Planos ou convênio funerários.
 - 25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
 - 26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
- 27 - Serviços de assistência social.
 - 27.01 - Serviços de assistência social.
- 28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
 - 28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29 - Serviços de biblioteconomia.
 - 29.01 - Serviços de biblioteconomia.
- 30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.
 - 30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
 - 31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 - Serviços de desenhos técnicos.
 - 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
- 33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
 - 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
 - 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
 - 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 - Serviços de meteorologia.
 - 36.01 - Serviços de meteorologia.
- 37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
 - 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 - Serviços de museologia.
 - 38.01 - Serviços de museologia.
- 39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.
 - 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
 - 40.01 - Obras de arte sob encomenda.

TABELA DE AUTÔNOMOS ISENTOS - ISS

Profissionais autônomos que prestem serviços como:

- afiador de ferramenta;
- afinador de instrumento;
- agenciador de ass. de jornais e revistas;
- alfaiate;
- arrumador de carga;
- artesão;
- ator;
- azulejista;
- bailarino;
- bordadeiro;
- borracheiro;
- cabeleireiro;
- carpinteiro;
- carregador de volumes;
- chaveiro;
- cobrador;
- colocador de calhas;
- colocador de "carpet";
- conferente de carga;
- coreógrafo;
- costureiro;
- cozinheiro;
- datilógrafo;
- decorador;
- depilador;
- desenhista;
- digitador;
- doceiro;
- domador de animais;
- eletricitista;
- encadernador;
- encanador;
- engraxate;
- entregador de alimentos;
- esteticista;
- estofador;
- fotógrafo;
- garçon;
- guardião;
- guia turístico;
- iluminador;
- instalador de equipamentos;
- jardineiro;
- jóquei;
- latoeiro;
- lavadeira;
- lixador de assoalhos;
- manequim;
- manicure;
- maquilador;
- marceneiro;
- marquetista;
- massagista;
- mecânico;
- modelo;
- montador de equipamentos;
- montador de máquinas;
- montador de móveis;
- mosaiqueiro;
- motorista;
- operador de som e luzes;
- pedreiro;
- pesquisador de mercado;
- pintor de carros;
- pintor de paredes;
- reparador de bicicletas;
- reparador de eletrodomésticos;
- reparador de equipamentos;
- reparador de jóias;
- sapateiro;
- soldador;
- torneiro;
- tricoteiro;
- vendedor de loterias;
- vidraceiro.

ANEXO F

FiscoData - Quarta-Feira, 20 de junho de 2007
REGULAMENTO DE ICMS
(Aprovado pelo Decreto nº 5141, de 12.12.2001)

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, de que trata a Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, será regido pelas disposições contidas neste Regulamento.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES BÁSICAS

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 2º - O imposto incide sobre (art. 2º da Lei nº 11580/96):

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

CAPÍTULO III DO FATO GERADOR

Art. 5º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento (art. 5º da Lei nº 11580/96):

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

CAPÍTULO IV DOS ELEMENTOS QUANTIFICADORES

SEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

Parágrafo 2º - Não integra a base de cálculo do imposto o montante:

d) correspondente ao pedágio, na prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas.

SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

Art. 15 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas (art. 14 da Lei nº 11580/96):

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

1) serviços de transporte;

Parágrafo 1º - Entre outras hipóteses as alíquotas internas são aplicadas quando:

a) o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado;

c) da prestação de serviço de transporte, ainda que contratado no exterior, e o de comunicação transmitida ou emitida no estrangeiro e recebida neste Estado;

Art. 16 - As alíquotas para operações e prestações interestaduais são (art. 15 da Lei nº 11580/96):

I - 12% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, ressalvado o disposto no inciso III deste artigo;

II - 7% para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal e nos demais Estados não relacionados no inciso anterior, ressalvado o disposto no inciso seguinte;

III - 4% nas prestações de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal (Resolução nº 95/96 do Senado Federal).

CAPÍTULO V DA SUJEIÇÃO PASSIVA

SEÇÃO I
DO CONTRIBUINTE

Art. 17 - Contribuinte do imposto é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (art. 16 da Lei nº 11580/96).

SEÇÃO II
DO RESPONSÁVEL OU SUBSTITUTO

Art. 19 - São responsáveis pelo pagamento do imposto (art. 18 da Lei nº 11580/96):

I - o transportador, em relação à mercadoria:

a) que despachar, redespachar ou transportar sem a documentação fiscal regulamentar ou com documentação fiscal inidônea;

b) transportada de outra unidade federada para entrega sem destinatário certo ou para venda ambulante neste Estado;

c) que entregar a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;

d) transportada que for negociada com interrupção de trânsito no território paranaense;

IV - o contribuinte ou depositário a qualquer título, na qualidade de substituto tributário, em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes - inclusive quanto ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte do imposto, localizado neste Estado - na forma prevista neste Regulamento, em relação a:

u) serviços de transporte e de comunicação;

X - o contratante de serviço ou terceiro que participe de prestação de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal e de comunicação.

CAPÍTULO VI
DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

Art. 22 - O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é (art. 22 da Lei nº 11580/96):

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde se encontre o veículo transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação fiscal inidônea;

b) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII o art. 5º e para os efeitos do Parágrafo 3º do art. 6º;

c) onde tenha início a prestação, nos demais casos;

CAPÍTULO VII
DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO

SEÇÃO I
DAS MODALIDADES

Art. 23 - O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este Estado ou por outra unidade federada, apurado por um dos seguintes critérios (art. 23 da Lei nº 11580/96):

Parágrafo 4º - O estabelecimento prestador de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado - CAD/ICMS, que não optar pelo crédito presumido previsto nos incisos VI e VII do art. 50, poderá apropriar-se do crédito do imposto das operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, fluídos, pneus, câmaras de ar e demais materiais rodantes, peças de reposição e outros produtos de manutenção da frota, inclusive de limpeza, bem como de mercadorias destinadas ao ativo permanente, observado o disposto no Parágrafo 4º do art. 24, efetivamente utilizados na prestação de serviço iniciado neste Estado.

Parágrafo 8º - Independentemente do sistema de tributação adotado, os prestadores de serviço de transporte interestadual e intermunicipal poderão apropriar-se do crédito do imposto de serviços da mesma natureza, nas seguintes situações, observado o disposto no Parágrafo 5º do art. 50:

a) na contratação de transportador autônomo para complementação do serviço em meio de transporte diverso do original, nos termos do art. 158;

b) no transporte por redespacho;

- c) no transporte intermodal;
- d) na subcontratação.

Parágrafo 9º - Na hipótese da alínea "b" do parágrafo anterior, o transportador contratante fará a apropriação do crédito relativo ao frete lançado no conhecimento de transporte emitido pelo transportador contratado, conforme dispõem as alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 196; quando se tratar da hipótese da alínea "c" do parágrafo anterior, o transportador que emitir o conhecimento de transporte pelo preço total do serviço fará a apropriação dos créditos relativos aos fretes de cada modalidade de prestação, com base nos documentos emitidos na forma do inciso II do art. 198.

SEÇÃO II DO CRÉDITO PRESUMIDO

Art. 50 - São concedidos os seguintes créditos presumidos:

VI - aos prestadores de serviço de transporte, exceto aéreo, no percentual de 20% do valor do ICMS devido na prestação, que será adotado, opcionalmente pelo contribuinte, em substituição ao sistema de tributação normal, conforme Parágrafo 4º do art. 23, observado o disposto nos parágrafos 4º e 5º deste artigo (Convênio ICMS 106/96);

VII - aos prestadores de serviços de transporte aéreo, nas prestações internas, no percentual que resulte na carga tributária correspondente a 8%, que será adotado, opcionalmente pelo contribuinte, em substituição ao sistema de tributação normal, conforme Parágrafo 4º do art. 23, observado o disposto no Parágrafo 4º deste artigo (Convênio ICMS 120/96);

SEÇÃO II DO LOCAL, DA FORMA E DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 56 - O ICMS deverá ser pago nas seguintes formas e prazos (art. 36 da Lei nº 11580/96):

VI - na importação de mercadoria ou bem destinado ao ativo fixo ou para uso ou consumo:

a) quando realizada por contribuinte inscrito no CAD/ICMS e com despacho aduaneiro no território paranaense:

1 - sendo bem destinado a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento industrial e do prestador de serviço de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação, enquadrados no regime normal de pagamento, mediante lançamento do valor correspondente à razão de um quarenta e oito avos por mês do imposto devido no campo "Outros Débitos" do Livro Registro de Apuração do ICMS, com a indicação do número e da data da nota fiscal emitida para documentar a entrada, devendo a primeira fração ser debitada no mês em que ocorrer o fato gerador, observando-se, ainda, o disposto no parágrafo 16;

X - em GR-PR, nos prazos estipulados no inciso XV deste artigo, na prestação de serviço de transporte, ressalvadas as hipóteses dos incisos I, XI e XII;

XV - em GR-PR, nos demais casos de pagamento sob regime normal, no mês seguinte ao de apuração, de acordo com o algarismo final da numeração seqüencial estadual do número de inscrição no CAD/ICMS, observados os seguintes prazos:

- a) até o dia 11 - finais 1 e 2;
- b) até o dia 12 - finais 3 e 4;
- c) até o dia 13 - finais 5 e 6;
- d) até o dia 14 - finais 7 e 8;
- e) até o dia 15 - finais 9 e 0;

CAPÍTULO IX DOS REGIMES ESPECIAIS

SEÇÃO II NAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Art. 88 - É diferido o pagamento do imposto nas seguintes prestações de serviço de transporte, desde que o prestador do serviço tenha optado pelo crédito presumido de que trata o inciso VI do art. 50:

I - de produtos primários:

a) diretamente do estabelecimento de produtor agropecuário até o primeiro local de comercialização, industrialização ou beneficiamento;

b) entre estabelecimentos de produtores agropecuários;

II - de insumos agropecuários:

- a) destinados diretamente a estabelecimento de produtor agropecuário;
- b) entre estabelecimentos de produtores agropecuários.

Parágrafo 1º - O disposto neste artigo não se aplica às saídas para outra unidade federada ou para o exterior.

Parágrafo 2º - Considera-se encerrada a fase de diferimento:

- a) na entrada do estabelecimento adquirente das mercadorias indicadas no inciso I, incorporado ao débito da operação subsequente;
- b) na operação subsequente não mais abrangida por diferimento ou suspensão, na hipótese do inciso II, incorporado ao débito da operação.

CAPÍTULO II DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

Seção I Da Inscrição

Art. 103 - Deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, antes do início de suas atividades, aqueles que pretendam realizar operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (art. 33 da Lei nº 11580/96).

Parágrafo 1º - Para os efeitos deste artigo, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte, cabendo a cada um deles um número de inscrição, o qual constará, obrigatoriamente, em todos os documentos fiscais e de arrecadação.

CAPÍTULO IV DOS DOCUMENTOS FISCAIS

Seção I Dos Documentos em Geral

Art. 115 - O contribuinte emitirá ou utilizará, conforme as operações ou prestações que realizar, os seguintes documentos fiscais (art. 45 da Lei nº 11580/96); (Convênios SINIEF, de 15.12.70, art. 6º; nº 06/89, art. 1º; Ajustes SINIEF nºs 03/78, 04/78, 01/89, 04/89, 14/89, 15/89 e 03/94):

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7;

VI - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;

Seção III Dos Documentos Relativos a Prestações de Serviço de Transporte

Subseção I Da Nota Fiscal de Serviço de Transporte

Art. 146 - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida, antes do início da prestação do serviço, por agência de viagem ou por transportador, sempre que executar, em veículo próprio ou afretado, serviço de transporte interestadual ou intermunicipal, de pessoas (Convênio SINIEF nº 06/89, art. 10; Ajustes SINIEF nºs 01/89 e 14/89).

Parágrafo 1º - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida em relação a cada veículo e a cada viagem contratada.

Parágrafo 2º - Nos casos de excursões com contratos individuais, será facultada a emissão de uma única Nota Fiscal de Serviço de Transporte, por veículo, hipótese em que a 1ª via será arquivada no estabelecimento do emitente, anexando-se, quando se tratar de transporte rodoviário, a autorização do DER ou DNER.

INFORME FISCODATA: Fica revigorado o parágrafo 3º do art. 146, pela 528ª alteração do Decreto nº 5365, de 13.09.2005 (DOE de 14.09.2005), vigência a partir de 14.09.2005, produzindo efeitos a partir de 13.04.2005.

Parágrafo 3º - No transporte de pessoas com características de transporte metropolitano mediante contrato, poderá ser postergada a emissão de Nota Fiscal de Serviço de Transporte, até o final do período de apuração do imposto.

Art. 147 - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será também emitida (Ajuste SINIEF nº 06/89, art. 10; Ajuste SINIEF nº 14/89):

IV - pelo transportador que executar serviços de transporte intermunicipal, interestadual ou internacional de bens ou mercadorias utilizando-se de outros meios ou formas, em relação aos quais não haja previsão de documento fiscal específico (Ajuste SINIEF nº 09/99).

Art. 148 - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF nº 06/89, art. 11; Ajuste SINIEF nº 15/89):

I - a denominação "Nota Fiscal de Serviço de Transporte";
 II - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
 III - a natureza da prestação do serviço;
 IV - a data da emissão;
 V - o nome, o endereço, e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
 VI - o nome, o endereço, e os números de inscrição, estadual e no CNPJ ou CPF, do usuário;
 VII - o percurso;
 VIII - a identificação do veículo transportador;
 IX - a discriminação do serviço prestado de modo que permita sua perfeita identificação;
 X - o valor do serviço prestado, bem como outros valores cobrados a qualquer título;
 XI - o valor total da prestação;
 XII - a base de cálculo do imposto;
 XIII - a alíquota e o valor do imposto;
 XIV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor da Nota, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da última Nota impressas, a série e subsérie, bem como o número da AIDF.

Parágrafo 1º - As indicações dos incisos I, II, V e XIV, serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 2º - Não constarão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte:

- a) as indicações do inciso VI na hipótese do inciso III do artigo anterior;
- b) as indicações dos incisos VII e VIII nas hipóteses do artigo anterior.

Parágrafo 3º - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será de tamanho não inferior a 14,8 x 21 cm.

Art. 149 - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida (Convênio SINIEF nº 06/89, arts. 13 e 14; Ajuste SINIEF nº 14/89):

I - nas prestações internas, no mínimo, em três vias, que terão a seguinte destinação:

- a) a 1ª via será entregue ao contratante ou usuário;
- b) a 2ª via acompanhará o transporte para controle da fiscalização;
- c) a 3ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - nas prestações interestaduais, no mínimo, em quatro vias, que terão a seguinte destinação:

- a) a 1ª via será entregue ao contratante ou usuário;
- b) a 2ª via acompanhará o transporte para fins de controle no Estado de destino;
- c) a 3ª via acompanhará o transporte e será retida pelo Posto Fiscal de saída do Estado;
- d) a 4ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Parágrafo único - Nas hipóteses do art. 147, a Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida, no mínimo, em duas vias, que terão a seguinte destinação:

- a) a 1ª via será entregue ao contratante ou usuário nos casos dos incisos I e

II, em relação ao transporte ferroviário de cargas, e permanecerá em poder do emitente nos casos dos incisos II, no transporte ferroviário de passageiros, e III;

- b) a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Subseção II

Do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas e da Autorização de Carregamento e Transporte

Art. 150 - O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será emitido, antes do início da prestação do serviço, pelo transportador rodoviário de carga que executar serviço de transporte rodoviário intermunicipal ou interestadual, e conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF nº 06/89, arts. 16, 17 e 18; Ajustes SINIEF nºs 01/89 e 08/89):

I - a denominação "Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas";
 II - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
 III - a natureza da prestação do serviço;
 IV - o local e a data da emissão;
 V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
 VI - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ ou CPF, do remetente e do destinatário;
 VII - o local de coleta da carga e o de sua entrega;
 VIII - a quantidade e espécie dos volumes ou das peças;
 IX - o número da nota fiscal, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;
 X - a identificação do veículo transportador: placa, local e Estado;
 XI - a condição do frete: pago ou a pagar;
 XII - os valores de composição do frete, inclusive os relativos a pedágio, podendo, no caso de carga fracionada, ser distribuído proporcionalmente nos CTRCs correspondentes, até o montante pago a esse título;
 XIII - as informações relativas ao redespacho e ao consignatário, se for o caso;
 XIV - o valor total da prestação;
 XV - a base de cálculo do imposto;

XVI - a alíquota e o valor do imposto;

XVII - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impressos, a série e subsérie, bem como o número da AIDF;

XVIII - no seu verso, quando o transporte for iniciado no Paraná, informação acerca do itinerário a ser percorrido e, se for o caso, do recebimento do valor correspondente ao vale pedágio, instituído pela Medida Provisória n. 2.025-2, de 02 de junho de 2000, por meio de carimbo, devidamente identificado e assinado pelo respectivo condutor, observado o contido no Parágrafo 7º.

Parágrafo 1º - As indicações dos incisos I, II, V e XVII serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 2º - O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será de tamanho não inferior a 9,9 x 21 cm.

Parágrafo 3º - Na impossibilidade da emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas antes do início da prestação, os transportadores de cargas a granel de combustíveis líquidos ou gasosos e de produtos químicos ou petroquímicos, que por ocasião da contratação do serviço não conheçam os dados relativos ao peso, distância ou valor do frete, poderão emitir a Autorização de Carregamento e Transporte, que conterà, no mínimo, as seguintes indicações (Ajustes SINIEF nºs 02/89, 13/89 e 01/93, cláusula primeira):

- a) a denominação "Autorização de Carregamento e Transporte";
- b) o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
- c) o local e a data da emissão;
- d) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- e) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ ou CPF, do remetente e do destinatário;
- f) a indicação relativa ao consignatário;
- g) o número da nota fiscal, o valor da mercadoria e a natureza da carga;
- h) o local de coleta da carga e o de sua entrega;
- i) a assinatura do emitente e do destinatário;
- j) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impressos, a série e subsérie, bem como o número da AIDF.

Parágrafo 4º - As indicações das alíneas "a", "b", "d" e "j" do parágrafo anterior serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 5º - A Autorização de Carregamento e Transporte será de tamanho não inferior a 15 x 21 cm.

Parágrafo 6º - Relativamente ao documento previsto no Parágrafo 3º observar-se-á, ainda:

- a) o estabelecimento deverá emitir o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas no momento do retorno da 1ª via da Autorização de Carregamento e Transporte, cujo prazo não poderá exceder a dez dias;
- b) para fins de apuração e recolhimento do imposto tomar-se-á em conta a data da emissão da Autorização de Carregamento e Transporte;
- c) na Autorização de Carregamento e Transporte deverá ser anotado o número, a data e a série do respectivo Conhecimento de Transporte, assim como a indicação de que a sua emissão ocorreu na forma do Parágrafo 3º do art. 150 do RICMS.

Parágrafo 7º - Havendo dispensa de emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, a informação de que trata o inciso XVIII deverá constar do verso da 1ª via da nota fiscal que acobertar o transporte da carga.

Art. 151 - O Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas será emitido (Convênio SINIEF 06/89, arts. 19 e 20; Ajuste SINIEF 14/89):

I - nas prestações internas, no mínimo, em quatro vias, que terão a seguinte destinação:

- a) a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;
- b) a 2ª via acompanhará o transporte até o destino, podendo servir de comprovante de entrega;
- c) a 3ª via acompanhará o transporte para fins de fiscalização;
- d) a 4ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;

II - nas prestações interestaduais, no mínimo, em cinco vias, obedecida a destinação do inciso anterior, devendo a 5ª via acompanhar o transporte, para Controle do fisco de destino.

Parágrafo 1º - Tratando-se da Autorização de Carregamento e Transporte esta será emitida, no mínimo, em seis vias, que terão a seguinte destinação:

- a) a 1ª via acompanhará o transporte e retornará ao emitente para subsidiar a emissão do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, devendo ser arquivada juntamente com a via fixa deste;
- b) a 2ª via acompanhará o transporte para fins de controle do fisco do Estado de origem;
- c) a 3ª via será entregue ao destinatário;
- d) a 4ª via será entregue ao remetente;
- e) a 5ª via acompanhará o transporte e destinar-se-á ao controle do fisco do Estado de destino;
- f) a 6ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Parágrafo 2º - Na prestação de serviço de transporte de mercadoria abrangida por benefício fiscal, com destino à Zona Franca de Manaus ou outras áreas de livre comércio:

a) havendo necessidade de utilização de via adicional do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas esta poderá ser substituída por cópia da 1ª via do documento;

b) havendo necessidade de utilização de via adicional da Autorização de Carregamento e Transporte, esta poderá ser suprida por cópia da 1ª via do documento, que substituirá o Conhecimento de Transporte para os efeitos do art. 119.

Subseção VI Do Despacho De Transporte

Art. 158 - Em substituição ao conhecimento de transporte, poderá ser emitido o Despacho de Transporte, pela empresa transportadora inscrita neste Estado que contratar transportador autônomo para concluir a execução de serviço de transporte de carga, em meio de transporte diverso do original, cujo preço tiver sido cobrado até o destino da carga (Convênio SINIEF 06/89, art. 60; Ajustes SINIEF 01/89 e 14/89).

Art. 159 - O Despacho de Transporte conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF 06/89, art. 60; Ajustes SINIEF 01/89 e 14/89):

- I - a denominação "Despacho de Transporte";
- II - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
- III - o local e a data da emissão;
- IV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- V - o local de origem da carga e o de destino;
- VI - o nome e o endereço do remetente e do destinatário;
- VII - as informações relativas ao conhecimento original e à quantidade de cargas desmembradas;
- VIII - o número da nota fiscal, o valor e a natureza da carga, bem como a quantidade em quilogramas, metros cúbicos ou litros;
- IX - a identificação do transportador autônomo: o nome, o número da carteira de habilitação, o endereço completo, e os números de inscrição, no CPF e no INSS;
- X - a placa do veículo e o respectivo Estado e o número do certificado de propriedade;
- XI - o cálculo do frete pago ao transportador autônomo: o valor do frete, do INSS reembolsado, do IR-Fonte e o valor líquido pago;
- XII - o valor do ICMS devido pela prestação complementar;
- XIII - a assinatura do transportador e do emitente;
- XIV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impressos, a série e subsérie, bem como o número da AIDF.

Parágrafo único - As indicações dos incisos I, II, IV e XIV serão impressas tipograficamente.

Art. 160 - O Despacho de Transporte será emitido, antes do início da prestação do serviço, no mínimo, em três vias, que terão a seguinte destinação (Convênio SINIEF 06/89, art. 60; Ajuste SINIEF 07/89):

I - a 1ª e a 2ª vias serão entregues ao transportador autônomo;

II - a 3ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Parágrafo único. Quando for contratada complementação de transporte por empresa estabelecida em Estado diverso daquele da execução do serviço, a 1ª via do documento, após o transporte, será enviada à empresa contratante para efeitos de apropriação do crédito do imposto relativo à prestação complementar.

Subseção VII Da Ordem De Coleta De Cargas

Art. 161 - A Ordem de Coleta de Cargas será emitida pelo transportador que executar serviço de coleta de carga, para acobertar o transporte em território paranaense, desde o endereço do remetente até o seu estabelecimento, e conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF 06/89, art. 71; Ajuste SINIEF 01/89, cláusula segunda):

- I - a denominação "Ordem de Coleta de Cargas";
- II - o número de ordem, a série e subsérie e o número da via;
- III - o local e a data da emissão;
- IV - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- V - o nome e o endereço do remetente;
- VI - a quantidade de volumes coletados;
- VII - o número e a data do documento fiscal que estiver acompanhando a carga;
- VIII - a assinatura do recebedor;
- IX - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impressos, a série e subsérie, bem como o número da AIDF.

Parágrafo 1º - As indicações dos incisos I, II, IV e IX serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 2º - A Ordem de Coleta de Cargas será de tamanho não inferior a 14,8 x 21 cm.

Art. 162 - A Ordem de Coleta de Cargas será emitida, por ocasião da coleta da carga, no mínimo, em três vias, que terão a seguinte destinação (Convênio SINIEF 06/89, art. 71; Ajuste SINIEF 01/89):

I - a 1ª via acompanhará a carga coletada entre o endereço do remetente e do transportador, devendo ser arquivada após a emissão do respectivo conhecimento de transporte;

II - a 2ª via será entregue ao remetente;

III - a 3ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Parágrafo 1º - Recebida a carga no estabelecimento transportador, será emitido o conhecimento relativo ao transporte do endereço do remetente até o local de destino.

Parágrafo 2º - O número da Ordem de Coleta de Cargas será indicado no conhecimento de transporte correspondente.

Subseção VIII Do Manifesto De Carga

Art. 163 - O Manifesto de Carga poderá ser emitido pelo transportador, antes do início da prestação do serviço, em relação a cada veículo, no caso de transporte de carga fracionada, e conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF 06/89, art. 17; Ajustes SINIEF 07/89, 14/89 e 15/89):

- I - a denominação "Manifesto de Carga";
- II - o número de ordem;
- III - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- IV - o local e a data da emissão;
- V - a identificação do veículo transportador: placa, local e unidade da Federação;
- VI - a identificação do condutor do veículo;
- VII - os números de ordem, as séries e subséries dos conhecimentos de transporte;
- VIII - os números das notas fiscais;
- IX - o nome do remetente e do destinatário;
- X - o valor da mercadoria;
- XI - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impresso e o número da AIDF.

Parágrafo 1º - Emitido o Manifesto de Carga serão dispensadas, relativamente aos correspondentes conhecimentos de transporte:

- a) a identificação do veículo transportador prevista no inciso X do art. 150;
- b) as vias destinadas ao fisco a que alude a alínea "c" do inciso I e o inciso II do art. 151;
- c) a indicação prevista no inciso I do art. 197.

Parágrafo 2º - Para os efeitos deste artigo, entende-se por carga fracionada a que corresponda a mais de um conhecimento de transporte.

Art. 164 - O Manifesto de Carga será emitido, no mínimo, em três vias, que terão a seguinte destinação:

- I - a 1ª via acompanhará o transporte e servirá para uso do transportador;
- II - a 2ª via acompanhará o transporte, para controle do fisco paranaense;
- III - a 3ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Seção V Das Disposições Comuns Aos Documentos Fiscais

Art. 192 - Sempre que for obrigatória a emissão de documentos fiscais, aqueles a quem se destinarem as mercadorias e serviços são obrigados a exigir tais documentos dos que devam emití-los, contendo todos os requisitos legais (Convênio SINIEF, de 15.12.70, arts. 12, 14 e 15, e Convênio SINIEF 06/89, art. 89).

Parágrafo 1º - Os transportadores não poderão aceitar despacho ou efetuar o transporte de mercadorias que não estejam acompanhadas dos documentos fiscais próprios, bem como executar prestação de serviços de transporte sem a documentação fiscal correspondente.

Subseção I Das Disposições Específicas Aos Documentos Fiscais Relativos À Prestação De Serviço De Transporte

Art. 193 - Fica dispensada a emissão do documento fiscal a cada prestação de serviço de transporte, quando houver dispensa da emissão da nota fiscal de mercadoria, a cada operação, hipótese em que o documento fiscal será emitido até o final do período de apuração do imposto.

Art. 194 - Fica dispensada a emissão do documento fiscal de prestação de serviço de transporte, quando o transportador autônomo ou a empresa transportadora de outra unidade da Federação, não inscrita no CAD/ICMS, efetuar o pagamento do imposto, por ocasião do início da prestação (Convênio ICMS 25/90, cláusulas terceira e quarta).

Parágrafo 1º - O documento de arrecadação servirá para acobertar o serviço, e, se for o caso, para crédito do imposto, e deverá conter, dentre outras, as seguintes informações, ainda que no verso:

- a) o nome do transportador e da empresa transportadora contratante do serviço, se houver;
- b) a placa do veículo e a unidade da Federação, no caso de transporte rodoviário, ou outro elemento identificativo, nos demais casos;
- c) o preço do serviço, a base de cálculo do imposto e a alíquota aplicável;

d) o número e a série, sendo o caso, do documento fiscal que acobertar a carga, ou a identificação do bem, e o local de início e fim da prestação do serviço, nos casos em que não se exija o documento fiscal.

Parágrafo 2º - Na hipótese do "caput" deste artigo, se ao final da prestação resultar pagamento a menor do imposto, a diferença será recolhida na forma e prazo definidos no art. 56.

Parágrafo 3º - O transportador estabelecido neste Estado e inscrito no CAD/ICMS, que prestar serviço de transporte iniciado em outra unidade da federação com recolhimento do imposto e dispensa de emissão do documento fiscal de prestação de serviço de transporte, procederá da seguinte forma (Convênio ICMS 25/90, cláusula quarta):

a) emitirá o conhecimento correspondente ao serviço no final da prestação, com destaque do imposto;

b) escriturará o conhecimento emitido na forma da alínea anterior no livro Registro de Saídas, nas colunas relativas a "Documento Fiscal" e "Observações", anotando, nesta, que o imposto foi pago à unidade federada de início da prestação, deixando à disposição do fisco o comprovante de pagamento.

INFORME FISCODATA: Fica prorrogado para 28.02.2006 a vigência de "Termo de Autorização" deferido na forma estabelecida no art. 195, pelo art. 5º do Decreto nº 5930, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005.

INFORME FISCODATA: Fica revigorado o art. 195, pela Alteração nº 584ª do Decreto nº 5930, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005, produzindo efeitos a partir de 09.11.2005.

Art. 195 - A emissão do documento de transporte poderá ser dispensada, a cada prestação, na hipótese de serviço, iniciado em território paranaense, vinculado a contrato que envolva repetidas prestações, quando previamente autorizado pelo fisco.

Parágrafo 1º - A dispensa de que trata este artigo será concedida, mediante requerimento do transportador inscrito no CAD/ICMS ao Delegado Regional da Receita de seu domicílio tributário, desde que:

a) não possua irregularidade fiscal, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 60;

b) seja usuário de sistema de processamento de dados nos termos do Capítulo XIV do Título III deste Regulamento;

c) instrua o pedido com a cópia do contrato de prestação do serviço, contendo o prazo de vigência, as condições de pagamento; o preço e a natureza dos serviços prestados;

d) o contratante possua autorização para emissão de documentos fiscais por processamento de dados.

Parágrafo 2º - A emissão de um único documento, para todas as prestações realizadas, não dispensa a informação da totalidade das notas fiscais referentes às mercadorias transportadas, as quais deverão ser incluídas, individualmente, no "Registro tipo 71", previsto no item 19 da Tabela I do Anexo VI deste Regulamento.

Parágrafo 3º - Deferido o pedido, será expedido "Termo de Autorização" que conterá:

a) o número;

b) o nome do transportador;

c) o nome do contratante;

d) as épocas em que deverão ser emitidos os documentos fiscais relativos ao transporte, não podendo este prazo ultrapassar o período de apuração do imposto;

e) o trajeto das viagens, em se tratando de transporte de pessoas;

f) o prazo de validade, não superior a um ano.

Parágrafo 4º - O contribuinte deverá lavrar termo, no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, mencionando, no mínimo, o número do Despacho Concessório e a descrição sucinta do regime concedido.

Parágrafo 5º - O transportador deverá apresentar o "Termo de Autorização", mesmo que por cópia autenticada, sempre que a fiscalização exigir.

Parágrafo 6º - No documento fiscal que acobertar a mercadoria, se for o caso, deverá constar a informação referente a dispensa da emissão do documento de transporte, bem como o número e a data do "Termo de Autorização", ainda que por meio de carimbo.

Art. 196 - Quando o serviço de transporte de carga for efetuado por redespacho deverão ser adotados os seguintes procedimentos (Convênio SINIEF 06/89, art. 59; Ajuste SINIEF 14/89):

I - o transportador contratado que receber a carga para redespacho:

a) emitirá o conhecimento de transporte, lançando o frete e, se for o caso, o imposto correspondente ao serviço a executar, bem como os dados relativos ao redespacho;

b) anexará a 2ª via do conhecimento de transporte, emitido na forma da alínea anterior, à 2ª via do conhecimento de transporte que tiver acobertado a prestação do serviço até o seu estabelecimento, as quais acompanharão a carga até o destino;

c) entregará ou remeterá a 1ª via do conhecimento de transporte emitido, na forma da alínea "a" deste inciso, ao transportador contratante do redespacho, dentro de cinco dias, contados da data do recebimento da carga;

II - o transportador contratante do redespacho:

a) fará constar na via fixa do conhecimento, referente a carga redespachada, o nome e o endereço do transportador contratado, bem como o número, a série e subsérie e a data da emissão do conhecimento referido na alínea "a" do inciso anterior;

b) arquivará em pasta própria os conhecimentos recebidos do transportador contratado ao qual tiver remetido a carga, para comprovação do crédito do imposto, quando for o caso.

Art. 197 - Tratando-se de subcontratação de serviço de transporte, a prestação será acobertada pelo conhecimento de transporte emitido pelo transportador contratante, observado o seguinte (Convênio SINIEF 06/89, art. 17; Ajustes SINIEF 14/89 e 15/89):

I - no campo "Observações" desse documento fiscal ou, se for o caso, do Manifesto de Carga, deverá constar a expressão: "Transporte subcontratado com, proprietário do veículo marca, placa nº, UF" ;

II - no conhecimento de transporte emitido pelo subcontratado, no campo "Observações", deverá constar informação de que se trata de serviço de subcontratação, bem como acerca da razão social e dos números de inscrição no CAD/ICMS e CNPJ do transportador contratante, ficando dispensada a sua apresentação no transporte. Parágrafo único. Entende-se por subcontratação, para os efeitos deste artigo, aquela firmada na origem da prestação do serviço, por opção do transportador em não realizar o serviço por meio próprio.

Art. 198 - No transporte intermodal o conhecimento de transporte será emitido pelo preço total do serviço, devendo o imposto ser recolhido à unidade da Federação onde se iniciar a prestação, observado o seguinte (Convênio ICMS 90/89):

I - o conhecimento de transporte poderá ser acrescido dos elementos necessários à caracterização do serviço, incluídos os dados do veículo transportador e a indicação da modalidade do serviço;

II - no início de cada modalidade de transporte será emitido o conhecimento correspondente ao serviço a ser executado;

III - para fins de apuração do imposto, será lançado a débito o valor constante do conhecimento intermodal e, a crédito o valor constante do documento emitido, quando da realização de cada modalidade da prestação.

Art. 199 - O retorno da carga, por qualquer motivo não entregue ao destinatário, poderá ser acobertado pelo conhecimento de transporte original, desde que conste o motivo no verso deste documento (Convênio SINIEF 06/89, art.

72; Ajuste SINIEF 1/89).

Art. 200 - O prestador de serviço de transporte fica autorizado a manter, fora de seu estabelecimento, em seu poder ou de prepostos, impressos de documentos fiscais (Convênio SINIEF 06/89, arts. 61 e 64).

Parágrafo único - O contribuinte indicará no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências o local onde se encontram os impressos de documentos fiscais, a sua espécie e os números de ordem, inicial e final.

Art. 201 - Não caracteriza, para efeito de emissão de documento fiscal, início de nova prestação de serviço de transporte, o transbordo de cargas, de turistas ou outras pessoas ou de passageiros, realizado pela empresa transportadora, ainda que através de estabelecimento situado em outro Estado, desde que sejam utilizados veículos próprios e que no documento fiscal respectivo sejam mencionados o local de transbordo e as condições que o ensejaram (Convênio SINIEF 06/89, art. 73; Ajuste SINIEF 01/89).

Art. 202 - Para os efeitos de prestação de serviço de transporte, considera-se veículo próprio, além do registrado em nome da pessoa, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma (Convênio SINIEF 06/89, arts. 10 e 16; Ajuste SINIEF 14/89).

Art. 203 - No transporte de passageiros, cuja venda de bilhete ocorrer em outra unidade da Federação, o imposto será devido ao Estado onde se iniciar o serviço (Convênio ICMS 25/90).

Parágrafo 1º - Considera-se local de início da prestação de serviço de transporte de passageiros aquele em que se inicia o trecho da viagem indicado no bilhete de passagem.

Parágrafo 2º - Não se aplica o disposto no parágrafo anterior às escalas e conexões no transporte aéreo.

Art. 204 - Os estabelecimentos que prestem serviços de transporte de passageiros poderão (Convênio SINIEF 06/89, art. 66):

I - utilizar bilhete de passagem, contendo impressas todas as indicações exigidas, podendo ser emitido por marcação, mediante perfuração, picotamento ou assinalação, em todas as vias, dos dados relativos à viagem, desde que os nomes das localidades e paradas autorizadas sejam impressos, obedecendo à seqüência das secções permitidas pelos órgãos concedentes;

II - emitir bilhete de passagem por processamento de dados ou equipamento emissor de cupom fiscal, observadas as regras específicas deste Regulamento;

III - efetuar a cobrança da passagem por meio de contadores (catracas ou similar) com dispositivo de irreversibilidade, no transporte de linha com preço único, desde que o procedimento tenha sido autorizado pela Delegacia Regional da Receita de seu domicílio tributário, mediante pedido contendo os dados identificadores do equipamento, a forma de registro das prestações no livro fiscal próprio e os locais em que serão utilizados (agência, filial, posto ou veículo).

Art. 205 - No transporte de passageiros, havendo excesso de bagagem, em substituição ao conhecimento de transporte de carga própria, poderá ser emitido documento de excesso de bagagem, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações (Convênio SINIEF 06/89, art. 67; Ajuste SINIEF 14/89):

I - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;

II - o número de ordem e o número da via;

III - o preço do serviço;

IV - o local e a data da emissão;

V - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de impressão e o número de ordem do primeiro e do último documento impressos.

Parágrafo 1º - As indicações dos incisos I, II e V serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 2º - Para a impressão do documento de que trata este artigo, não se exigirá a Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

Parágrafo 3º - No final do período de apuração será emitida Nota Fiscal de Serviço de Transporte englobando o total das prestações objeto dos documentos de excesso de bagagem, na qual, além dos demais requisitos, serão mencionados os números de ordem destes.

Art. 206 - O documento de excesso de bagagem será emitido, no mínimo, em duas vias, que terão a seguinte destinação (Convênio SINIEF 06/89, art. 68; Ajuste SINIEF 14/89):

I - a 1ª via será entregue ao tomador do serviço;

II - a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco.

Art. 207 - Na hipótese de cancelamento de bilhete de passagem, antes do início da prestação do serviço, escriturado no livro fiscal próprio, poderá ser estornado o débito do imposto, desde que (Convênio SINIEF 06/89, art. 45; Ajuste SINIEF 15/89):

I - tenha sido devolvido ao adquirente do bilhete o valor da prestação;

II - conste no bilhete de passagem:

a) a identificação, o endereço e a assinatura do seu adquirente;

b) a identificação e a assinatura do responsável pela agência ou posto de venda;

c) a justificativa da ocorrência;

III - seja elaborado demonstrativo dos bilhetes cancelados, para fins de dedução do imposto, no final do período de apuração.

Art. 208 - O prestador de serviço de transporte de passageiros deverá, também, observar, no que couber, o disposto no Capítulo XIII do Título III.

CAPÍTULO XV DOS REGIMES ESPECIAIS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Seção I Do Regime Especial na Prestação de Serviço de Transporte Aéreo

Art. 384 - Às empresas, nacionais e regionais, concessionárias de serviço público de transporte aéreo regular de passageiros e de cargas, que optarem pela sistemática da redução da base de cálculo em substituição ao aproveitamento de créditos fiscais, fica concedido regime especial de apuração do imposto, nos termos desta seção (Ajustes SINIEF nºs 10/89 e 05/90).

Art. 385 - A inscrição no CAD/ICMS poderá ser centralizada num estabelecimento, com escrituração própria, a qual poderá ser executada no estabelecimento que efetuar a contabilidade da concessionária.

Parágrafo 1º - As concessionárias de amplitude nacional manterão um estabelecimento, situado e inscrito neste Estado, onde recolherão o imposto e arquivarão uma via do Relatório de Emissão de Conhecimento Aéreo e do Demonstrativo de Apuração do ICMS, juntamente com a guia de recolhimento do imposto.

Parágrafo 2º - As concessionárias de amplitude regional deverão inscrever-se no CAD/ICMS, mesmo que não possuam estabelecimento fixo, se no território paranaense iniciarem a prestação do serviço, sendo que os documentos citados no parágrafo anterior ficarão arquivados na sede da empresa e, quando solicitados pelo fisco, deverão ser apresentados no prazo de cinco dias.

Art. 386 - As concessionárias emitirão, no momento da prestação do serviço, o Relatório de Embarque de Passageiros, que não expressará valores e destinar-se-á ao registro dos bilhetes de passagem e das notas fiscais de serviço de transporte, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

- I - a denominação "Relatório de Embarque de Passageiros";
- II - o número de ordem em relação a cada unidade da Federação;
- III - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- IV - os números dos bilhetes e das notas fiscais;
- V - o número do voo;
- VI - o código de classe ocupada ("F" - primeira; "S" - executiva; "K" - econômica);
- VII - o tipo do passageiro ("DAT" - adulto; "CHD" - meia passagem; "INF" - colo);
- VIII - a data, o local e horário do embarque;
- IX - o destino.

Parágrafo 1º - O Relatório de Embarque de Passageiros, de tamanho não inferior a 28 x 21,5 cm, será arquivado na sede do estabelecimento que realizar a escrituração.

Parágrafo 2º - O Relatório de Embarque de Passageiros poderá ser emitido pelo estabelecimento que realizar a escrituração, após o início da prestação do serviço, sempre no período de apuração do imposto, desde que tenha, como suporte para sua elaboração, o documento, emitido antes da prestação do serviço, denominado Manifesto Estatístico de Peso e Balanceamento ("load sheet").

Art. 387 - Ao final do período de apuração, os bilhetes de passagem serão quantificados mediante o rateio de suas utilizações, por fato gerador, e seus totais, pelo número do voo, serão escriturados, em conjunto com os dados constantes do Relatório de Embarque de Passageiros (data, número do voo, número do relatório e espécie de serviço), no Demonstrativo de Apuração do ICMS.

Parágrafo único - Nas prestações de serviço de transporte de passageiros estrangeiros, domiciliados no exterior, pela modalidade Passe Aéreo Brasil ("Brazil air pass"), cuja tarifa é fixada pelo Departamento de Aviação Civil - DAC, as concessionárias apresentarão à Coordenação da Receita do Estado, no prazo de até trinta dias, sempre que alterada a tarifa, cálculo demonstrativo estatístico do novo índice de pró-rateio, atualmente definido em 44,946%, que é proporcional ao preço da tarifa doméstica publicada em dólar americano.

Art. 388 - O Demonstrativo de Apuração do ICMS será emitido até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores e conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

- I - o nome e o número de inscrição estadual, do emitente; o número de ordem; o mês de apuração; a numeração inicial e final das páginas; o nome, o cargo e a assinatura do titular ou do procurador responsável pela concessionária;
- II - a discriminação, por linha: do dia da prestação do serviço, do número do voo, da especificação e do preço do serviço, da base de cálculo, da alíquota e do valor do imposto devido; III - a apuração do imposto.

Parágrafo 1º - Deverá também ser elaborado o demonstrativo das entradas do período de apuração do imposto, discriminadas ou totalizadas, segundo o código fiscal de operações e prestações, inclusive daquelas em que houver a incidência do diferencial de alíquotas.

Parágrafo 2º - Poderá ser elaborado um Demonstrativo de Apuração do ICMS para cada espécie de serviço prestado (passageiro, carga com Conhecimento Aéreo valorizado, Rede Postal Noturna e Mala Postal).

Parágrafo 3º - O documento de que trata este artigo será emitido, no mínimo, em duas vias, que terão a seguinte destinação:

- a) em se tratando de concessionária de amplitude nacional, a 1ª via ficará no estabelecimento inscrito no território paranaense e a 2ª via, no estabelecimento sede da escrituração;
- b) em se tratando de concessionária de amplitude regional, as duas vias ficarão no estabelecimento sede da escrituração.

Art. 389 - As prestações de serviços de transporte de cargas aéreas serão classificadas em três modalidades:

- I - cargas aéreas com Conhecimento Aéreo valorizado;
- II - Rede Postal Noturna (RPN);
- III - Mala Postal.

Art. 390 - Os Conhecimentos Aéreos serão registrados por agência, posto ou loja autorizados, em Relatório de Emissão de Conhecimento Aéreo, em prazo não superior ao de apuração do imposto, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

- I - a denominação "Relatório de Emissão de Conhecimento Aéreo";
- II - o nome do transportador e a identificação, ainda que por meio de códigos, da loja, agência ou posto emitente;
- III - o período de apuração;

IV - a numeração seqüencial atribuída pela concessionária;

V - o registro dos Conhecimentos Aéreos emitidos: a numeração, inicial e final, englobados por código fiscal de operação e prestação, a data da emissão e o valor da prestação.

Parágrafo 1º - Os Relatórios de Emissão de Conhecimento Aéreo serão registrados, um a um, por seus totais, no Demonstrativo de Apuração do ICMS.

Parágrafo 2º - No campo destinado às indicações relativas ao dia, voo e espécie do serviço do Demonstrativo de Apuração do ICMS, será mencionado o número dos Relatórios de Emissão de Conhecimento Aéreo.

Parágrafo 3º - Os Relatórios de Emissão de Conhecimento Aéreo, de tamanho não inferior a 25 x 21 cm, poderão ser elaborados em folhas soltas, por agência, loja ou posto emitente, no mínimo, em duas vias, que terão a seguinte destinação:

a) em se tratando de concessionária de amplitude nacional, a 1ª via ficará no estabelecimento inscrito no território paranaense e a 2ª via, no estabelecimento sede da escrituração;

b) em se tratando de concessionária de amplitude regional, as duas vias ficarão no estabelecimento sede da escrituração.

Art. 391 - Nos serviços de transporte de carga prestados à Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, de que trata os incisos II e III do art. 389, fica dispensada a emissão do Conhecimento Aéreo, a cada prestação.

Parágrafo 1º - No final do período de apuração, com base na documentação fornecida pela ECT, as concessionárias emitirão um único Conhecimento Aéreo, englobando as prestações do período.

Parágrafo 2º - O documento emitido, na forma do parágrafo anterior, será registrado diretamente no Demonstrativo de Apuração do ICMS.

Art. 392 - O Conhecimento Aéreo poderá ser impresso centralizadamente, mediante autorização do fisco da localidade onde seja elaborada a escrituração contábil e terá numeração seqüencial única para todo o país.

Parágrafo 1º - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte que englobar documentos de excesso de bagagem poderá ser impressa centralizadamente, mediante autorização do fisco da localidade onde seja elaborada a escrituração contábil e terá numeração seqüencial por unidade da Federação.

Parágrafo 2º - Os documentos previstos nesta seção serão registrados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, pelos estabelecimentos remetente e destinatário, com a indicação da respectiva numeração, em função do estabelecimento usuário.

Art. 393 - O preenchimento e a guarda dos documentos de que trata esta seção, dispensam as concessionárias da escrituração dos livros fiscais, com exceção do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

Seção II

Do Regime Especial na Prestação de Serviço de Transporte Ferroviário

Art. 394 - Aos concessionários de serviço público de transporte ferroviário, relacionados no Anexo I do Ajuste SINIEF nº 19/89, aqui denominados ferrovias, fica concedido regime especial de apuração e escrituração do ICMS, na prestação de serviço de transporte ferroviário, nos termos desta seção (Ajustes SINIEF nºs 19/89, 05/96 e 01/97).

Art. 395 - Para o cumprimento das obrigações, principal e acessórias, as ferrovias poderão manter inscrição única e centralizar, em um único estabelecimento, a escrituração fiscal e a apuração do imposto.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao "caput" art. 396, pela Alteração 721ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007. (Redação Anterior)

Art. 396 - Na prestação de serviço de transporte ferroviário com tráfego entre as Ferrovias, na condição "frete a pagar no destino" ou "conta corrente a pagar no destino", a empresa arrecadadora do valor do serviço emitirá a Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, e recolherá, na qualidade de contribuinte substituto, o ICMS devido à unidade federada de origem (Ajuste SINIEF nº 05/2006)."

Parágrafo único - Para o cumprimento da obrigação prevista neste artigo, as empresas deverão obter inscrição auxiliar no CAD/ICMS.

Art. 397 - Para acobertar o transporte intermunicipal ou interestadual de mercadoria, desde a origem até o destino, independente do número de ferrovias co-participantes, a ferrovia por onde iniciar-se o transporte emitirá um único Despacho de Cargas, sem destaque do ICMS, quer para tráfego próprio, quer para tráfego mútuo, que servirá como documento auxiliar de fiscalização.

Parágrafo 1º - O Despacho de Cargas em Lotação, de tamanho não inferior a 19 x 30 cm, será emitido, no mínimo, em cinco vias, que terão a seguinte destinação:

a) 1ª via - ferrovia de destino;

b) 2ª via - ferrovia emitente;

- c) 3ª via - tomador do serviço;
- d) 4ª via - ferrovia co-participante, quando for o caso;
- e) 5ª via - estação emitente.

Parágrafo 2º - O Despacho de Cargas, modelo simplificado, de tamanho não inferior a 12 x 18 cm, será emitido, no mínimo, em quatro vias, que terão a seguinte destinação:

- a) 1ª via - ferrovia de destino;
- b) 2ª via - ferrovia emitente;
- c) 3ª via - tomador do serviço;
- d) 4ª via - estação emitente.

Parágrafo 3º - O Despacho de Cargas em Lotação e o Despacho de Cargas, modelo simplificado, deverão conter, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) a denominação do documento;
- b) o nome da ferrovia emitente;
- c) o número de ordem;
- d) as datas da emissão e do recebimento;
- e) a denominação da estação ou agência de procedência e do local de embarque, quando este for efetuado fora do recinto daquela estação ou agência;
- f) o nome e o endereço do remetente;
- g) o nome e o endereço do destinatário;
- h) a denominação da estação ou da agência de destino e do local de desembarque;
- i) o nome do consignatário ou uma das expressões "à ordem" ou "ao portador", podendo o remetente designar-se como consignatário, ou ficar em branco o espaço a este reservado, caso em que considerar-se-á "ao portador";
- j) a indicação, quando necessária, da via de encaminhamento;
- l) a espécie e o peso bruto do volume;
- m) a quantidade de volume, marca e acondicionamento;
- n) a espécie e o número de animais despachados, se for o caso;
- o) as condições do frete, se pago na origem ou a pagar no destino, ou em conta corrente;
- p) a declaração do provável valor do serviço;
- q) a assinatura do agente responsável autorizado a emitir o despacho.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o a alínea "r" ao parágrafo 3º do art. 397, pela Alteração 549ª do Decreto nº 5624, de 03.11.2005, (DOE de 03.11.2005), vigência a partir de 03.11.2005, produzindo seus efeitos a partir de 01.01.2006.

r) o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e quantidade de impressão, o número de ordem do primeiro e do último documento impresso, e o número da autorização para impressão dos documentos fiscais (Ajuste SINIEF nº 04/2005).

Art. 398 - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida pelas ferrovias que procederem à cobrança do serviço, inclusive no tráfego mútuo, ao final da prestação, com base nos Despachos de Cargas, em relação a cada tomador do serviço.

Parágrafo 1º - Havendo, no mesmo período de apuração, mais de um Despacho de Carga para o mesmo tomador do serviço, estes poderão ser englobados na Relação de Despachos, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) a denominação "Relação de Despachos";
- b) o número de ordem e a série, sendo o caso, da nota fiscal a que se vincula;
- c) a data da emissão, que coincidirá com a da nota fiscal;
- d) o nome, o endereço, e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- e) a razão social do tomador do serviço;
- f) o número e a data do despacho;
- g) a procedência, o destino, o peso e a importância, por despacho;
- h) o total dos valores.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 2º do art. 398, pela Alteração 723ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007. (Redação Anterior)

Parágrafo 2º - A Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, só poderá englobar mais de um despacho, por tomador de serviço, quando acompanhada da Relação de Despachos de Cargas prevista no parágrafo 1º.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 3º do art. 398, pela Alteração 723ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007. (Redação Anterior)

Parágrafo 3º - No serviço de transporte de carga prestado a não contribuinte do imposto, as Ferrovias poderão emitir uma única Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, em relação a todos os tomadores do serviço, englobando os Despachos de Cargas correspondentes ao período de apuração.

Parágrafo 4º - No caso de tráfego mútuo, na nota fiscal emitida pela Ferrovia, deverão constar, além das exigências previstas, informações referentes aos Estados, a Ferrovia do início da prestação e a indicação de que o imposto será recolhido na qualidade de contribuinte substituto, nos termos do art. 396.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo 5º ao art. 398, pela Alteração 723ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007.

Parágrafo 5º - O contribuinte que emitir, por processamento de dados, a Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, englobando mais de um Despacho de Cargas por tomador, e informar as operações realizadas nos "Registros Tipo 70 e 71" previstos nos itens 18 e 19 da Tabela I do Anexo VI, fica dispensado da apresentação da Relação de Despachos de que tratam os parágrafos 1º e 2º."

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao "caput" do art. 399, pela Alteração 724ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007. (Redação Anterior)

Art. 399 - As Ferrovias deverão elaborar, por estabelecimento centralizador, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao da emissão da Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, os seguintes demonstrativos (Ajuste SINIEF nº 07/2006):

INFORME FISCODATA: O efeito da revogação do inciso I do art. 399 terá a sua vigência a partir de 01.01.2008, conforme disciplina do art. 3º do Decreto nº 18, de 25.01.2007 (DOE 25.01.2007).

I - Demonstrativo de Apuração do ICMS - DAICMS, relativo às prestações de serviço de transporte ferroviário, que conterà, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do contribuinte;
- b) o mês de referência;
- c) o número, a série e subsérie e a data da Nota Fiscal de Serviço de Transporte;
- d) a unidade da Federação de origem do serviço;
- e) o valor do serviço prestado;
- f) a base de cálculo, a alíquota e o valor do imposto devido;
- g) o valor do crédito do imposto;
- h) o valor do imposto a recolher;

INFORME FISCODATA: O efeito da revogação do inciso II do art. 399 terá a sua vigência a partir de 01.01.2008, conforme disciplina do art. 3º do Decreto nº 18, de 25.01.2007 (DOE 25.01.2007).

II - Demonstrativo de Apuração do Complemento do ICMS - DCICMS, relativo à diferença de alíquotas na utilização de serviço, cuja prestação tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada com a prestação subsequente, que conterà, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do contribuinte;
- b) o mês de referência;
- c) o número, a data e a série, sendo o caso, dos documentos fiscais;
- d) o valor dos bens e serviços adquiridos;
- e) a base de cálculo;
- f) a diferença de alíquota do imposto;
- g) o valor do imposto devido;

III - Demonstrativo de Contribuinte Substituto do ICMS - DSICMS, relativo às prestações de serviço cujo recolhimento do imposto devido seja efetuado por outra ferrovia, que não a de origem do serviço, que conterà, no mínimo, as seguintes indicações:

- a) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do contribuinte substituído;
- b) o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do contribuinte substituído;
- c) o mês de referência;
- d) a unidade da Federação e o Município de origem do serviço;
- e) o número e a data do despacho;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada à alínea "f" do inciso III do art. 399, pela Alteração 724ª do Decreto nº 7678, de 27.12.2006 (DOE de 29.12.2006), vigência a partir de 29.12.2006, produzindo efeitos a partir de 01.03.2007. (Redação Anterior)

- f) o número, a data e a série e subsérie da Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário, modelo 27, emitida pelo contribuinte substituído;
- g) o valor do serviço;
- h) a alíquota;
- i) o valor do imposto a recolher.

Parágrafo 1º - O demonstrativo previsto no inciso III será emitido pela ferrovia que proceder a cobrança do valor do serviço, devendo remeter, até o dia 25 do mês seguinte ao da emissão, uma via para a ferrovia do início da prestação do serviço, juntamente com a cópia do documento de recolhimento do imposto, que ficará à disposição da fiscalização.

Parágrafo 2º - Além dos demonstrativos previstos neste artigo, a Ferrovia deverá elaborar demonstrativo das demais entradas do período, discriminadas ou totalizadas segundo o código fiscal de operações e prestações.

INFORME FISCODATA: O efeito da revogação do art. 400 terá a sua vigência a partir de 01.01.2008, conforme disciplina do art. 3º do Decreto nº 18, de 25.01.2007 (DOE 25.01.2007).

Art. 400 - O preenchimento e a guarda dos documentos de que trata esta seção, assim como os relativos às prestações realizadas, em cada período de apuração, dispensam as ferrovias da escrituração dos livros fiscais, com exceção do livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências.

Seção III

Do Regime Especial na Prestação de Serviço de Transporte de Valores

Art. 401 - As empresas que realizarem transporte de valores, nas condições previstas na Lei nº 7102, de 20 de junho de 1983 e no Decreto Federal nº 89056, de 24 de novembro de 1983, inscritas no CAD/ICMS, poderão emitir uma única Nota Fiscal de Serviço de Transporte, englobando as prestações realizadas no período de apuração (Ajuste SINIEF nº 20/89).

Art. 402 - As empresas transportadoras de valores manterão em seu poder, para exibição ao fisco, Extrato de Faturamento correspondente a cada Nota Fiscal de Serviço de Transporte emitida, que conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

- I - o número da Nota Fiscal de Serviço de Transporte à qual se refere;
- II - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do emitente;
- III - o local e a data da emissão;
- IV - o nome do tomador do serviço;
- V - o número da guia de transporte de valores;
- VI - o local de coleta e entrega de cada valor transportado;
- VII - o valor transportado em cada prestação;
- VIII - a data da prestação do serviço;
- IX - o valor total transportado no período;
- X - o valor total cobrado pelos serviços.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada art. 403, pela alteração 227ª do Decreto nº 1769, de 28.08.2003 (DOE de 28.08.2003), vigência a partir de 28.08.2003, retroagindo seus efeitos a 01.07.2004. (Redação anterior)

Art. 403 - O transporte de valores deve ser acompanhado da Guia de Transporte de Valores - GTV, a que se refere o inciso V do artigo anterior, conforme modelo constante no Anexo Único do Ajuste SINIEF nº 20/89, que servirá como suporte de dados para a emissão do Extrato de Faturamento, a qual deverá conter, no mínimo, as seguintes indicações (Ajuste SINIEF nº 04/2003):

- I - a denominação: "Guia de Transporte de Valores - GTV";
- II - o número de ordem, a série, a subsérie, o número da via e o seu destino;
- III - o local e a data de emissão;
- IV - a identificação do emitente: nome, endereço e números de inscrição no CAD/ICMS e no CNPJ;
- V - a identificação do tomador do serviço: nome, endereço e números de inscrição no CAD/ICMS, no CNPJ ou no CPF, se for o caso;
- VI - a identificação do remetente e do destinatário: nomes e endereços;
- VII - a discriminação da carga: quantidade de volumes/malotes, espécie do valor (numerário, cheques, moeda, outros) e valor declarado de cada espécie;
- VIII - placa, município e unidade federada de registro do veículo;
- IX - no campo "INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES": outros dados de interesse do emitente;
- X - nome, endereço e números de inscrição no CAD/ICMS e no CNPJ do impressor do documento, data e quantidade de impressão, número de ordem do primeiro e do último documento impresso e respectivas série e subsérie e o número da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais.

Parágrafo 1º - As indicações dos incisos I, II, IV e X serão impressas tipograficamente.

Parágrafo 2º - A GTV será de tamanho não inferior a 11x26 cm e a ela se aplicam as demais normas da legislação do ICMS referentes à impressão, uso e conservação de impressos e de documentos fiscais.

Parágrafo 3º - Poderão ser acrescentados, na GTV, dados de acordo com as peculiaridades de cada prestador de serviço, desde que não prejudiquem a clareza do documento.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 4º do art. 403, pela Alteração 346 do Decreto nº 3086, de 31.05.2004 (DOE de 31.05.2004), vigência a partir de 31.05.2004, produzindo seus efeitos desde 08.04.2004. (Redação Anterior)

Parágrafo 4º - A GTV, cuja escrituração nos livros fiscais fica dispensada, será emitida antes da prestação do serviço, no mínimo, em três vias, que terão a seguinte destinação (Ajuste SINIEF nº 02/2004):

- a) a 1ª via ficará em poder do remetente dos valores;
- b) a 2ª via ficará presa ao bloco para exibição ao fisco;
- c) a 3ª via acompanhará o transporte e será entregue ao destinatário, juntamente com os valores.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 5º do art. 403, pela Alteração 300ª do Decreto nº 2550, de 11.02.2004 (DOE de 11.02.2004), vigência a partir de 11.02.2004. (Redação anterior)

Parágrafo 5º - Para atender a roteiro de coletas a ser cumprido por veículo, impressos da Guia de Transporte de Valores - GTV, indicados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, modelo 6, poderão ser mantidos no veículo e no estabelecimento do tomador do serviço, para emissão no local do início da remessa dos valores, sendo que os dados disponíveis, antes do início do roteiro, poderão ser indicados nos impressos por qualquer meio gráfico indelével, ainda que diverso daquele utilizado para sua emissão (Ajuste SINIEF nº 14/2003).

CAPÍTULO XVI
DO REGIME FISCAL DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 406 - As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento tributário diferenciado, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo.

Art. 407 - Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso I do art. 407, pela Alteração 708ª do Decreto nº 7526, de 21.11.2006, (DOE de 21.11.2006), vigência a partir de 21.11.2006, (Produzindo efeitos a partir de 01.01.2007. (Redação Anterior)

I - Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 407, pela Alteração 708ª do Decreto nº 7526, de 21.11.2006, (DOE de 21.11.2006), vigência a partir de 21.11.2006, (Produzindo efeitos a partir de 01.01.2007. (Redação Anterior)

II - Empresa de Pequeno Porte - EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

Parágrafo 1º - A receita bruta prevista neste artigo:

- a) será a auferida no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro;
- b) terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando:
 - 1 - o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;
 - 2 - o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;
 - 3 - suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada à alínea "c" do parágrafo 1º do art. 407, pela Alteração 430 do Decreto nº 4047, de 13.12.2004 (DOE de 13.12.2004), vigência a partir de 13.12.2004. (Redação Anterior)

c) considerará o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, operações de retorno das mercadorias remetidas para vendas ambulantes não realizadas, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, saídas em operações internas para estabelecimento do mesmo titular, operações decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, e industrialização ou conserto.

INFORME FISCODATA: Fica revogado o parágrafo 2º do art. 407, pela Alteração nº 165 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003. (Redação Anterior)

Parágrafo 2º - REVOGADO

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo 3º ao art. 407, pela Alteração nº 430 do Decreto nº 4047, de 13.12.2004 (DOE de 13.12.2004), vigência a partir de 13.12.2004.

Parágrafo 3º - Será considerado no cálculo da receita bruta de que trata o parágrafo 1º deste artigo o valor correspondente às mercadorias aplicadas em conserto, bem como o valor agregado na industrialização, quando relativo a operações interestaduais de devolução.

Art. 408 - O enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado mediante opção expressa do contribuinte, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal.

Art. 409 - Não poderá optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 409, pela Alteração 152 do Decreto nº 1246, de 12.05.2003 (DOE de 12.05.2003), vigência a partir de 12.05.2003. (Redação Anterior)

II - que realiza atividade de armazenamento e depósito de produtos de terceiros, bem como de produção de produtos primários;

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso IV do art. 409, pela Alteração 588 do Decreto nº 5932, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005, produzindo efeitos a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

IV - em que o titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cuja receita bruta no ano anterior, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

V - eleito substituto tributário em relação a operações subseqüentes.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao "caput" do art. 410, pela Alteração 709ª do Decreto nº 7526, de 21.11.2006, (DOE de 21.11.2006), vigência a partir de 21.11.2006, (Produzindo efeitos a partir de 01.01.2007. (Redação Anterior)

Art. 410 - A parcela de receita bruta mensal do conjunto de estabelecimentos da microempresa e da empresa de pequeno porte, até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica desonerada do ICMS.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não exclui as microempresas e as empresas de pequeno porte da obrigatoriedade de recolhimento do imposto nas hipóteses previstas no art. 412.

Art. 411 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas neste Capítulo, ficam sujeitas ao recolhimento mensal de ICMS de valor equivalente ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta mensal do conjunto de seus estabelecimentos:

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso I do art. 411, pela Alteração 710ª do Decreto nº 7526, de 21.11.2006, (DOE de 21.11.2006), vigência a partir de 21.11.2006, (Produzindo efeitos a partir de 01.01.2007. (Redação Anterior)

I - 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso II do art. 411, pela Alteração 590 do Decreto nº 5932, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005, produzindo efeitos a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

II - 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais);

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso III do art. 411, pela Alteração 590 do Decreto nº 5932, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005, produzindo efeitos a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

III - 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).

INFORME FISCODATA: Fica renumerado o parágrafo único do art. 411, para parágrafo 1º, pela Alteração nº 161 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003.

Parágrafo 1º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo conjunto de estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a:

- a) prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios;
- b) saídas canceladas;
- c) descontos incondicionais concedidos;
- d) devoluções de mercadorias adquiridas;
- e) transferências em operações internas;
- f) operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto;
- g) saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto, sujeitas ao regime de substituição tributária e para venda ambulante não realizadas.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentada a alínea "h" ao parágrafo 1º, pela Alteração nº 161 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003.

h) saídas de que trata o inciso IV do art. 412, que tiveram o imposto recolhido por ocasião do fato gerador.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo 2º, pela Alteração nº 161 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão.

Art. 412 - A microempresa e a empresa de pequeno porte são responsáveis, também, pelo pagamento do imposto referente:

I - às hipóteses de responsabilidade previstas na legislação do ICMS;

II - à entrada decorrente de importação de bens e de mercadorias e à arrematação em leilão;

III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao inciso IV do art. 412, pela Alteração nº 162 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003. (Redação Anterior)

IV - às hipóteses de recolhimento no momento do fato gerador, de que trata o inciso II do art. 56.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o inciso V do art. 412, pela Alteração 761ª do Decreto nº 279, de 09.03.2007 (DOE de 09.03.2007), vigência a partir de 09.03.2007.

V - ao diferencial de alíquotas.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 412, pela Alteração nº 162 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003.

Parágrafo único - O recolhimento do imposto nas hipóteses tratadas neste artigo deverá ser efetuado, independentemente das obrigações decorrentes do Regime das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, observando a carga tributária de cada produto.

Art. 413 - A microempresa e a empresa de pequeno porte que possuírem mais de um estabelecimento no Estado deverão efetuar a apuração e o recolhimento do imposto de forma centralizada, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal, num único estabelecimento, denominado centralizador, devendo informar, por ocasião do pedido de enquadramento de cada um dos estabelecimentos, a condição de centralizador ou centralizado.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, o novo estabelecimento inscrito no CAD/ICMS, de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte será automaticamente considerado como centralizado.

Art. 414 - Perderá a condição de microempresa e de empresa de pequeno porte aquela que:

I - não preencher os requisitos mencionados neste Capítulo;

II - optar pelo regime normal de tributação;

III - ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades ou quando for constatada incompatibilidade entre a receita bruta declarada e as informações econômico-fiscais prestadas pela empresa ou apuradas pelo fisco.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o inciso IV ao art. 414, pela Alteração nº 389 do Decreto nº 3556, de 03.09.2004 (DOE de 03.09.2004), vigência a partir de 03.09.2004, produzindo seus efeitos a partir de 01.10.2004.

IV - optar pelo regime diferenciado de que trata o art. 25-A.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 1º do art. 414, pela Alteração 536ª do Decreto nº 5502, de 10.10.2005, (DOE de 10.10.2005), vigência a partir de 10.10.2005. (Redação Anterior)

Parágrafo 1º - A empresa excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao desenquadramento determinado em despacho do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 2º do art. 412, pela Alteração nº 163 do Decreto nº 1163, de 28.04.2003 (DOE de 28.04.2003), vigência a partir de 28.04.2003, produzindo efeitos a partir de 03.02.2003. (Redação Anterior)

Parágrafo 2º - Na hipótese de desenquadramento previsto neste artigo, a empresa poderá ser reenquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte após decorrido o prazo de um ano, contado do mês de referência do desenquadramento.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 3º do art. 414, pela Alteração 591 do Decreto nº 5932, de 23.12.2005, (DOE de 23.12.2005), vigência a partir de 23.12.2005, produzindo efeitos a partir de 01.01.2006. (Redação Anterior)

Parágrafo 3º - A microempresa e a empresa de pequeno porte cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite acumulado de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), submeter-se-á ao regime normal de apuração e pagamento do imposto a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência, independentemente da data de formalização de sua exclusão do regime de que trata este Capítulo.

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 4º do art. 414, pela Alteração 536ª do Decreto nº 5502, de 10.10.2005, (DOE de 10.10.2005), vigência a partir de 10.10.2005. (Redação Anterior)

Parágrafo 4º - O fato previsto no parágrafo anterior deverá ser comunicado à repartição fazendária a que estiver subordinada, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência.

INFORME FISCODATA: Fica acrescentado o parágrafo 5º ao art. 414, pela Alteração 536ª do Decreto nº 5502, de 10.10.2005, (DOE de 10.10.2005), Vigência a partir de 10.10.2005.

Parágrafo 5º - Independentemente de qualquer comunicação ao fisco, a exclusão do Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terá como termo inicial o mês em que ocorrer a emissão de notas fiscais com destaque do imposto.

Art. 415 - Na hipótese do artigo anterior, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste artigo, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar, no que couber, o contido no parágrafo 4º do art. 24.

Art. 416 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em Norma de Procedimento Fiscal;

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil - DFC, e a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram;

VII - proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário;

VIII - manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que informe tratar-se de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS;

IX - entregar arquivo magnético, na hipótese de emitir documentos fiscais ou escriturar livros fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, atendendo o disposto no Capítulo XIV do Título III.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no inciso II, os documentos fiscais emitidos pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

a) não deverão conter o destaque do ICMS;

b) deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão: "Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Não gera direito a crédito de ICMS".

Art. 416-A - A opção pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte veda a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, assim como a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 416-B - Aplicam-se às empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte as multas previstas no art. 55 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996, de conformidade com o ilícito praticado.

Art. 416-C - Ressalvado o disposto neste Capítulo, aplicam-se à empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS."

CAPÍTULO XX DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 500 - É atribuída a responsabilidade pelo pagamento do ICMS ao tomador do serviço, desde que seja remetente ou destinatário da mercadoria e contribuinte do imposto neste Estado, e à empresa transportadora contratante inscrita no CAD/ICMS, quando a prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas for realizada por transportador autônomo ou por transportadoras estabelecidas em outras unidades federadas, não inscritos no CAD/ICMS, e que tenham optado pelo crédito presumido de que trata o inciso VI do art. 50 (art. 18, inciso IV, da Lei nº 11580/96).

INFORME FISCODATA: Nova redação dada ao parágrafo 1º do art. 500, pelo art. 1º do Decreto nº 247, de 29.01.2003 (DOE de 29.01.2003), produzindo seus efeitos a partir de 01.02.2003. (Redação Anterior)

"Parágrafo 1º - O disposto neste artigo não se aplica quando o tomador do serviço for estabelecimento de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte ou produtor agropecuário não inscrito no CAD/ICMS."

Parágrafo 2º - A opção de que trata o "caput" deste artigo será manifestada no documento emitido pelo transportador para recebimento do valor do frete, devendo declarar expressamente que está transferindo o crédito presumido ao responsável pelo pagamento do imposto.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica ao transporte intermodal.

Art. 501 - No documento fiscal que acobertar a operação ou prestação deverá ser consignada a informação de que o ICMS sobre o serviço de transporte será pago pelo tomador ou contratante, mencionando-se ainda que o transportador optou pelo crédito presumido de que trata o inciso VI do art. 50.

Art. 502 - O ICMS devido nas prestações de que trata o art. 500 deverá ser pago em GR/PR, até o dia cinco do mês subsequente ao das prestações, com base em relatório que ficará à disposição do fisco pelo prazo de que trata o parágrafo único do art. 101, em que conste as seguintes informações:

I - o número e a data da nota fiscal, do CTCR ou documento que o substitua;

II - nome do transportador;

III - o valor da prestação do serviço;

IV - a base de cálculo;

V - o valor do ICMS devido;

VI - o valor do crédito presumido;

VII - o valor do ICMS a recolher.

Parágrafo único - A GR/PR, referida no "caput" deste artigo, servirá como documento de crédito para o tomador do serviço e o valor do ICMS devido será lançado no campo "Outros Créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS, na apuração correspondente ao mês em que foram realizadas as prestações, mencionando-se como referência o código do agente arrecadador e a data da respectiva GR/PR.